

SORAIA HERRADOR COSTA LIMA

**JULIO DE MESQUITA FILHO:  
entre a máquina de escrever e a política**

*O discurso como elo entre o líder civil e o jornalista na cobertura da Revolução de 32  
pelo jornal O Estado de S. Paulo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Área de Concentração Teoria e Pesquisa em Comunicação, Linha de Pesquisa Linguagens e Produção de Sentido em Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Comunicação, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosana de Lima Soares

São Paulo  
2008

SORAIA HERRADOR COSTA LIMA

**JULIO DE MESQUITA FILHO:  
entre a máquina de escrever e a política**

*O discurso como elo entre o líder civil e o jornalista na cobertura da Revolução de 32  
pelo jornal O Estado de S. Paulo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Área de Concentração Teoria e Pesquisa em Comunicação, Linha de Pesquisa Linguagens e Produção de Sentido em Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências da Comunicação, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosana de Lima Soares

São Paulo  
2008

## Banca examinadora

A dissertação “Julio de Mesquita Filho: entre a máquina de escrever e a política. O discurso como elo entre o líder civil e o jornalista na cobertura da Revolução de 32 pelo jornal *O Estado de S. Paulo*”, elaborada pela aluna Soraia Herrador Costa Lima, aluna do Programa de Ciências da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Área de Concentração em Teoria e Pesquisa em Comunicação, Linha de Pesquisa Linguagens e Produção de Sentido em Comunicação, foi \_\_\_\_\_ no dia \_\_/\_\_/2008, pela banca composta pelos professores doutores:

---

Prof. (a) Dr. (a)

---

Prof. (a) Dr. (a)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosana de Lima Soares

Aos meus pais, Gustavo Arthur Araújo Costa Lima e Marisa Aparecida Costa Lima, e ao meu irmão, Rafael Herrador Costa Lima.

## **Agradecimentos**

Quando se opta por cursar uma pós-graduação *Stricto Sensu* (neste caso, um mestrado), às vezes não temos consciência do quão árduo e ao mesmo tempo satisfatório é o caminho que temos que percorrer. Ao longo desta caminhada de três anos, algumas pessoas foram fundamentais para a realização deste trabalho. Assim, agradeço:

aos meus pais, pelo apoio e amor incondicional despendidos nesta jornada;

ao meu irmão, pela ajuda técnica;

aos meus avós, por me ensinarem que o passado é essencial para entendermos o presente;

aos meus familiares, pelo suporte emocional;

às minhas amigas Graziela, Bianca, Júlia, Fernanda M., Fernanda B. e Paula, por compreenderem que nem sempre é possível conciliar lazer e estudos;

à Rosana de Lima Soares, por toda a atenção proporcionada e sabedoria transmitida;

ao Adhemar Oricchio, pelo incentivo e amizade;

ao Fernando, pela paciência.

(...) todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados.

**Mikhail Bakhtin**

## Resumo

A política e o jornalismo eram dois componentes fundamentais na vida pessoal e profissional de Julio de Mesquita Filho. Justamente por isso, não era difícil encontrar essas duas vertentes refletidas nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, uma vez que esse jornalista fazia questão de utilizar, sobretudo as seções de opinião do jornal, como um lugar reservado para as suas constatações sobre assuntos que permeavam o cotidiano da sociedade paulista e brasileira na década de 30.

Durante o Movimento Constitucionalista de 32, essa característica tornou-se ainda mais evidente, podendo ser ela percebida tanto nas notícias veiculadas como nos editoriais deste jornal. Por um dos líderes civis do conflito e também pelo seu papel de liderança dentro da redação, seu discurso era percebido e respondido pelos paulistas e demais jornalistas, criando a relação dialógica necessária para a manutenção e propagação do movimento.

Assim, este trabalho, através da Teoria Lingüística da Enunciação, procura identificar enunciados recorrentes ao discurso utilizado por Julio de Mesquita Filho, durante a Revolução de 32, por meio da análise da cobertura jornalística do conflito, realizada pelo impresso *O Estado de S. Paulo*.

**Palavras-chave:** Julio de Mesquita Filho, jornalismo, Revolução de 32, enunciação, política.

## **Abstract**

Politics and Journalism are two fundamental things at Julio de Mesquita Filho's personal and professional life. Because of that, it wasn't uneasy to find this two issues reflected inside *O Estado de S. Paulo's* pages, since this journalist wanted to use, especially at the opinion section of the newspaper, as a particular place to do his verifications about subjects that were everyday in the São Paulo and Brazil's society, in the 30's.

In the course of Constitutionalist Movement in 1932, this characteristic became more obvious, and this could be known at the news and editorials of this media. As one of the civilian leaders at the conflict and in consequence of his leadership inside the editorial staff, his speech was noticed and answered by paulistas and journalists, making the dialogical relation necessary needed to preserve and to spread the movement.

Thus, this paper work, using The Linguistic's Enunciation Theory, tries to identify recurring enunciations in the Julio de Mesquita Filho's speech, during the Revolution of 32, analyzing the journalistic approach of the conflict, made by *O Estado de S. Paulo*.

**Key words:** Julio de Mesquita Filho, journalist, Revolution of 32, enunciation, politics.



## Sumário

Introdução	10
Capítulo 1. A soma de vários fatores	13
1.1 O homem, a máquina de escrever e a política	14
1.2 Páginas da História	25
1.3 O Movimento Constitucionalista	26
1.4 Uma imprensa panfletária	32
Capítulo 2. Estado, Poder e Imprensa	39
2.1 Das definições de Estado e Sociedade	39
2.2 Das instituições sociais	44
2.3 Jornalismo como instituição	47
2.4 Jornalista: a política como profissão	53
2.5 O papel do líder nos grupos sociais	56
Capítulo 3. A linguagem, o discurso e o discurso jornalístico	63
3.1 Desvelando o enunciado	64
3.1.1 Por trás do espelho	67
3.1.2 Efeitos do real	80
3.2 Além das palavras	82
3.3 Da constituição e análise do <i>corpus</i>	85
3.3.1 Da análise textual	88
Conclusão	114
Bibliografia	118
Anexo	122

## Capítulo 1 – A soma de vários fatores

“O grande ator político comanda o real através do imaginário.”<sup>1</sup>. Balandier (1982) conseguiu resumir nesta frase o desenlace da política. Isso porque, em uma sociedade onde a ‘teatrocracia’<sup>2</sup> se faz presente desde as civilizações mais antigas, o ator político encanta os cidadãos, principalmente com a mídia ao seu lado.

Porém, esse encantamento torna-se mais forte quando a mídia e a política misturam-se, uma vez que se tem potencializado duas importantes vertentes para a criação, propagação e manutenção de um ideal. Julio de Mesquita Filho soube utilizar tais artifícios de maneira eficiente, oscilando entre o político e o jornalista e, muitas vezes, unindo essas suas duas características em prol do que acreditava ser o melhor: o melhor plano político, o melhor candidato, a melhor alavanca para a consolidação política, econômica e social de São Paulo e do Brasil.

A figura política permeava a do jornalista e a recíproca era verdadeira. Este fato foi detectado ao longo da carreira de Mesquita Filho, mas, sobretudo, durante a Revolução de 32. A confluência entre o articulador político e o diretor de *O Estado de S. Paulo* foi evidente e seus reflexos foram sentidos especialmente nas páginas deste veículo.

Tal constatação deve-se ao fato de que, neste episódio histórico, seu discurso era único (jornalístico-político) e aparecia de maneira direta nas páginas do jornal. Essa característica peculiar e bastante comum na época (de fazer dos veículos midiáticos uma bandeira em defesa de um ideal pessoal de seus proprietários) foi a base para que Julio de Mesquita Filho fosse reconhecido como um dos líderes civis do Movimento Constitucionalista e para que o veículo se transformasse em um dos porta-vozes do conflito.

No entanto, a novidade não era o fato de um membro da família Mesquita participar ativamente de um acontecimento político nacional ou defender algo nas páginas do impresso. O destaque consistia na entrega plena de Mesquita Filho nesta causa, não medindo esforços e ações para que São Paulo e o Brasil conquistassem o respeito e o lugar que, na sua opinião, lhes eram devidos.

E, para entender a unicidade dos discursos, é preciso compreender como

1 BALANDIER, G. **O Poder em Cena**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. P. 06.

2 “Por trás de todas as formas de arranjo da sociedade e de organização dos poderes encontra-se, sempre presente, governando dos bastidores, a ‘teatrocracia’. Ela regula a vida cotidiana dos homens em coletividade”. BALANDIER, G. Idem. P. 05.

esses desenvolvem-se (principalmente o discurso jornalístico). Ademais, é necessário perceber quem foi Julio de Mesquita Filho, o que foi a Revolução de 32, bem como qual o papel da imprensa durante o movimento.

### 1.1 O homem, a máquina de escrever e a política<sup>3</sup>

Há uma máxima dentro das ciências exatas que afirma que a ordem dos fatores não altera o produto e esta seria uma expressão pertinente para explicar quem foi Julio de Mesquita Filho. Isso porque a figura jornalística e a figura política estão ligadas de uma maneira tão intrínseca que fica difícil saber quem entrou primeiro na vida deste homem: se foi a paixão pelo Jornalismo ou se foi o engajamento político.

O fato é que esses foram dois lados seus que sempre estiveram juntos, em diversos momentos. Por ser jornalista e ter nascido em uma família que possui grande tradição em São Paulo, Julio de Mesquita Filho tinha as ideais ferramentas de ação para manifestar-se dentro da então classe hegemônica. Porém, como destaca Steuer (1980) em sua dissertação de Mestrado sobre este jornalista,

(...) este não foi um privilégio exclusivamente seu, mas também, de outros companheiros em condições semelhantes à sua. Esses companheiros nascidos com a Abolição e a República, por força das circunstâncias, formavam um grupo, ou uma geração, com algumas características comuns. Tiveram um envolvimento direto na luta pelo poder, mas sua atuação política foi predominantemente verbal. Júlio de Mesquita Filho não foge a esse padrão. Aliás, ele sempre teve nítida consciência do valor da palavra como arma e do instrumento de persuasão que tinha nas mãos: o jornal.<sup>4</sup>

Assim, por muitas ocasiões o jornal *O Estado de S. Paulo* tornou-se um reflexo do pensamento deste homem. Entretanto, para entender como este reflexo funcionava e ecoava na sociedade, é preciso compreender como ocorreu e o que influenciou a formação deste jornalista.

Julio de Mesquita Filho nasceu a 14 de fevereiro de 1892, no Largo da Liberdade, em São Paulo, dentro de uma estrutura familiar modelar que poderia

3 Síntese obtida em STEUER, R. C. **Julio de Mesquita Filho: formação e evolução de um liberal**. São Paulo, PUC, 1980.

4 STEUER, R. C. Idem. p. II

muito bem caracterizar a família paulista tradicional. Porém, mais do que elevados padrões financeiros e sociais, alguns de seus parentes gozavam de grande prestígio político. Era o caso de seu avô, José Cerqueira César, que chegou a ser Presidente de Província (cargo equivalente ao governador de estado nos dias atuais).

Cabe, assim, um pequeno apanhado de quem foi esse avô/presidente de Estado. Cerqueira César foi um republicano histórico, tendo inclusive assinado o Manifesto Republicano de Itu, em 1870. Mas um de seus feitos que mais repercutiria na vida de seu neto seria a criação do jornal *A Província de São Paulo*, em 04 de janeiro de 1875. Ele, ao lado de 21 pessoas e tendo Francisco Rangel Pestana e Américo Campos como seus redatores, fundou o impresso tendo como objetivo principal fazer dele um instrumento de propaganda do ideal republicano.

Dessa forma, Cerqueira César introduziu de maneira indireta a política e o Jornalismo na vida de Julio de Mesquita Filho. Entretanto, ele não foi o único, uma vez que foi através da figura de seu pai que Mesquita Filho mais se inspirou, pois tinha nele o modelo profissional que tanto buscava.

Percebe-se, portanto, que o binômio Política/Jornalismo permeia várias gerações desta família e Julio Mesquita não poderia ser uma exceção. Estudante em Campinas (SP), um dos centros republicanos do século XIX, Julio Mesquita teve acesso aos ideais republicanos, abolicionistas e positivistas desde o início de sua formação escolar. Anos mais tarde, após seu ingresso na Academia de Direito, ele pôde consolidar essas vertentes que o influenciaram, aderindo definitivamente à causa republicana e lutando para que a mesma fosse instaurada no poder. E as causas políticas não eram sua única paixão. No decorrer de sua graduação, aproveitou para colaborar em diversos jornais acadêmicos, como o *A República*, e para a grande imprensa, escrevendo também para a *Gazeta de Campinas*.

Já no final de seu curso, casou-se com a filha de Cerqueira César e abriu um escritório de advocacia em Campinas. Essa atividade não o impediu de continuar colaborando para o jornal *Gazeta de Campinas*, tampouco de lutar em nome da República e da abolição da escravatura. Todavia, sua estada em Campinas terminou com o convite para ser redator político de *A Província de São Paulo*. A partir deste momento,

(...) sua vida estará intimamente ligada à deste periódico e aos acontecimentos políticos que marcaram esse período histórico, como

tribuno, como jornalista, como um dos membros dirigentes do PRP<sup>5</sup> ou, depois de 1901, como um dos mais ativos integrantes da Dissidência e, mais tarde, como grande incentivador do Partido Democrático.<sup>6</sup>

Julio Mesquita mantinha uma relação tão forte com o jornal que até alguns dias antes da sua morte, em 1927, continuou escrevendo suas críticas sobre os acontecimentos políticos do Brasil e do mundo na seção diária “Notas e Informações”, que expunha a posição de *O Estado de S. Paulo*.

É nesse ambiente, tendo como fortes parâmetros o avô, Cerqueira César, e o pai, Julio Mesquita, que Julio de Mesquita Filho, ou Julinho Mesquita, como era conhecido dentro das redações do jornal, vai crescendo e amadurecendo a sua formação. Inicia seus estudos na Europa, mas desiste de continuar lá, retornando em 1910. Passado um ano, ingressa na Faculdade de Direito, tradicionalmente conhecida como Arcadas, e se torna redator do *Estadinho*, edição noturna de *O Estado de S. Paulo*. Forma-se em 1916, com o título de bacharel em Ciências Políticas e Sociais.

Em 1917, sua atuação passa a ganhar novos patamares, tanto na política como dentro do jornal. O jornalista deixa de ser mero relator dos fatos que ocorriam na sociedade e passa a contribuir de maneira efetiva para os rumos políticos em São Paulo e no Brasil. Um exemplo de tal afirmação foi a greve operária de 1917. Este movimento paralisou a capital paulista e gerou grandes prejuízos inclusive para o estado. Tentando amenizar a situação, uma comissão de grevistas procura Julio de Mesquita Filho e Nestor Pestana e pede que eles sejam mediadores na questão. As reuniões são efetuadas na própria redação do jornal.

Além do crescimento de sua força dentro do Jornalismo, sua ligação com Ruy Barbosa e sua intensificação em atividades políticas, como o ingresso na Liga Nacionalista, acentuaram o poder de atuação e persuasão que sempre conduziram suas ações. Fato é que a militância dentro da Liga Nacionalista persiste e, em 1919, ele foi eleito para o Conselho Deliberativo da mesma.

No ano seguinte, outro grande passo, desta vez no Jornalismo. Julio de Mesquita Filho assume a secretaria de redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, juntamente com Amadeu Amaral, e tem como redator-chefe Rangel Pestana.

Nota-se que seu crescimento dentro da política e do próprio Jornalismo vai

---

5 Sigla para o Partido Republicano (PRP).

6 STEUER, R. C. op. Cit. P. 08.

ocorrendo de acordo com o seu amadurecimento pessoal. Passo a passo, a figura política e o jornalista consolidam-se perante a sociedade e traçam importantes feitos para que Mesquita Filho se tornasse um grande articulador de idéias e ideais.

Em 1922, outras decisões repercutiriam na construção deste homem. O primeiro foi seu casamento com Marina Vieira de Carvalho, filha de um amigo íntimo e correligionário de seu pai, e que seria sua companheira de longa data. O segundo foi o aparecimento do nome de Julio de Mesquita Filho como redator-chefe do *Estadão*, ao lado de Rangel Pestana. Embora tenha sido um feito memorável, ele não se sentia satisfeito em dividir esta posição com Pestana, uma vez que acreditava continuar obedecendo às suas ordens. Foi nesta mesma época que eclodiram diversas revoltas pelo Brasil.

As revoltas de 22, 23 e 24 têm grande repercussão por todo o país. Em São Paulo a revolução de 24, em especial, cavara fundos abismos entre as correntes políticas existentes no Estado. Isidoro Dias Lopes saíra dela com uma aura de popularidade quase mística. 'O Estado de São Paulo', como reconhecido porta-voz da Dissidência, apontava este fato com bastante receio nas suas páginas e acusava a política oficial, sob o controle exclusivo do PRP, seus erros e seus desmandos pelo aumento do 'messianismo' que envolvia a figura do velho general.<sup>7</sup>

Esses movimentos marcaram por diversos motivos a vida de Julio de Mesquita Filho. Foi seu primeiro encontro com o general Isidoro Dias Lopes, o qual causou uma boa impressão no jovem jornalista e, por conta disso, viria a ser um de seus principais apoios na Revolução de 32. Outro ponto pertinente para perceber a influência desses fatos na vida de Mesquita Filho é que este vê o engajamento de seu pai e do próprio veículo no qual atuava nas questões apresentadas pelas revoluções. Esse engajamento foi realizado de forma tão marcante que culminou na suspensão por quase um mês da circulação de *O Estado de S. Paulo* e na prisão temporária de seu pai.

Percebe-se, portanto, que não há uma linha que separe o homem profissional do político. Lembrando que em diversos textos auto-biográficos Julinho Mesquita destaca a figura paterna como seu ideal de profissional, seria no mínimo incoerente agir de maneira muito diversa do que seu pai agia. Mas foi em 15 de março de 1927 que Julio de Mesquita Filho começou a ser plenamente independente. A morte de seu pai traçou novos rumos para o jornal, principalmente. Nestor Rangel Pestana e

---

7 STEUER, R. C. op. Cit. P. 18.

Julio de Mesquita Filho tornam-se diretores, Plínio Barreto é o novo redator-chefe e Ricardo Figueiredo é o gerente. A diretoria ainda é composta por Armando Salles Oliveira, Carolino da Motta e Silva e Francisco Mesquita.

Mesmo com a morte de Julio Mesquita, *O Estado de S. Paulo* teve na década de 20 um forte crescimento econômico e maior consolidação de sua marca. Adquiria cada vez mais credibilidade junto à sociedade e exercia forte impacto nos rumos políticos e financeiros, sobretudo do estado de São Paulo. Porém, se por um lado têm-se saldos positivos para o jornal e para Mesquita Filho, por outro se tem o agravamento da situação política do país que desembocou na Revolução de 30.

Apoiado pelo Partido Democrático<sup>8</sup>, Getúlio Vargas torna-se candidato oficial à Presidência da República, tendo como vice João Pessoa. O objetivo era restaurar de forma democrática a política do país. A vitória do candidato do PRP, entretanto, derruba as chances diretas de a reforma acontecer. Assim, em dois de outubro de 1930, tem início a Revolução de 30, que possuía como líder principal a figura de Vargas e o apoio militar dos tenentes, da Aliança Liberal, da família Mesquita e do jornal *O Estado de S. Paulo*, entre outros.

Uma vez vitoriosos, instala-se o governo provisório e, em seguida, a presidência é entregue a Getúlio Vargas. No poder, fica claro que o programa da véspera não seria cumprido, especialmente no que se referia a São Paulo, isto é, o apoio ao café e a entrega do poder aos membros da Aliança Liberal. Os que haviam sido aliados até então são aliçados do poder e, em lugar daqueles civis, jovens militares de confiança ocupam os postos executivos. Os revolucionários locais se articulam e nesse momento Julio de Mesquita Filho tem um importante papel de liderança política, articulatória e panfletária.<sup>9</sup>

O estado de São Paulo, assim, vai se distanciando do governo federal. E esse mesmo distanciamento é percebido com relação a Julio de Mesquita Filho. Quando este detecta que Vargas não tem a mínima preocupação em ajudar São Paulo nas vertentes política, econômica e social, ele começa a esboçar uma resposta decisiva ao autoritarismo do presidente da República. As articulações políticas de Mesquita Filho culminariam em outro movimento violento: a Revolução de 32.

Traços dessa articulação política podem ser percebidos em diversos eventos. Um deles foi a sua participação na redação da carta de renúncia ao cargo de

---

<sup>8</sup> O Partido Democrático (PD) é uma dissidência do Partido Republicano Paulista (PRP) e que contava com amplo apoio do jornal *O Estado de S. Paulo* e da família Mesquita. Ressalta-se que Julio de Mesquita Filho não se filiou a esse partido, embora simpatizasse com seus ideais.

<sup>9</sup> STEUER, R. C. op. Cit. P. 26.

interventor do estado de São Paulo escrita por Plínio Barreto a Oswaldo Aranha, uma vez que Barreto não desejava ser o estopim de uma guerra civil. Outro episódio foi a sua viagem ao Rio Grande do Sul, em novembro de 1931, onde concede diversas entrevistas a impressos locais. Essas entrevistas tinham como pauta assuntos como a economia paulista, a política cafeeira, a defesa da livre produção, da policultura, a importância da imigração, bem como apontava seu desejo em ver São Paulo com um interventor civil e paulista.

Mesmo conseguindo ajuda ao disseminar seus ideais através dos jornais, o objetivo maior da visita de Julio de Mesquita Filho àquele estado era encontrar-se com as lideranças políticas do sul do país. Essa meta foi cumprida e teve seu desfecho com um encontro pessoal entre o jornalista e Borges Medeiros, chefe político do PRP.

A prática de reuniões dentro da redação do jornal foi retomada para a criação da Frente Única Paulista (FUP). O surgimento da FUP não foi a única decisão importante. O ambiente na capital paulista era de intensa insatisfação com o Governo Federal. O marco desse descontentamento foi o aniversário da cidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1932. Milhares de paulistas foram à Praça da Sé não apenas para participarem da tradicional missa, como também para protestar. Faixas, cartazes e panfletos refletiam em palavras a indignação dos manifestantes.

Terminada a missa, a multidão percorreu a cidade em direção à sede do jornal *O Estado de S. Paulo*. Lá chegando, as pessoas ouvem a um discurso de Julio de Mesquita Filho que proferia, entre outros temas, a figura dos Bandeirantes, bem como de sua missão; os direitos dos paulistas; ataca o governo federal pela falta de respeito à importância do estado de São Paulo para o país e por ter nomeado interventores de outros estados para São Paulo.

O protesto surte efeito e, em maio do mesmo ano, Pedro Toledo, conceituado político paulista, ao lado de um secretariado integralmente paulista, formado por membros do PRP e do PD, é nomeado interventor de São Paulo. Mas era tarde. A Revolução de 32 já estava acertada, bastando apenas os últimos retoques para eclodir.

A Revolução de 32 começa em nove de julho. Para diminuir o Movimento Constitucionalista, o governo federal utiliza a imprensa e o rádio para mostrar à população do resto do país que a insurreição era um movimento separatista e reacionário. Ofensas são proferidas de ambos os lados e batalhas são travadas nos



quatro cantos do estado de São Paulo. Após três meses de longas batalhas, é assinado o armistício. Julio de Mesquita Filho, ao lado dos principais líderes do movimento são mandados para um exílio em Portugal. Essa foi a primeira vez que Mesquita Filho foi obrigado a viver longe de sua terra natal.

Porém, a Revolução de 32 representou mais que este simples relato para Julio de Mesquita Filho. Isso porque ele foi um dos idealizadores e um grande líder civil do movimento. Percebendo o quanto o governo Vargas estava se distanciando dos propósitos defendidos na Revolução de 30, o jornalista iniciou suas articulações políticas para encontrar aliados igualmente insatisfeitos com o então governo federal. Utilizava sobretudo as redações de seu jornal como palco de inúmeros encontros conspiratórios. Suas ações iam além de manifestos explícitos em seu jornal. Ele fazia questão de participar ativamente de organizações secretas, como a MMDC, da qual seu irmão Francisco Mesquita também fazia parte. Tamanho engajamento rendeu a Julinho Mesquita sua escolha para ser um dos primeiros membros do Comitê Executivo da Revolução e transformou seu jornal em um reflexo dos ideais constitucionalistas.

Sua paixão pelo movimento era tão intensa que, mesmo durante a assinatura do armistício, o jornalista defendia que a luta deveria continuar, através de armas e da guerrilha. É justamente neste ponto que a sua forma de atuação política começa a ser diferente do modo de atuação de seu pai. Julio Mesquita sempre argumentou que o uso de armas e até mesmo das Forças Armadas como uma solução política era algo errôneo, especialmente no que concerne às Forças Armadas. Isso porque esse nicho do poder tende, na maioria das vezes, a lutar apenas pelos seus próprios interesses, ignorando os anseios e as necessidades civis.

Julio de Mesquita Filho, por sua vez, acreditava que a intervenção das forças armadas seria sempre uma questão ambígua e vaga, cuja forma tomaria o molde da situação histórica concreta. Como discussão teórica, quer de proposição quer de legitimação, seria um tema sempre presente ao longo de sua vida, até os últimos dias.<sup>10</sup>

O exílio terminou em 1933, um ano após o fim do Movimento Constitucionalista de 32. Durante o período em que esteve fora do Brasil, quem ficou à frente do jornal foi Armando Salles Oliveira. Ele viveu momentos de incerteza, graças aos contatos esporádicos com Julio de Mesquita Filho e à constante ameaça

---

10 STEUER, R. C. op. Cit. P. 32.

de fechamento do impresso pelo governo federal. Soma-se a isso uma desfavorável situação financeira do periódico. *O Estado de S. Paulo* refletia as conseqüências de ser uma ferramenta ideológica da família Mesquita.

No campo político, a palavra-chave é conciliação; uma trégua entre paulistas e o governo federal. Assim, em agosto de 1933, Armando Salles Oliveira é nomeado interventor de São Paulo, mas a sua posse estava vinculada à volta dos exilados ao país. Sua condição é aceita e Julio de Mesquita Filho, ao regressar ao país, dois meses depois, depara-se com uma nova realidade: sai da oposição radical e volta pertencendo à facção no poder.

Aproveitando os atos de boa fé apresentados por Vargas, o jornalista passa, então, a concretizar um de seus grandes sonhos, que era a construção de um centro formador de pensadores na cidade de São Paulo. Para Mesquita Filho, este centro não seria apenas algo de cunho educacional. Esta universidade seria, também, uma ferramenta que ajudaria no ressurgimento de São Paulo na história político-social do país. Dessa maneira, tendo a aprovação dos governos estadual e federal, foi fundada a Universidade de São Paulo (USP), em 25 de janeiro de 1934. Sua luta para que a universidade fosse criada foi reconhecida, o que lhe rendeu o título de Doutor Honoris Causa, concedido pela USP, como um de seus fundadores.

A criação da USP foi uma bandeira importante, mas não o fez esquecer de *O Estado de S. Paulo* após o seu exílio. Novamente no comando do jornal, ele procura conciliar a oposição ao governo federal, sobretudo à Vargas, e o apoio ao interventor paulista, Armando Salles. Para firmar esse apoio, o veículo faz a cobertura de todos os eventos municipais e estaduais elogiando os feitos de seus correligionários. Sua atuação mais discreta de oposição ocultava suas ações clandestinas para a legitimação do poder vigente.

Entretanto, a gradativa retomada do poder tão almejada pelo jornalista tem fim em 10 de novembro de 1937. Por meio de um “golpe branco”, Vargas dissolve o Congresso, anula as eleições presidenciais programadas para aquele ano e promulga uma nova Constituição, que ficou conhecida como “Polaca”. Julio de Mesquita Filho enfrenta as conseqüências de ter tomado Getulio Vargas como inimigo pessoal. Durante esse período, que durou até 45, com o fim do Estado Novo, o jornalista passa por inúmeras prisões, que culminariam em seu segundo exílio. Em seus breves momentos de liberdade, divide-se entre a redação do *Estadão* e a edição de um jornal clandestino intitulado *O Brasil*, que tinha como principal objetivo

denunciar as arbitrariedades do governo federal e de Vargas.

Em 1938, é novamente exilado do país. Permaneceu um breve período na Europa e, em seguida, foi para os Estados Unidos. Após dois meses em território norte-americano, opta por seguir para Buenos Aires. Tal mudança tem fortes motivos: a dificuldade em utilizar a língua inglesa, o pouco acesso à informações sobre o Brasil e a distância da família.

Paralelamente ao exílio de Julio de Mesquita Filho, percebia-se os problemas pelos quais o jornal ia passando. Além da censura ferrenha, a queda dos anúncios e a perda de credibilidade junto ao resto do país contribuíram para que *O Estado de S. Paulo* sofresse um forte declínio de impacto na sociedade. O golpe final foi a tomada do veículo pelo governo federal, em 1940, através da figura de Abner Mourão, antigo redator-chefe do *Correio Paulistano*, que se tornava o diretor do jornal.

A violência do fato não pode ser negada. Era e foi uma flagrante violação dos direitos de propriedade e de livre-expressão de opinião. Porém, uma vez à testa do jornal, os novos administradores reergueram economicamente o jornal que estava altamente deficitário. E agiram com toda lisura e honestidade. Fato que até seus mais ácidos inimigos comprovam. Receberam o jornal altamente deficitário e graças ao aumento de anúncios e anunciantes, que a nova posição situacionista ou de órgão do governo lhes proporcionava, aliada a uma administração eficiente, conseguiram dar solidez econômica e financeira ao jornal, devolvendo aos legítimos donos um jornal incomparavelmente mais próspero do que haviam encontrado.<sup>11</sup>

Mas até a retomada da prosperidade, Julio de Mesquita Filho passou por provações. Como seu jornal ia mal financeiramente, as perspectivas profissionais fora de seu país eram desfavoráveis e a saudade de sua família e de sua terra natal era grande, o jornalista resolve ir para a Argentina, onde poderá usufruir de seus contatos para ficar mais próximo de sua família, de seu país e retomar a prática jornalística.

E assim o fez. Mudou-se para Buenos Aires, onde contribuiu esporadicamente com o jornal *La Nación*, e procurou ficar atualizado com a situação política brasileira. Essa atualização era feita através de cartas e bilhetes trocados com seus amigos e familiares, por meio de um engenhoso processo de comunicação. Tais informações foram essenciais para a sua volta clandestina ao Brasil, uma vez que são elas que o alertam de que há uma série de militares descontentes com a atuação de Getúlio do poder. Porém, sua volta clandestina não

---

11 STEUER, R. C. op. Cit. P. 42.

tem o final desejado, sendo Mesquita Filho novamente preso, primeiramente no Rio, e depois em prisão domiciliar em sua fazenda em Louveira (SP). Este período na prisão dura até a deposição de Vargas, em outubro de 1945.

Sua volta à vida política brasileira e ao jornal, ao lado de seu irmão Francisco Mesquita, não poderia ser de maneira mais efetiva. Ele retorna fazendo ativamente a campanha presidencial de Eduardo Gomes e aproveita para retomar as atividades do jornal de forma plena. O jornal, bem como o cenário político e a vida de Julio de Mesquita Filho, entrava novamente na normalidade.

O jornalista queria apagar de sua memória a perda do jornal e o governo de um de seus piores inimigos da sua história de vida e de *O Estado de S. Paulo*. Fato é que Mesquita Filho simplesmente ignorou as edições ocorridas a partir da intervenção do governo federal em seu veículo e voltou à numeração existente até 1940.

O exílio provocara profundas marcas nele. Não apenas tinha que dar um novo início à sua vida pessoal e profissional, como também tinha a obrigação de entender o contexto político-social no qual estava inserido. Afinal, por mais que se mantivesse informado sobre os acontecimentos políticos brasileiros, Mesquita Filho tinha que lidar com a dura realidade de que cinco anos haviam se passado desde a sua expulsão.

Ele precisava perceber que a centralização política havia se consolidado e que as bandeiras regionais perderam espaço para uma idéia mais nacional. Ademais, a própria sociedade brasileira e paulista sofreram mudanças. As classes sociais tiveram alterações significativas e a população urbana crescia gradativamente. E Julio de Mesquita Filho assimilou tais mudanças, principalmente por conta de seu amadurecimento pessoal durante o exílio. Isso porque no decorrer desse período ele conquista uma boa reputação no exterior, construindo significativas relações com figuras políticas internacionais, vendo sua trajetória política alcançar um patamar ainda maior.

Nos anos seguintes, ele passa a defender fortemente os ideais democráticos e liberais. Mas sua atuação mais drástica aconteceria a partir da renúncia de Jânio Quadros da presidência. Com o início do governo Goulart, Julio de Mesquita Filho inicia uma articulação ousada, contando com o apoio de autoridades internacionais e de militares brasileiros para a derrubada do regime vigente.

Mesquita Filho passa, então, a defender de forma explícita a necessidade da

ascensão ao poder pelos militares, que deveria contar com o assentimento dos civis. No início da década de 60, ele passa, portanto, a agir de maneira ainda mais efetiva. E esta foi a época em que mais esteve próximo do poder.

Todos os lances que se seguem são fiel e diariamente documentados. As viagens ao Sul, ao Norte, contatos com os governadores dos maiores Estados. Viagens ao exterior. Conversações com chanceleres do Mercado Comum Europeu, com banqueiros americanos e europeus. Julio de Mesquita Filho desenvolve a atividade de um verdadeiro chefe de Estado e é tratado como quase tal.<sup>12</sup>

Entretanto, os rumos tomados com a chegada dos militares ao poder é diferente dos esperados pelo jornalista. Têm-se mudanças na Constituição que se assemelham às ocorridas em 1937. A Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional também são modificadas e possuem caráter de censura. A ditadura militar ganhava forma e não havia como lutar contra ela.

Assim, desgostoso com a situação política do país, escreve em 1968 seu último editorial “Instituição em Frangalhos”, que levaria à apreensão dos jornais nas bancas e a presença da censura no impresso. Morre em 12 de julho de 1969, inconformado com o que ajudou a construir politicamente no país.

## 1.2 Páginas da História

Uma empresa jornalística não vende um produto qualquer. Vende um produto bem específico e em que busca, mais do que em qualquer outro, o valor intrínseco. Vende-se opinião, vende-se coerência – se é que cabe ainda o uso do verbo vender.

Júlio de Mesquita Neto<sup>13</sup>

Criado em 04 de janeiro de 1875, com o nome de *A Província de São Paulo*, o jornal era resultado das aspirações políticas e ideológicas de um grupo de liberais republicanos, dentre os quais se destacavam Américo de Campos e Rangel Pestana. “Conservou esse nome até 31 de dezembro de 1889, um mês após a queda da monarquia, atendendo ao pedido de colecionadores que não gostariam de

---

<sup>12</sup> STEUER, R. C. op. Cit. P. 149.

<sup>13</sup> MESQUITA NETO, J. apud ERBOLATO, M. L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo**. São Paulo, Editora Ática, 1991. P.220.

arquivar logotipos diferentes num mesmo ano.”<sup>14</sup>.

Entretanto, mesmo tendo como bandeira principal para a sua criação a luta pela Proclamação da República, o veículo se apresentou de uma forma independente, sem compromissos partidários e inovador: foi o pioneiro na venda avulsa de seus exemplares. A forma como o jornal era vendido foi recordado na edição comemorativa dos 130 anos de existência do *Estado*.

Barrete branco na cabeça, uma buzina na mão e um maço de jornais debaixo do braço, o francês Bernard Gregoire inovou o mercado. Toda manhã, ele saía a cavalo pelas ruas da cidade, gritando as notícias do dia – a imagem do jornaleiro que mais tarde seria incorporada ao ex-libris do Estado. A concorrência ridicularizou a inovação, mas a tiragem da Província disparou.<sup>15</sup>

A entrada da família Mesquita na história do jornal teve início em 1888, com a inserção do nome de Julio Mesquita na primeira página do impresso como diretor-gerente. No entanto, os Mesquitas somente assumiriam a direção de *O Estado de S. Paulo* com a saída do redator-chefe Rangel Pestana.

Durante os 130 anos de existência – 125 de vida independente – o *Estadão* contou com a colaboração de ilustres jornalistas e escritores. Nomes como Júlia Lopes de Almeida, Euclides da Cunha, Aluísio de Azevedo, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Raul Pompéia, Monteiro Lobato, Olavo Bilac, Guilherme de Almeida, Mino Carta, Vladimir Herzog, Elio Gáspari, participaram da criação e da consolidação da estrutura jornalística e da própria credibilidade do veículo.

Mas não foram apenas os grandes nomes que ajudaram a consolidar a importância desse veículo para a imprensa brasileira. A cobertura jornalística realizada em inúmeros eventos também influenciou na imagem de *O Estado*. Foi o caso da cobertura da Campanha de Canudos, escrita por Euclides da Cunha, e da I Guerra Mundial, feita pelo próprio Julio Mesquita e compilada no livro **A Guerra**, dividido em quatro volumes.

No início do século XX, outros membros da família Mesquita ingressaram no jornal: Julio de Mesquita Filho, como jornalista, e Francisco Mesquita, como um dos responsáveis pela parte administrativa da empresa. Julio de Mesquita Filho somente

---

14 *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 04 jan. 2005. A2.

15 *O Estado de S. Paulo*. Idem.

assumiria a direção do veículo, ao lado de Rangel Pestana, com a morte de seu pai, em março de 1927.

Independentemente da pessoa responsável pelo jornal, uma das fortes marcas do impresso sempre foi a luta pela democracia. A permanência como um dos jornais de maior circulação do país por mais de cem anos

(...) significam a vitória de um ideal, de um projeto político, em primeiro lugar, que não se completou com a implantação do regime republicano, pois continuamos na luta para aperfeiçoar as instituições democráticas brasileiras(...). Um jornal como o Estado não é apenas um registro da História, mas um agente da História.<sup>16</sup>

Esse pensamento permaneceu mesmo após a reorganização das empresas do Grupo Estado. Em nota oficial divulgada em 08 de abril de 2003, foi definido que

(...) o objetivo do Programa é o de preparar e qualificar o Grupo para as oportunidades que se oferecerão nos mercados de capitais e resultarão da abertura do setor de mídia e que poderão se constituir em apoio importante para seus projetos de crescimento.<sup>17</sup>

A reorganização atuou diretamente na estrutura da empresa, fazendo com que os acionistas, membros da família Mesquita, deixassem suas funções executivas, cabendo a eles apenas a representação institucional e a orientação editorial e empresarial do grupo, através do Conselho de Administração e os criados Comitê Editorial e Comitê de Supervisão de Estratégias.

### 1.3 O Movimento Constitucionalista<sup>18</sup>

São Paulo, após a Revolução de 30, começou a desconfiar das concessões feitas por Getúlio Vargas, alegando que o ditador apenas retardava a reconstitucionalização do país. Entretanto, esse não foi o único fato que desagradou

---

16 Depoimento de Ruy Mesquita, Diretor de Opinião do jornal **O Estado de S. Paulo**. **O Estado de S. Paulo**, 04 jan. 2005. A3.

17 DINES, A. **Crítica participação e mediação**. Disponível em: <<http://observatório.ultimosegundo.ig.com.br>>. Acesso em: 30 jun. 2005.

18 Síntese obtida através de informações contidas em DONATO, H. **A Revolução de 32**. São Paulo, Círculo do Livro/Abril, 1982 e PONTES, J. A. V. **O Brasil se revolta: o caráter nacional de um movimento democrático**. São Paulo, Terceiro Nome/O Estado de S. Paulo, 2004.

os principais articuladores políticos do estado: a repercussão da visita a São Paulo pelo Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, apenas fez crescer a desconfiança de que Getúlio desejava impor um secretariado tenentista ao interventor Pedro de Toledo.

Como consequência dessa visita indesejada, no dia 22 de maio de 1932, milhares de paulistanos saíram às ruas para protestar. No dia seguinte à manifestação, 23 de maio, o movimento cresceu com a adesão da Associação Comercial, que fez com que todo o comércio fechasse suas portas. Os comícios ganharam espaço e estímulo nas ruas da capital paulista e tiveram como principais oradores estudantes, principalmente da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, e Ibrahim Nobre, promotor público.

As atitudes vistas em 23 de maio foram apenas um dos componentes da articulação clandestina que os paulistas vinham montando contra o governo Vargas. Toda essa articulação somente se tornaria pública na noite de nove de julho, quando tropas da 2ª Região Militar e da Força Pública, sob o comando de Isidoro Dias Lopes e Euclides Figueiredo, fizeram uma eficiente manobra de ocupação dos pontos estratégicos da capital paulista. Na madrugada do dia dez, Quintaúna (SP), único quartel da região que esboçou uma certa resistência, abriu seus portões. Foi o começo da Revolução Constitucionalista de 32.

O movimento, entretanto, havia se iniciado em abril de 1931, quando o Partido Libertador gaúcho mostrou sua solidariedade ao Partido Democrático de São Paulo, por seu rompimento com o interventor tenentista João Alberto. Através de Batista Luzardo, os gaúchos afirmaram sua coesão com os paulistas.

Ainda no ano de 1931, cresceu no Exército a preocupação com a presença de tenentes nas interventorias, o que estaria subvertendo as ordens hierárquicas. Com esse argumento, o general Isidoro Dias Lopes iniciou sondagens visando a derrubada do governo provisório de Getúlio Vargas. No Rio, ele aliciou, entre outros, os tenentes Severo Fournier e Agildo Barata, bem como o coronel Euclides Figueiredo. Em São Paulo, Dias Lopes contou com o apoio da maioria dos oficiais. No Mato Grosso, conquistou o comandante da região militar desse estado, o general Bertoldo Klinger.

Esses contatos feitos na clandestinidade chegaram a envolver o próprio interventor gaúcho Flores da Cunha, que prometeu pegar em armas contra Vargas.



Diante desse quadro, determinou-se a data de 14 de julho de 1932 para o início da revolução, dia do aniversário da Queda da Bastilha.

Entretanto, fatos novos fizeram com que houvesse mudanças nos planos. Irritado com a nomeação de Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso para o Ministério do Exército, Bertoldo Klinger escreveu-lhe uma carta desaforada. Como consequência dessa atitude, foi destituído e passado para a reserva, eliminando a participação de Mato Grosso no levante.

Ante essa situação, o coronel Figueiredo viaja do Rio para São Paulo, em oito de julho. Na manhã seguinte, ele decidiu, juntamente com alguns líderes políticos, entre eles Júlio de Mesquita Filho, instaurar a revolução, na noite deste mesmo dia.

Na noite de nove de julho de 1932, Pedro de Toledo foi surpreendido por uma reunião de seu secretariado, a qual ele não convocara. Waldemar Ferreira, secretário de Justiça, falava ao interventor que São Paulo lutaria com armas contra Vargas.

A antecipação do levante privou os rebeldes de uma série de aliados fundamentais. No Rio de Janeiro, por exemplo, as autoridades prenderam Agildo Barata e quase todos os oficiais vinculados ao movimento. No Rio Grande do Sul, o interventor Flores da Cunha, que chegou a armar três mil homens em apoio aos paulistas, mudou de lado e reafirmou seu apoio a Getúlio, enviando-lhe um telegrama, o qual revelava a antecipação do levante para nove de julho. E Minas Gerais, que havia mostrado uma certa neutralidade, surpreendeu mostrando-se hostil à insurreição. Com a tantas adversidades, os paulistas descobriram-se em um cenário diverso do que haviam planejado. Estavam sozinhos e sem grande poder de fogo.

Devido a esses problemas, organizações como a Liga da Defesa Paulista, o MMDC, a Legião Negra e o Instituto do Café realizaram uma campanha para alistar voluntários. As primeiras inscrições começaram na madrugada do dia dez de julho, em diversos postos, distribuídos pelo estado. Na Faculdade de Direito, ocupada pelo MMDC, formou-se um Batalhão Universitário, posteriormente batizado de Batalhão 14 de julho, que foi enviado para a frente de Itararé, no sul do estado. Houve, também, um Batalhão Esportivo, que possuía como sargento o centroavante Artur Friedenreich, grande celebridade do futebol brasileiro.

A Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) também contribuiu para a Revolução de 32. Sob a presidência de Roberto Simonsen, ela condiziu a produção

de capacetes de aço, armas e munições. No auge desse esforço de guerra, foram produzidos 200 mil cartuchos de fuzil e oito mil granadas por dia.

Ainda como parte desse levante, era a primeira vez na história brasileira que o rádio era um instrumento de mobilização para uma guerra. Vozes como as de Alcântara Machado e João Neves da Fontoura ocuparam diariamente os microfones para sensibilizar os paulistas a se alistarem como voluntários. Com seus discursos vibrantes, o locutor César Ladeira, da rádio *Record*, tornou-se “A Voz da Revolução”, e a marcha *Paris Belfort*, intensamente difundida pelas ondas do rádio, tornou-se o próprio hino do Movimento Constitucionalista.

As operações de guerra começaram a dez de julho, quando tropas paulistas, sob o comando do coronel Euclides Figueiredo, ocuparam Cruzeiro, interior de São Paulo, e bloquearam o túnel que separa essa cidade de Passa Quatro, em Minas Gerais. Durante três meses, São Paulo foi palco de guerra. Além de Euclides Figueiredo, comandaram as forças paulistas os generais Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger. Sob a direção de Roberto Cochrane Simonsen, a indústria paulista se colocou a serviço da revolução, produzindo, assim, material bélico.

Porém, a disparidade entre as forças em conflito foi notável desde os primeiros confrontos. Na frente norte (Mogi Mirim – Campinas), por exemplo, os paulistas dispunham de cerca de dez mil homens. Do outro lado da fronteira, as forças federais, sob o comando de Góes Monteiro, contavam 20 mil soldados. Na frente sul (Itararé – Faxina), contra os 8.300 efetivos paulistas, o general Valdomiro Castilho de Lima trazia do Rio Grande do Sul 18 mil soldados. A mesma relação se mantinha na frente leste, na região de Cachoeira, limite com o Rio de Janeiro. São Paulo estava cercado.

Entre agosto e setembro, as ações de guerra já se revelavam inteiramente desfavoráveis aos paulistas. As tropas de Minas haviam atravessado a fronteira e, depois de tomarem Guaxupé e Pouso Alegre, ameaçavam Piquete, Cruzeiro e Campinas. Próximo a Mogi Mirim, o coronel Eurico Dutra conquista Itapira. No Vale do Paraíba, os constitucionalistas abandonaram Pinheiros, Lavrinhas e outras cidades vizinhas. Em Santos, a Marinha bloqueou o porto. E, em Cunha, fuzileiros navais ocuparam a cidade. Entre os dias 13 e 15 de agosto de 1932, em Buri, travou-se uma violenta batalha, em que foram disparados mais de mil tiros de artilharia. Apesar do esforço, as tropas federais avançaram e sitiaram Itapetininga.

Com o intuito de compensar sua inferioridade material, os paulistas

desenvolveram alguns artifícios, como o emprego de matracas e ruídos de motocicletas, que sugeriam alto potencial de fogo. Também inventaram novas armas, como a bombarda, espécie de bazuca, e construíram carros lança-chamas, além de três trens blindados. No início da guerra, esses trens costumavam surpreender os legalistas, mas, mesmo assim, as forças terrestres paulistas não ofereciam grande resistência às tropas federais.

A força aérea paulista era quase insignificante. No começo do conflito, o estado de São Paulo contava com apenas quatro aviões e, durante os combates, essa esquadrilha foi acrescida de mais dois aviões, trazidos do Rio de Janeiro, por pilotos desertores. Mesmo assim, os paulistas tinham orgulho de seus aviões, chamados de “gaviões-de-penacho”. A maior façanha dessa esquadrilha aconteceu em 21 de setembro, quando destruíram cinco dos sete aparelhos legalistas estacionados em Mogi Mirim.

Os aviões do Governo, por sua vez, eram bem mais velozes e numerosos que os dos paulistas. Conhecidos como “vermelhinhos”, eles atuaram não apenas nas linhas de combate, mas também bombardeando várias cidades, entre as quais Campinas, onde houve os maiores prejuízos.

Percebendo que a derrota era inevitável, em 14 de setembro de 1932, Bertoldo Klinger envia ao almirante Protogenes Guimarães, Ministro da Marinha, uma proposta de armistício. Entretanto, somente no dia 29 é que representantes das facções em luta fizeram o primeiro contato. Não se chega, porém, a nenhum acordo. Enquanto isso, as tropas federais apertavam o cerco em Campinas, onde se travou a última batalha da Revolução.

A Força Pública Paulista, sitiada em Campinas, acabou evacuando a cidade. Em dois de outubro, os federais entram na cidade e o general Klinger dirige-se ao governo federal pedindo a paz.

Góes Monteiro nomeou o coronel Herculano de Carvalho governador militar de São Paulo, prometendo não ocupar militarmente a capital paulista. Porém, a reação de muitos paulistas foi desfavorável a esse pedido de paz. No mesmo dia dois de outubro, Pedro de Toledo lançou um manifesto que criticava as condições humilhantes do acordo e acusava a Força Pública de preparar clandestinamente um entendimento com a ditadura para o fim da guerra.

Entretanto, toda a resistência foi inútil: a Revolução de 32 acabara. Nela morreram 633 paulistas e foram exiladas 77 pessoas, entre eles Altino Arantes,

Pedro de Toledo, Julio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita, Ibrahim Nobre, Guilherme de Almeida, Paulo Duarte, Agildo Barata e Isidoro Dias Lopes.

Além desses, há outros pontos interessantes do Movimento Constitucionalista que contribuíram para sua singularidade na história brasileira e que ajudam a compreender de maneira mais profunda as peculiaridades do movimento. Um deles foi o MMDC.

Na noite de 23 de maio de 1932, a multidão que tomou conta das ruas parecia crescer com o passar das horas. A agitação já era intensa na Praça da República, quando alguém lançou a idéia de tomar a sede da Legião Revolucionária, entidade tenentista transformada no Partido Popular Progressista (PPP) e dirigida pelo general Miguel Costa. Imediatamente as pessoas se dirigiram para o prédio da Legião, empurrando suas portas.

Entretanto, os legionários estavam alertas e atiraram nos manifestantes. A multidão, então, dispersa procurando refúgio. Mas já era tarde. O Movimento Constitucionalista tinha suas primeiras vítimas. Eram os jovens Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Das iniciais de seus nomes surgia o MMDC, entidade que teve papel decisivo na organização da guerra civil. Esses quatro mortos seriam cultuados, posteriormente, como sendo os únicos tombados naquela noite.

Dos quatro mortos, apenas Martins vinha de uma família de grandes cafeicultores. Dráusio era filho de um farmacêutico, enquanto Miragaia era auxiliar de escritório. De Camargo, pouco se sabe.

Na surdina, surge a organização MMDC, que começa a angariar fundos para a compra de armamentos. Os nomes dos doadores foram anotados em um “Livro de Ouro”. Mas esses fundos não serviam apenas para a compra de armamentos. Serviam também para sustentar a revolução como um todo.

Dessa maneira, outra fonte para a obtenção de recursos foi a campanha “Ouro para o bem de São Paulo”. Lutando sozinho contra o resto do país, São Paulo viu acabar rapidamente seus recursos financeiros. Em 14 de julho, o governo de Pedro de Toledo decretou a criação de um bônus de guerra que desempenhasse as funções de moeda. Para lastreá-lo, foi lançada a campanha “Ouro para o Bem de São Paulo”. A população foi convocada para contribuir com jóias e outros objetos de metais preciosos. José Maria Whitaker, Gastão Vidigal e Antônio Prado Júnior, entre outros, compuseram a Comissão Diretora da Associação Comercial, que centralizou a campanha em paridade com a rede bancária. A campanha revelou a unidade

interna do Estado. Porém, destaca-se que ela não foi sustentada homogeneamente por todas as classes. Em 11 de julho, por exemplo, 28 organizações comerciais e industriais redigiram um manifesto de apoio ao movimento. Entre elas, só quatro não pertenciam às classes conservadoras e patronais: a Associação dos Bancários, a União dos Barbeiros, a dos Motoristas e a dos Enfermeiros.

A participação das mulheres foi outro traço marcante e singular da Revolução de 32, merecendo destaque. Tão logo surgiu o movimento, elaboraram dezenas de manifestos de apoio, assinados por nomes tradicionais da sociedade. A “Mensagem das Senhoras Paulistas aos Soldados Constitucionalistas e aos Brasileiros de Outros Estados”, por exemplo, apareceu assinada por 200 mulheres de famílias tradicionais como as Silva Prado, Alves de Lima, Silva Telles, Pacheco e Chaves etc.

Essa participação, entretanto, não se limitou a discursos e palavras de apoio e incentivo. Houve, inclusive, casos de mulheres que combateram na linha de fogo, como a professora rural Maria Iguassiaba. Mas foi na retaguarda que o movimento feminino teve maior importância.

Através de instituições como a Cruz Vermelha, a Cruzada Pró-Infância e a Cruz Verde, o trabalho da mulher paulista foi canalizado sobretudo para os hospitais, as oficinas de costura e as “Casas de Soldados”. Em 15 de agosto, 7.200 mulheres, distribuídas em 49 oficinas, já haviam confeccionado 440 mil peças destinadas aos combatentes. Quanto às “Casas de Soldados”, espalhadas por todo o Estado, só em uma delas, a da Bolsa de Mercadorias, na capital, foram servidos 129 mil lanches, durante seus dois primeiros meses de existência.

Tem-se, dessa forma, um breve apanhado do que foi a Revolução Constitucionalista de 32. Cabe, então, discorrer um pouco mais sobre a imprensa da época.

## **1.5 Uma imprensa panfletária**

Em um país onde, na década de 30, a educação era algo acessível a apenas uma parte pequena da sociedade, devido não apenas ao difícil ingresso das crianças nas escolas (inclusive públicas) como também à permanência das mesmas

nos estabelecimentos de ensino<sup>19</sup>, não causa espanto saber que o Censo de 1940 apontou uma taxa de analfabetismo de 56,17% da população com idade superior a 15 anos.<sup>20 21</sup>

Assim, dentro dessa realidade brasileira, percebe-se que poucos eram os que poderiam comprar e compreender aquilo que os jornais noticiavam e é por isso que se podia traçar como perfil daqueles que liam os periódicos nas décadas de 20 e 30 dessa forma: burgueses que buscam contínua ascensão na sociedade e que, aos poucos, assumiam uma função política. “(...) esse público influía nos jornais e era influenciado pelos jornais; e essa relação, na época, não era perturbada pelas forças econômicas que, mais tarde, tanto pesariam na orientação dos periódicos (...)”<sup>22</sup>. A imprensa era, portanto, uma via de mão dupla, a qual atendia as demandas alheias na mesma proporção em que obtinha benefícios.

Entretanto, à época, os jornais eram sobretudo uma tribuna política, a qual expressava de forma coerente e persuasiva a sua realidade nacional. Tinham posições definidas e as defendiam em todas as suas seções com base nas opiniões e pontos de vista defendidos pelos seus donos, os quais eram, em sua maioria,

---

19 A educação no Brasil, na década de 30, envolveu diversos grupos e contou com reformas educacionais que visavam abranger as necessidades do processo de modernização, iniciado com a instauração da República. A melhora do acesso ao ensino contou principalmente com grupos articulados ao ensino público e grupos vinculados aos interesses do ensino privado. É válido ressaltar que, neste período, grande parte da oligarquia acreditava sobretudo na educação não-escolarizada, através de educadores particulares que ensinavam seus filhos em suas casas. Assim, a educação escolarizada que se estruturou após 1930 já se anunciava com a República, e tinha em vista a inserção de parte da população que se encontrava à margem do processo político republicano. Isso porque, nos princípios republicanos, a instrução era um dos pilares para o progresso e cidadania, como parte de um processo civilizatório, sendo que a cidadania, neste período, se pautava pela estratificação ocupacional do trabalho.

Assim, a educação escolar atendeu a população dentro das ambigüidades da constituição das diversas camadas sociais, com projetos diferenciados a serem alcançados pela condições dos vários segmentos que compunham a sociedade brasileira. O processo de inclusão-exclusão, próprio do projeto burguês de educação, baseia-se no ideário liberal, em que é dada ao indivíduo a responsabilidade de seu sucesso ou fracasso. (Síntese obtida em: ANDREOTTI, A. L. **O projeto de ascensão social através da educação escolarizada da década de 30**. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 20 dez. 2007)

20 **O Brasil de JK**. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 08 out. 2007.

21 Esta taxa de analfabetismo não engloba os analfabetos funcionais, mesmo porque, até 1958, a UNESCO ainda considerava como sendo analfabeto a pessoa que não conseguia ler ou escrever algo simples, e o conceito de analfabeto funcional, portanto, não existia. Atualmente, segundo os dados oficiais mais recentes conseguidos através de uma pesquisa realizada pelo IBOPE em 2005, apenas 26% da população brasileira possui domínio pleno das habilidades de leitura e escrita. Esses dados foram fornecidos pelo Instituto Paulo Montenegro, uma Organização Não Governamental especializada em temas relacionados à educação e que possui números referentes ao Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF), o qual apresenta a definição da UNESCO de analfabeto funcional como sendo “uma pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não possui as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do seu dia-a-dia e se desenvolver pessoal e profissionalmente”. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br>>. Acesso em: 08 out. 2007.

22 SODRE, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro, Mauad, 1999. P.276.

membros dos setores liberais da sociedade.

Capelato (1989) atenta que era dessa forma que os setores liberais atuavam não apenas na imprensa, como na educação e partidos, procurando produzir nesses campos novas elites dirigentes e formar a consciência nacional. Esses setores visavam regenerar o país com base nos parâmetros do liberalismo e orientavam a intervenção dos representantes dos periódicos na vida política e social paulista e a brasileira, quando não possuíam dentre seus membros os próprios donos dos jornais, como era o caso de Julio de Mesquita Filho. Isso fez com que a imprensa se tornasse um instrumento de manipulação de interesses, concebendo-a como um agente da história que ela registra e comenta.<sup>23</sup>

Nem os anunciantes escapavam dessa prática. Se um produto estava vinculado a determinado impresso era porque a empresa fabricante concordava e endossava as idéias expressas pelo veículo. Era o caráter panfletário da imprensa nacional, onde a imparcialidade não encontrava espaço. Tinha-se que divulgar e propagar as idéias e os ideais sobretudo dos liberais que pertenciam à imprensa paulista. Percebe-se, nesse ponto, algo descrito por Marx e Engels (1955), em *Ideologia Alemã*, e que se adequa às condições que fomentaram e conduziram a Revolução de 32, principalmente em São Paulo.

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a potência material dominante é ao mesmo tempo sua potência espiritual dominante. Com isto, a classe que detém os meios de comunicação dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual, de modo que a ela, no conjunto, estão submetidas as idéias daqueles a quem faltam os meios da produção intelectual.<sup>24</sup>

Em 1932, tanto os revolucionários paulistas quanto o Governo Federal utilizaram ao extremo os impressos como panfletos políticos. Ambas as partes sentiam a necessidade de afirmar e estabelecer bases para a legitimação do poder vigente e daqueles que o requeriam. Essa prática era respaldada pela credibilidade dos jornais perante seus leitores. Isso porque neles estavam inseridos a confiança da sociedade no discurso, como sendo um portador da razão.

E, para adquirir-se tal credibilidade, os veículos impressos não mediam

---

23 CAPELATO, M. H. **Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

24 MARX e ENGELS (1955) Apud LOSURDO, D. **Democracia ou bonapartismo. Triunfo e decadência do sufrágio universal**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora UNESP, 2004. P.152.

esforços. Pesquisavam, dentre seus leitores, quais eram as receptividades dos pontos de vista difundidos pela empresa para saber as expectativas que cada jornal responde, e procuram os melhores jornalistas/escritores para compor seus quadros de funcionários. E, além de pesquisar as necessidades de seu público-alvo, a imprensa paulista, incluindo *O Estado de S. Paulo*, tinha seus próprios objetivos, que visavam reformar a sociedade com base em questões como a meta de elevar o Brasil à condição de potência de primeira grandeza, a idéia de que a “construção da grande potência” pressupunha a presença de uma classe trabalhadora produtiva e ordeira, e a educação como força capaz de reformar a sociedade.<sup>25</sup>

Os membros do Movimento Constitucionalista e do governo federal sabiam, portanto, o impacto que a imprensa causava em diferentes níveis da sociedade e esse fato era motivo suficiente para que participantes dos dois lados publicassem diversos manifestos através da mesma.

Enquanto Getúlio Vargas usa a imprensa para veicular um manifesto aos paulistas, cujo objetivo é provar a ilegitimidade do movimento, Isidoro Lopes publica, alguns dias mais tarde, um manifesto-consulta à população sobre o final das lutas. Após derrota, para aplacar o descontentamento da população paulista que se manifestava nas ruas, a imprensa e o rádio são responsabilizados de terem alimentado falsas ilusões durante o período de luta.<sup>26</sup>

A imprensa difundia e mantinha o movimento revolucionário, principalmente em São Paulo. Ela tornara-se uma eficaz forma de propaganda ideológica.

Durante a Revolução de 32, a imprensa paulista invocou “as qualidades ancestrais” do povo desse estado, sua “energia férrea” e a “abnegação dos pioneiros de antanho”. (Diário Popular, 4.10.1932) *A Gazeta*, por sua vez, reafirmou a convicção nos destinos de São Paulo como estado líder, e conclamou os paulistas a trabalharem dando provas de que continuavam 'dignos da missão que o predestino histórico nos impôs de pioneiros do progresso nacional. (4.10.1932).<sup>27</sup>

Os veículos divulgavam notícias e ampliavam suas áreas de alcance para que a maioria dos paulistas tivesse acesso aos acontecimentos da guerra civil. A preocupação em manter a sociedade “informada” era tamanha que alguns jornais utilizavam os aviões de batalha, popularmente conhecidos como “vermelhinhos”, para levar aos quatro cantos do estado e em outras localidades brasileiras (um dos

<sup>25</sup> Informações obtidas em CAPELATO, M. H. op.Cit.

<sup>26</sup> STEUER, R. C. op. Cit. P. 124.

<sup>27</sup> CAPELATO, M. H. op. Cit. p. 33.



aviões chegou a ir para o Rio de Janeiro jogando panfletos sobre a revolução) as últimas notícias do levante. Este, inclusive, era o caso o jornal *O Estado de S. Paulo* e de *A Gazeta*.

Entretanto, a cobertura jornalística por muitas vezes não retratava em suas páginas a realidade das trincheiras. Da mesma forma que os paulistas inventaram a matraca para enganar as tropas federais<sup>28</sup>, os jornalistas de 32 também faziam uso da mentira, ora para incentivar o engajamento da população na causa revolucionária, ora para dar continuidade ao movimento. Assim, quando uma tropa de São Paulo perdia alguma cidade ou ponto estratégico para seus oponentes, a imprensa divulgava o fato como sendo uma simples retirada. Quando ganhavam uma batalha, por mais ínfima que fosse, alardeavam o feito como uma vitória extraordinária. Até poucos dias antes do término do Movimento, era possível encontrar nas páginas de *O Estado de S. Paulo* manchetes de capa como “É ótima a situação do Exército da Lei em todas as suas frentes” (OESP, 27/09/1932), “Um dia auspicioso para a causa constitucionalista” (OESP, 28/09/1932) e “O Exército da Lei mantém valentemente suas posições” (OESP, 29/09/1932).

Pontes (2004) destaca que os governistas, por sua vez, não manipulavam menos as informações. Divulgavam, por exemplo, que a sigla MMDC, iniciais dos jovens mortos em maio de 32, significavam, na verdade, “Mata mineiro, degola carioca”. Escreviam que São Paulo queria separar-se do resto do Brasil e que os comunistas é que estavam governando São Paulo, sob o comando de um italiano chamado Matarazzo<sup>29</sup>.

Os jornais foram, portanto, ferramentas de destaque para o Movimento

---

28 Devido à falta de armamento, os revolucionários paulistas levavam matracas nas trincheiras. Assim, quando os inimigos chegavam perto, as tropas constitucionalistas tocavam-nas, imitando o barulho de armas de verdade. Era uma forma estratégica de enganar o inimigo, uma vez que o número de armas era menos que o número de voluntários paulistas. In: DONATO, H. **A Revolução de 32**. São Paulo, Círculo do Livro/Abril, 1982.

29 Francisco Matarazzo (1854-1937) chegou ao Brasil em 1881 e, na primeira década do século 20, já havia acumulado um capital considerável, que aplicou em atividades industriais e comerciais. Seu conglomerado, as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) chegaram a contar com mais de 200 fábricas. Além disso, Matarazzo possuía com um barco, uma frota de navios, um terminal no porto de Santos, duas locomotivas para transportar mercadorias e inúmeros imóveis. Como outros pioneiros da industrialização brasileira, contou com a ajuda do governo, cuja política de proteção alfandegária reduzia o custo da importação de algumas matérias-primas e impunha tarifa elevada a produtos estrangeiros competitivos. Recebeu do rei Vitorio Emmanuele o título de conde por ter enviado à Itália mantimentos durante a Primeira Guerra Mundial. Admirador de Mussolini, o conde contribuiu financeiramente com o fascismo. Muitos dos operários em suas fábricas eram imigrantes italianos. Fora da colônia, Matarazzo era visto com desconfiança pela elite tradicional e pela nascente classe média urbana. (Síntese obtida na seção de biografias do site Universo Online (UOL). Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias>>. Acesso em: 08 jan. 2008).

Constitucionalista tanto para o bem como para o mal e, embora tivesse um grande impacto, não foram as mais decisivas. As ondas do rádio é que faziam a diferença e possuíam um forte ponto a favor para isso: o público não precisava ler para entender o que acontecia durante o período do levante constitucionalista.

Vozes como a de Nicolau Tuma e César Ladeira inflamavam a população para a causa constitucionalista. Ladeira, radialista conhecido por ter criado o apelido de “a pequena notável” para Carmen Miranda, era um dos mais entusiasmados. Foi dele a idéia de fazer da música Paris Belfort o hino do movimento. Porém, mesmo com tanto engajamento, as diferenças de potência, alcance e quantidade das rádios nas mãos do governo vigente minimizavam os resultados das vozes que lutavam em prol do movimento. Este fato fez com que os adeptos da revolução buscassem alternativas para a continuação do uso do rádio.

A batalha nas rádios estendeu-se aos radioamadores, com lances cinematográficos pela ousadia e impertinência. No Rio de Janeiro, Paulo Yasbek, estudante do último ano de medicina, era radioamador e entusiasta do ideal constitucionalista. Com a ajuda de outras pessoas montou uma estação móvel que transmitia boletins pró-constituente. Sem dúvida, uma de suas transmissões mais arrojadas foi realizada a partir de uma suíte alugada no Copacabana Palace, ouvida por todo o bairro. Também eram transmitidas informações de caráter militar para São Paulo em tcheco, por meio de Código Morse.<sup>30</sup>

Por ter influenciado de maneira incisiva na participação da sociedade junto ao levante paulista é que a maior parcela da população acusou a mídia (imprensa e rádio) de ser responsável pelas ilusões criadas, mentiras difundidas e prejuízos financeiros. Esquecendo que em 1932 o Movimento Constitucionalista foi respaldado pela ação da população paulista, mesmo que por vezes com base em inverdades. Tal fato ocorreu porque, em muitos casos, a exemplo do que afirmara Gramsci (2006):

(...) um grupo social, que tem sua própria concepção de mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional – isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico –, toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é sua, e a afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em “épocas normais”, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada.<sup>31</sup>

30 PONTES, J. A. V. op. Cit. P.173.

31 GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. vol 1. 4ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006. P.96.

Como será observado com maior profundidade no segundo capítulo, a classe hegemônica utiliza dos veículos de comunicação para difundir a sua ideologia baseada em seu próprio senso comum. Assim, aqueles que não pertencem à classe hegemônica, acabam por consentir determinadas ações por acreditarem serem as corretas.

No entanto, a punição não ficou no âmbito da insatisfação dos cidadãos de São Paulo. Assinado o armistício, restou aos jornalistas e radioamadores constitucionistas apenas a prisão e/ou o exílio, tal como ocorreu com Julio de Mesquita Filho.

Assim, este capítulo procurou destacar aspectos pertinentes e necessários para uma análise mais completa do discurso de Julio de Mesquita Filho, tanto nos editoriais como nas matérias que serão estudadas.

Para isso, foram abordados a biografia de Mesquita Filho, por meio de dados biográficos que ajudaram a traçar um perfil do jornalista. Da mesma forma, fez-se um resumo histórico da formação e desenvolvimento do periódico *O Estado de S. Paulo*, tendo-se como objetivo verificar a linha editorial do impresso e a influência do repertório político e intelectual da família Mesquita dentro de *OESP*. Outro tema representativo para o presente estudo foi apontar o contexto histórico-social do Movimento Constitucionalista 32, feito através de um resumo dos acontecimentos daqueles três meses de batalha. Por fim, era igualmente importante situar a imprensa durante o período em questão, explanando como ela e o rádio fizeram a cobertura da Revolução de 32, e, sobretudo, o próprio comportamento do jornal *O Estado de S. Paulo* à mesma época.

## Capítulo 2 – Estado, Poder e Imprensa

O Movimento Constitucionalista de 32 também é conhecido como uma das poucas guerras civis que o país presenciou. Por ser algo raro, era necessário, como pôde ser constatado no primeiro capítulo, entender não apenas como o movimento funcionou, mas elucidar, de igual forma, os elementos que ajudaram a fomentar o acontecimento do mesmo, como a imprensa (paulista e nacional), o jornal *O Estado de S. Paulo* e o próprio Julio de Mesquita Filho, figura central do presente trabalho.

Assim, compreendendo-se um pouco mais sobre as inúmeras facetas que compuseram os quase três meses de batalha e alguns fatos e períodos que a antecederam, pode-se perceber a complexidade da Revolução de 32. No entanto, para que haja um maior aprofundamento da temática proposta, certas acepções precisam ser analisadas e definidas. São essas acepções que permeiam e norteiam o contexto histórico, político e cultural de São Paulo e do Brasil durante 1932. Dessa forma, definir conceitos como Estado, sociedade e instituições sociais colaboram para que a análise do *corpus* tenha um maior arcabouço teórico.

Trata-se, portanto, de compreender não somente como se pode conceituar certos preceitos, como igualmente verificar como os mesmos eram depreendidos por Julio de Mesquita Filho. Traçar paralelos sobre essas diferenças conceituais é um processo que precisa ser realizado para que haja um maior entendimento da linguagem utilizada pelo jornalista, uma vez que se acredita que “todo ser falante tem uma linguagem pessoal e própria, isto é, um modo pessoal de falar e sentir.”<sup>32</sup>

### 2.1 Das definições de Estado e Sociedade

O Estado vem sendo definido das mais diversas formas ao longo dos séculos. Ele já foi uma mistura entre a instituição e o governante, através de Maquiavel; foi um Leviatã, por meio do qual as experiências históricas totalitárias são percebidas nas palavras de Hobbes; apresentou uma vertente liberal, com a defesa da propriedade privada em Locke; e também já foi um instrumento da classe dominante, onde a família e a sociedade civil são seus pressupostos, na obra de

<sup>32</sup> GRAMSCI A. op. Cit. P. 398.

Marx.

Embora tais conceitos ora se contradigam, ora se complementem, são pertinentes para a apreensão do que é o Estado. Pertinentes, mas insuficientes para o período de análise escolhido. É em Gramsci que se percebe a amplitude de atuação do Estado, do que ele é composto, como é formado, além de se constatar a relação que o Estado mantém com a sociedade, já que estes possuem vínculos que somente deixariam de existir em uma situação utópica<sup>33</sup>. E é por tais vínculos que não há como estudar Estado e Sociedade em Gramsci dissociando os dois conceitos, segundo palavras do próprio autor: “(...) na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer que, de que Estado = Sociedade Política + Sociedade Civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção.”.<sup>34 35</sup>

É por este motivo que Gramsci entende estar incorreto associar o conceito de Estado ao de “sociedade política”, porque tal associação limita a noção de Estado. Este é mais do que uma ditadura ou um aparelho coercitivo que tem como função adequar os demais grupos sociais a uma determinada produção ou à economia. Tampouco somente o é a hegemonia de um dado grupo social por meio de organizações privadas, como os partidos políticos, a mídia, a Igreja, o sistema escolar. O Estado é, na verdade, o equilíbrio destas duas faces da sociedade.

Assim, o Estado transcende a idéia de ser um mero instrumento de poder para a classe hegemônica. Ele amplia sua atuação para conquistar a hegemonia necessária dentro da sociedade civil, sendo tal hegemonia feita de modo sutil e eficaz. Isso porque o Estado apresenta-se, sobretudo, como força e cooptação. Sua atuação não se explica apenas pelo uso da força ou coerção legal; é preciso que haja acordos, ainda que implícitos, ou que certas medidas sejam consentidas por parte daqueles que não detêm o poder. Tais consentimentos acontecem por meio de sistemas e entidades, como os jornais, partidos políticos ou grupos sociais, os quais aparentemente não mantêm uma ligação direta com o Estado e sua estrutura coercitiva, mas que ajudam a formar o ambiente necessário para que ele funcione a serviço de uma classe, a qual, neste caso, é a hegemônica. É através das palavras

---

33 Essa situação utópica aconteceria se sociedade política fosse absorvida pela sociedade civil. Tal situação faria com que o Estado-coerção deixasse de existir para o surgimento do denominado Estado-ético.

34 GRAMSCI A. **Cadernos do Cárcere**. vol 3. 4ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006. P.244.

35 GRAMSCI, A. Idem. P.398.

e ações desses sistemas e entidades que se forma a hegemonia dentro da sociedade<sup>36</sup>, principalmente a civil, e do próprio Estado.

As medidas adotadas por meio da figura de Getúlio Vargas fazem com que o Brasil possa ser inserido dentro dos conceitos de Estado e Sociedades descritos por Gramsci, em um período que até mesmo antecede o que ocorreu em 1932. Para compreender melhor Vargas e o Estado concebido pela nova classe hegemônica, é preciso remeter à época da Revolução de 30.<sup>37</sup>

Esta Revolução foi um momento político-militar que culminou com o fim da Primeira República (1889-1930), marcada sobretudo pela alternância no poder entre os estados de Minas Gerais e São Paulo. Assim, políticos (a maioria do Rio Grande do Sul), tenentes e alguns membros remanescentes da oligarquia (que desejavam estar ao lado do poder vigente) uniram-se para disputar as eleições. Frente à derrota, buscaram, por meio de revoltas simultâneas pelo país, derrubar o governo e reformular o sistema político da época, através da proposta dos tenentes que queriam, inclusive, a introdução de reformas sociais e a centralização do poder.

Esse era o fruto de uma insatisfação tanto nacional, em torno da alternância de poder típica da República do “Café com leite”, quanto de grupos sociais mineiros, descontentes por terem que ceder sua vez no governo federal para um outro paulista. Havia, portanto, uma crise na hegemonia e, quando “(...) se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens provençais ou carismáticos”.<sup>38</sup> Era justamente o caso de Getúlio Vargas.

O Movimento Revolucionário conquistou o poder contando com a participação

---

36 Para Gramsci, essas duas sociedades formam o Estado “ampliado”. Embora elas estejam metodologicamente divididas, elas não o estão organicamente; ambas têm como função garantir a manutenção e reprodução dos preceitos da classe hegemônica. Assim, baseado no conteúdo dos **Cadernos do Cárcere**, sobretudo nos volumes 1 e 3, pode-se depreender que sociedade política são os mecanismos que asseguram o monopólio da força pela classe hegemônica, sendo esses mecanismos a burocracia executiva e a força policial/militar. Pode-se afirmar, dessa forma, que a sociedade política é o Estado em sentido restrito ou o denominado Estado-coerção. A sociedade civil, por sua vez, é um conjunto de grupos sociais, sendo que tais grupos têm por objetivo elaborar e difundir ideologias (entendendo-se, neste caso, ideologia como o senso comum da classe dominante), e são compostas por instituições como a Igreja, os sistemas de ensino escolar, sindicatos (tanto os patronais, quanto os dos trabalhadores), partidos políticos e organizações de difusão cultural. Dessas organizações, pode-se destacar a imprensa e o rádio, por terem a capacidade de difundir de maneira mais abrangente as ideologias da classe hegemônica e por atingirem um maior número de pessoas.

37 As informações contidas nesta parte do trabalho baseiam-se no conteúdo das seguintes obras: BERTOLLI FILHO, C. **República Velha e a Revolução de 30**. 2ª Edição. São Paulo, Atica, 2003. FAUSTO, B. **A Revolução de 30**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

38 GRAMSCI, A. Idem. P. 60.

de pessoas como Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Lindolfo Collor, Juarez Távora, João Alberto, Miguel Costa, Artur Bernardes, Venceslau Brás e Julio de Mesquita Filho. Uma vez tomado o poder de Washington Luís, que havia vencido as eleições e representava os interesses da classe hegemônica de São Paulo, formou-se uma junta provisória de governo, a qual, em seguida, transmitiu o poder a Getúlio Vargas. A crise<sup>39</sup>, portanto, havia se amenizado e era preciso lidar com suas conseqüências e estabelecer uma nova hegemonia, fruto desta fase que se iniciava. Com Vargas à frente do governo, pôde-se perceber mudanças de ação junto a grupos sociais que, até então, permaneciam esquecidos pelos representantes do poder vigente. Era preciso fomentar o consentimento antes de se buscar o caminho da coerção.

Para isso, o governo representado por GV promoveu um processo político de centralização do poder, diminuindo, assim, a autonomia dos estados. Socialmente, também havia a necessidade (e o interesse) de mudanças. Ministérios, como o do Trabalho e o da Educação, foram instituídos e, com eles, leis que regulamentavam diversas atividades, inclusive as sindicais. Dessa maneira, Vargas cercava-se não apenas de políticos e tenentes, como igualmente de intelectuais, dando a estes cargos pontuais dentro do governo estabelecido. Foi o caso do escritor José Américo de Almeida, o qual assumiu, em 1932, o setor da Viação e Obras Públicas.

Embora essas medidas fossem proveitosas para Vargas, ao grupo o qual ele representava e para grande parte dos grupos sociais do Brasil, os liberais paulistas, inclusive Julio de Mesquita Filho, ficavam mais descontentes com o desencadear dos fatos posteriores à Revolução de 30 e da atuação do governo federal. Os paulistas queriam voltar a ter força dentro do cenário brasileiro. Queriam novamente

---

39 “A crise cria situações imediatas perigosas, já que os diversos estratos da população não possuem a mesma capacidade de se orientar rapidamente e de se reorganizar no mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados. A unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um único partido, que representa melhor e sintetiza as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico normal, ainda que seu ritmo seja muito rápido e quase fulminante em relação aos tempos tranquilos: representa a fusão de todo grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema vital dominante e de afastar um perigo mortal. Quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas sim a do chefe carismático, isto significa que existe um equilíbrio estático (cujos fatores podem ser muito variados, mas entre os quais prevalece a imaturidade das forças progressistas), que nenhum grupo, nem o conservador nem o progressista, dispõe da força necessária para vencer e até o grupo conservador tem necessidade de um senhor”. (GRAMSCI, A. Idem. P.60-61).

ter poder; poder este que estava cada vez mais centralizado junto ao governo federal. A cartada final do então presidente (e a indicação mais concreta de que o então presidente não tinha planos de dar maior campo de ação política para São Paulo) aconteceu quando este nomeou João Alberto, um representante militar (ele era tenente) e não-paulista, como interventor da província de São Paulo. Era o estopim para a formulação do Movimento Constitucionalista de 32.

Julio de Mesquita Filho compactuava com tal insatisfação, principalmente porque foi um dos que apoiaram a Revolução de 30 no estado de São Paulo. As atitudes de Getúlio Vargas eram contrárias à formação política e cultural do jornalista. Isso porque Mesquita Filho é diretamente influenciado pelos preceitos teóricos do pensador do século XIX, Herbert Spencer<sup>40</sup>. O jornalista, também influenciado pelo liberalismo e pelo darwinismo social, acredita na superioridade paulista (por serem descendentes diretos dos bandeirantes, possuem um espírito guerreiro, uma força que os demais brasileiros desconhecem) e que cada estado da federação tem o poder político e econômico necessário para que possam tomar decisões de maneira mais autônoma, referência direta de sua admiração pelos Estados Unidos da América.

O jornalista quer o progresso do país e de São Paulo e, por isso, mais uma vez vai ao encontro dos conceitos formulados por Spencer. Segundo este autor,

(...) o Universo evoluciona; e evolucionar é progredir; progride, no seu conjunto, como progridem as células, que o constituem ou habitam. E sendo a causa determinante desse progresso, em todas as ordens, — astronômica, geológica, orgânica, social, econômica, etc. — comum a todas elas, deve poder exprimir-se em função deste atributo; deve haver um caráter comum a todas as transformações. A contínua passagem do homogêneo para o heterogêneo deve assentar numa lei que pode denominar-se da transformação e enunciar-se deste modo: “toda a causa produz mais de um efeito” ou “toda a força ativa produz mais duma modificação”. E como cada modificação produzida é causa doutras, teremos os efeitos, com o tempo, multiplicados indefinidamente até ao inverossímil.<sup>41</sup>

40 Herbert Spencer (1820-1903) foi um pensador do século XIX que teve duas grandes influências: o positivismo e a ciência biológica (Darwinismo – evolução das espécies). Em seu livro, **Princípios da Sociologia** (1874-1896), o autor aborda que é preciso um novo conceito de Estado, o qual integra as partes, diminuindo o poder individual mas que, ao dar interdependência, forma uma malha de relações possíveis, as quais geram outras relações sociais. Deste princípio, fundamenta a divisão entre dois tipos de Estado: o militarista (voltado para as ações guerreiras e a soberania sobre outros Estados) e o industrial (onde lança-se mão da criação da produção do trabalho). Spencer acredita que a democracia e a paz são as condições para que a indústria evolua e que a sociedade sempre evolui de um Estado militarista para o industrial, onde ocorre a inversão da crença de que os indivíduos existem para o benefício do Estado para a crença de que o Estado exista para o benefício dos indivíduos. Por tais princípios, ele é a favor do ajuste da oferta e da procura, sem a ingerência do Estado.

41 SPENCER, H. **Do progresso – sua lei e sua causa**. Lisboa, Editorial Inquérito, 1939. P. 09-10



Mesquita Filho agia e pensava de acordo com a sua formação política e cultural. No entanto, mesmo tendo como base desta formação outros autores, é possível identificar traços gramscinianos em suas atitudes e posturas, assim como foi possível fazê-lo em Getúlio Vargas. Tanto o então presidente quanto o jornalista queriam o poder, queriam fazer parte da classe hegemônica. Vargas estava desfrutando de sua conquista quando Julio Mesquita Filho, ao lado de seus aliados, fomentou a Revolução de 32, tendo em vista sua volta ao poder. Mesmo que em lados opostos (um era governante, o outro, governado), ambos acabaram utilizando as instituições sociais sobre as quais tinham influência para trazer a hegemonia para a sociedade civil. Assim, é preciso analisar como essas instituições se estabelecem e quais são suas ações dentro da sociedade para que se perceba como estas ajudam a desenvolver os mecanismos de cooptação nos grupos sociais, por meio da difusão do senso comum da classe hegemônica.

## 2.2 Das instituições sociais

Por ser um termo que compõe o repertório de muitas pessoas, há diferentes tipos de definições para o termo instituição. Dessa forma, a instituição pode ser

(...) um padrão de controle, ou seja, uma programação da conduta individual imposta pela sociedade. (...) No sentido usual, o termo designa uma organização que abranja pessoas, como por exemplo, um hospital, uma prisão ou (...) uma universidade. De outro lado, também é ligado às grandes entidades sociais que o povo enxerga quase como um ente metafísico a pairar sobre a vida do indivíduo, como 'o Estado', 'a economia' ou 'o sistema educacional'.<sup>42</sup>

No entanto, tais definições limitam o sentido do termo instituição, porque condicionam a pensar tão somente que uma instituição apenas existe se tiver um cunho social (uma instituição social), ou seja, é reconhecida e regulada por leis. Esquece-se que uma instituição possui características fundamentais que a estabelecem e não estão necessariamente ligadas a uma lei ou a um dispositivo legal. Tem-se, por exemplo, a linguagem, primeira instituição com a qual o ser

---

42 BERGER, P. L. e BERGER, B. *O que É uma instituição social*. In: FORACCHI, M. M. e MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade – Leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro, LTC, 1994. P. 164.

humano se depara. Ela é

(...) a instituição fundamental da sociedade, além de ser a primeira instituição inserida na biografia do indivíduo. É uma instituição fundamental, porque qualquer outra instituição, sejam quais forem as suas características e finalidades, funda-se nos padrões de controle subjacentes da linguagem. Sejam quais forem as características do Estado, da economia e do sistema educacional, os mesmos dependem de um arcabouço lingüístico de classificações, conceitos e imperativos dirigidos à conduta individual; em outras palavras, dependem de um universo de significados construídos através da linguagem e que só por meio dela podem permanecer atuantes.<sup>43</sup>

Dessa forma, a linguagem é o primeiro contato do indivíduo com o mundo. É através dela que o mundo chega ao conhecimento de uma criança. Aliás, esse é o primeiro contato de um infante com o mundo, mesmo que por meio apenas do que lhe é transmitido pelos adultos. Mas este é tão somente o princípio de seu contato com algo maior: a sociedade. Essa linguagem ajuda a objetivar a realidade, porque concede a objetos nomes e estabelece relações significativas com os mesmos. É por meio dela que “os papéis desempenhados pelos diversos seres se estabilizam.”<sup>44</sup> E tais papéis também representam instituições.

Até o presente momento, a linguagem foi a base de explanação para o que é uma instituição e, por conta de sua importância dentro da mídia, foi pertinente entender, ainda que de maneira superficial, como ela atua. Todavia, ela é somente uma das instituições que compõem a sociedade, sendo que todas elas possuem características fundamentais que as justificam, validando e respaldando suas ações.

Segundo Berger e Berger (1975), essas características são: a exterioridade (refere-se a algo que está fora do indivíduo, ou seja, é perceber que tal entidade existe e continuará existindo independente do que sinta ou faça. Ela simplesmente não assumirá ou se extinguirá apenas por força de seu desejo), a objetividade (significa que uma instituição assim o é definida porque todos admitem - de maneira objetiva - que a mesma existe e de um modo determinado, não restando espaço para dúvidas em sua concepção), a coercitividade (as instituições são dotadas de formas coercitivas que legitimam sua atuação e garantem sua sobrevivência. É o poder que elas exercem sobre os indivíduos), a autoridade moral (a legitimidade das instituições também ocorre através de uma autoridade moral, sendo que esta

---

43 BERGER, P. L. e BERGER, B. Idem. P. 164

44 BERGER, P. L. e BERGER, B. Idem. P. 165

45 Os autores explicam que o conceito de papel empregado está associado ao de representação, nos moldes preconizados por Durkheim.

autoridade tem maior ou menor poder de ação dependendo das instituições onde está inserida) e a historicidade (esta característica indica que uma instituição tem uma historicidade, ou seja, possui uma história. Indica que ela transcende o indivíduo, uma vez que ela provavelmente existiu e continuará existindo antes mesmo de seu nascimento).

Assim, percebe-se que as instituições sociais têm mecanismos próprios de consolidação de sua atuação, exercendo, sobretudo através da coercitividade e de uma autoridade moral, suas ações com a força e legitimidade que lhes são próprias. Essas cinco características, portanto, permeiam as instituições sociais e podem ser percebidas inclusive se partir do pressuposto de que são instituições sociais.

Em Gramsci (2006), foi verificado que a classe hegemônica utiliza certas entidades como forma de manutenção e difusão do senso comum estabelecido por esta mesma classe hegemônica. Alguns desses sistemas são o escolar e a imprensa. Tanto Getúlio Vargas quanto Júlio de Mesquita Filho sabiam da importância de ambas tanto para o desenvolvimento do país, quanto para a manutenção/obtenção do poder. E, mesmo as duas tendo validade para os projetos desses homens, eram nos órgãos de comunicação que eles projetavam aos demais grupos sociais seus pensamentos e suas obras.

Getúlio Vargas, por ter conseguido chegar à Presidência da República, utilizava os órgãos de comunicação como seus porta-vozes e fazia questão de usá-los como meios de propaganda política. Embora Vargas tivesse aliados em grandes jornais do Brasil, era o rádio o veículo do qual mais fazia uso. Isso porque o rádio tinha maior alcance entre a população, uma vez que esta ainda apresentava altos índices de analfabetismo.

Júlio de Mesquita Filho também compreendia a função da imprensa e do rádio nos demais grupos sociais e, justamente por ser proprietário de um dos mais tradicionais periódicos de São Paulo e do país, ele tinha condições de fazer deste jornal sua tribuna particular. Essa tribuna era o palco de seus sentimentos, desabafo, conclames políticos e sociais, os quais vinham tanto por meio de seus editoriais, quanto entre as linhas das matérias publicadas. No entanto, mesmo constatando que a imprensa e o rádio são entidades que têm a capacidade de reproduzir o senso comum elaborado pela classe hegemônica, isso não é suficiente para perceber como o jornalismo passa a ser classificado como instituição social.

Ora, o jornalismo apresenta as cinco características citadas:

- ele é dotado de uma realidade exterior;
- tem como um de seus princípios a objetividade (tanto no modo de transmissão das informações, quando no *modus operandi*);
- é dotado de uma força coercitiva, a qual lembra o tempo todo a existência de um órgão que registra e divulga o que acontece de bom ou ruim, certo ou errado pelo mundo;
- tem autoridade moral que é capaz de coagir os indivíduos que inflijam esta moral;
- e, por fim, apresenta a qualidade de historicidade.

Mas essas são as únicas características que garantem ao Jornalismo o status de instituição social? Quais são os demais fatores que levam a essa conclusão?

### 2.3 Jornalismo como instituição

Sendo a linguagem a primeira instituição com o qual o ser humano se depara, cabe fazer uma análise de como essa instituição relaciona-se com outras instituições, as sociais, sobretudo, quando se percebe que o próprio jornalismo pode ser entendido como uma instituição social. Ora, assim como a linguagem é algo fundamental para a comunicação de uma forma geral, a informação é a matéria-prima do jornalismo. E, tendo essa função, é necessário verificar o que é uma informação. Dessa forma, tem-se em Quéré (1982) uma boa definição para esse conceito.

A informação é uma ciência-ficção. Não no sentido habitual dessa expressão, que designa as obras da imaginação científica descrevendo um estado futuro do mundo. Mas referindo-se à estrutura mista, que lhe é subjacente, combinando estes dois componentes fundamentais: ciência e ficção, constatação e simulação, anotação de fatos e relato. Isto a distingue da narrativa oral das sociedades tradicionais, feita de histórias familiares ou locais, de gestos costumeiros, de recitações de caminhos e paisagens.<sup>46</sup>

A mídia, por meio de seu discurso informativo, utiliza-se da informação como

---

46 QUÉRÉ, L. **Des Mirois equivoques**. Aux origines de La communication moderne. Paris, Aubier Montagne, 1982. P.152.

uma ciência-ficção também por intermédio das citações de autoridades que a todo instante do texto precisam comprovar a veracidade do que é afirmado. No entanto, mais importante do que verificar tal fato é questionar que tipo de saber sobre a realidade social os meios de comunicação de massa produzem. Trata-se de um poder ambivalente: “(...) é, ao mesmo tempo, reflexo e substituto do referente; parece produzir o real, enquanto que, na verdade, institui-o 'de cabo a rabo'; tem as aparências de uma cópia conforme, mas de fato constitui uma representação intransitiva.”<sup>47</sup>

Cria-se, dessa maneira, simulacros da realidade, uma vez que a verossimilhança feita através das palavras contidas, por exemplo, nas páginas dos jornais, é uma das condições para que se acredite no que é publicado. A credibilidade, da mesma forma que a coerência, faz-se necessária para aqueles que têm acesso a esta informação, pois eles não possuem os parâmetros necessários para que haja um discernimento do que realmente aconteceu e como aconteceu. É nesse momento que a verossimilhança produzida faz uso do papel do jornalista, aquele que dentro do seu papel social saberá relatar de maneira eficaz e objetiva a informação. Pressupõe-se que o jornalista, como narrador do fato, traga dados e referências que comprovem o que está sendo relatado.

Mas essa suposição, induzida pela economia narrativa, não equivale jamais a uma certeza, uma vez que a informação dos media não pode reproduzir exatamente, no seu domínio, a pragmática do saber científico. A narrativa compensa essa fraqueza pela exploração das possibilidades do relato, isto é, pelo recurso à ficção. Não podendo instalar-se no domínio do verdadeiro, a escritura jornalística constitui o verossímil recorrendo à ficção.<sup>48</sup>

Assim, os narradores não descrevem os processos ou acontecimentos. Eles retiram certos pedaços e, com a ajuda dos *experts* e das personagens daquele acontecimento, instituem o real. Trata-se, portanto, de uma simulação, a qual é realizada através de esquemas pré-construídos que garantem a sua coerência, ou seja, a coerência da realidade simulada<sup>49</sup>. E, dentro desse processo de fabricação da informação, a simulação influencia tanto esse mesmo processo quanto os demais

---

47 QUÉRÉ, L. Idem. P.157.

48 QUÉRÉ, L. Idem. P.158.

49 A hipótese de Quéré (1982, p.160) é que, “essa simulação generalizada, pela atividade narrativa constituinte da informação que cria o espaço perspectivo onde se realiza a sujeição e circunscreve o campo onde vêm se formar as práticas sociais”, está no fundamento da operatividade simbólica da mídia”.

componentes do processo comunicacional: destinador, destinatário e referente.

Para problematizar o sistema de ação jornalística é preciso questionar as imagens que lhe conferem um caráter de evidência. A economia da escrita de imprensa nada tem de imediato ou de necessário. Ela é um fato de instituição.

E suas determinações, que só o são porque escapam a consciência dos atores, provêm de um sistema sociocultural cujas orientações são atualizadas por instituições, por jogos de papéis e por forma de discurso.<sup>50</sup>

Ou seja, a ação jornalística é um conjunto de práticas que ajudam a simular um certo fato, mas este conjunto funciona de uma tal maneira que se torna difícil uma relação de troca, de reciprocidade. O ato de comunicar, assim, fica limitado, pois não há diálogo entre todas as partes envolvidas no processo (destinador, destinatário, referente). É algo que reflete uma objetivação social e que mistura elementos diversos, que vão desde a narratividade tradicional oral à instituição teatral da sociedade, como destacado por Balandier (1982) no primeiro capítulo.

Nesse complexo processo, o jornalista participa como “(...) ator-espectador, assegurando a separação e o fechamento da cena da representação. Como o coro no teatro grego, ele serve para representar a representação de maneira tal que o representante seja, ele também, objeto de representação.”<sup>51</sup>

Historicamente, o jornalista foi fundado como sendo o mediador da transcendência entre o Poder e o Saber. Ele tinha como função ser o pedagogo e o porta-voz do grupo social esclarecido. Desempenhava um duplo papel: transmitia as ações feitas pelo governo à população e era a garantia da representação burguesa para assegurar certas práticas sociais. São esses atributos e o relato que os articula que continuam a definir o campo das práticas jornalísticas; um campo que possui três pólos: o Poder (sobretudo, o poder político), o público e este denominado jornalista-narrador. Sendo que tais estabelecem entre si um conjunto de interações.

Dessa maneira, em um primeiro momento, o jornalista toma um lugar

(...) ao lado do poder político, e mesmo assim permanecendo próximo do público, ele simula o que faz um, e aquilo que agrada ao outro, sem ser identificável nem a um, nem ao outro.

De um lado, ele “simula o Príncipe que não é”, colocando-se ficticiamente no seu lugar. Isto lhe é demandado, de uma certa forma, por seu papel de porta-voz de uma opinião pública investida de uma missão crítica e legisladora.<sup>52</sup>

50 QUÉRÉ, L. Idem. P.161.

51 QUÉRÉ, L. Idem. P.162.

52 QUÉRÉ, L. Idem. P.163.

Ele retrata as ações dos governantes de forma normativa ou crítica, ou seja, o jornalista ensina sobre política, sem conhecer as atribuições de tais cargos ou suas responsabilidades. E, mesmo mantendo uma relação tão próxima à classe hegemônica, ele permanece próximo ao público. Público este que lhe atribuiu, implicitamente, uma delegação: a de contar e comentar as ações do governante. É como se o jornalista conseguisse satisfazer as vontades do público desvelando os bastidores do poder, o qual poucos indivíduos têm acesso. No entanto, essa aparente proximidade mascara a distância que posiciona o público como mero espectador.

Esse sistema e o procedimento de autorização que lhe é incorporado, constitutivo de uma posição social sustentada por um estatuto, um prestígio e uma cultura, define a matriz efetiva da informação “clássica” e determinam o real que aí se inscreve (encenação do poder, figuração de autoridade, enunciação de um saber sobre o social, fixação de critérios de discriminação etc. (...)) Ora, a peça mestra dessa maquinaria corresponde a identificação fictícia do jornalista aos dois pólos que ele liga: o do Poder, do qual assegura a visibilidade, e o do público, do qual conhece a curiosidade e os esquemas de representação).<sup>53</sup>

Percebe-se, portanto, que da mesma maneira que a informação dá a ilusão de registrar o real, substitui-os por seus fabricados a partir de fragmentos recortados do real (pedaços de acontecimentos, pedaços de discursos), instituindo o real por intermédio de uma situação generalizada. Nessa situação generalizada é que o jornalista substitui o poder e até os agentes históricos por personagens que se assemelham a eles, bem como produz o público, como simulação, conduzindo este a se identificar com a simulação criada.

O jornalista, ao veicular uma informação, torna o poder visível, fornecendo a este poder uma posição de domínio absoluto do funcionamento da sociedade civil. A representação criada faz com que a separação entre o poder e os demais grupos sociais constitua uma das marcas essenciais a partir das quais um espaço comum seja percebido aos que o ocupam. A representação criada torna-se, portanto, tão necessária ao Poder quanto ao público. “Em outros termos, o Poder só é onipotente pela mediação de uma representação, produtora de coerência, de sua capacidade de determinar a história e de dominar o funcionamento da organização social.”<sup>54</sup>

---

53 QUÉRÉ, L. Ibidem.

54 QUÉRÉ, L. Idem. P.166.

Ora, o poder precisava de alguém que relatasse seus feitos fizesse a sua representação, assim como o público precisava de alguém que mostrasse o poder e o que ele fazia. A relação entre os dois pólos tornou-se necessária. Todavia, Quéré (1982), lembra que “(...) o contrato que os obriga mutuamente deve permanecer tácito, sob pena de fazer emergir os interesses políticos e práticos que lhe são subjacentes (neutralidade ou objetividade da informação).”<sup>55</sup>

O jornalista, dessa forma, acaba oscilando de maneira imaginária entre o poder e o narrador de sua ação e, em paralelo, entre o leitor e ele. O leitor também faz essa troca imaginária com o poder a partir do que lhe é relatado. E tal proeza só é possível porque o narrador identifica-se ficticiamente ao poder e, assim fazendo, representa<sup>56</sup> perfeitamente seus gestos, palavras e ações.

O narrador informador transforma o relato do poder em relato de origem da história e da organização social, criando a apreensão de um e outro, no momento de sua produção pelo poder. A informação transmitida, assim, cria um espaço perspectivo e distribui as personagens. Constrói uma cena e lhe confere uma ilusão de profundidade, ao mesmo tempo que institui o espaço social como teatro. Restringindo a origem da história em curso por meio da representação do poder, o jornalista coloca-o em relação a um campo povoado de sujeitos e mostra como ele gere suas relações com a interioridade.

A história é, então, a maneira pela qual o Poder se assegura do domínio desse campo.

Mas o narrador não pode aprender essa história no momento de seu surgimento, senão ocupando ficticiamente o ponto de vista e o ponto de origem onde se mantém o Poder.

Representando o cálculo estratégico desse, ele compõe e descreve o campo perspectivo que se descobre a partir desse ponto de vista; da mesma forma, ele aí distribui os atores da história tal como aparecem vistos desse lugar do Poder.<sup>57</sup>

Dessa maneira, o narrador só pode ver aquilo que entra no campo de objetivação do poder, constituindo-se como o espaço perspectivo da sociedade, uma simulação fabricada sobre uma cena narrativa construída para figuras a onipotência

---

55 QUÉRÉ, L. Idem. P.168.

56 “Fazendo-se do 'Príncipe que ele não é e que não pode ser', o narrador informador reduz a contingência dos acontecimentos, relacionando-os sob forma de uma causalidade temporal (o desenvolvimento cronológico substitui, então, a causalidade), a sujeitos dotados de vontade e de poder, isolados de seu meio e dotados de um espaço “próprio” que lhes serve de base de onde gerir suas relações ao que lhes é exterior” (Quéré, 1982, p.168)

57 QUÉRÉ, L. Idem. P.169.



do poder político da classe hegemônica.

Durante a Revolução de 32, essa simulação também é criada pelo rádio e pela imprensa, tanto para retratar o lado governista, quanto o dos revolucionários. Todavia, é interessante perceber o papel de Júlio de Mesquita Filho dentro desta instituição social.

Ora, Mesquita Filho não apenas fazia parte de uma classe a qual por um longo período esteve no poder do estado de São Paulo e do Brasil, como também era um jornalista. Ele utilizava seu veículo para representar a realidade do poder político ao qual ele pertencia; assim, a troca, ainda que imaginária, entre o narrador e o poder não existia. O jornalista, portanto, representava e era representado por este poder. Transmítia as informações que acreditava serem corretas, muitas vezes esquecendo-se da objetividade e demais traços que devem compor a realidade jornalística, fomentando a verossimilhança.

Agindo dessa forma, Julio de Mesquita Filho transcende entre o jornalista e o político, transformando seu engajamento em prática jornalística, ou seja, percebendo a política como profissão.

## **2.4 Jornalista: a política como profissão**

Segundo Weber (2000), política é “a direção ou a influência exercida sobre a direção de uma agremiação política, por conseguinte, de um Estado.”<sup>58</sup> <sup>59</sup> Os jornalistas podiam não ser o poder político vigente, mas o representavam de tal forma que até poderiam ser confundidos com o mesmo. Isso porque esse profissional exerce uma difusão tão forte de informações junto à sociedade, que há quem defenda o jornalismo como o quarto poder no Estado, ao lado, mas não legitimamente exposto desse modo, dos poderes Executivo, Legislativo e o

---

58 WEBER, M. **A política como profissão**. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000. P. 16

59 É preciso lembrar que este trabalho baseia-se na definição de Gramsci sobre Estado e Sociedade, uma vez que Weber apresenta um outro conceito sobre estes. Segundo Weber, “o Estado moderno só pode ser definido sociologicamente a partir de um recurso específico, que lhe é próprio, como de qualquer associação política: a violência física”. (2000:16). Ainda de acordo com este autor, o Estado é a “única fonte do direito à violência. Portanto, para nós, a política significaria a ambição de participar no poder ou se influenciar a partilha do poder, quer seja entre Estados, quer seja no seio de um Estado entre os grupos humanos que este abrange”. (Weber, 2000, p.17)

Judiciário.

Independente de ser considerado um poder, o jornalismo, como foi exposto anteriormente, é uma instituição social com uma função definida, possuindo até mesmo, dentro de sua estrutura, quem faça a política como profissão. E há duas formas de ter a política como profissão: vivendo para a política ou da política.

Quem vive para a política faz disso a sua vida num sentido interior: ou desfruta da mera posse do poder que exerce ou sustenta o seu equilíbrio interior e sua dignidade própria com a consciência de dar um sentido à sua vida, graças ao serviço prestado a uma causa. Neste sentido íntimo, talvez qualquer pessoa honesta, que viva para uma causa, viva também dessa causa. A distinção relaciona-se, pois, com um lado muito mais material da questão, com o aspecto econômico. Vive da política como profissão quem trata de fazer daí uma fonte permanente de rendimentos; vive para a política quem não está nesse caso.<sup>60</sup>

Assim, viver para a política é a única forma de prestar corretamente um serviço à causa que é defendida. Não se vive das fontes de renda por ela geradas, tampouco ela é condição única de sobrevivência. É esse ambiente que cria os fatores para o surgimento dos políticos profissionais, bem como de determinados tipos de figuras políticas. Desde o advento do conceito de democracia, o tipo político dirigente no mundo ocidental é o demagogo, o qual se serve do discurso para disseminar seus pensamentos. Este discurso não está presente somente nas palavras proferidas pelos demagogos, seja nos palanques ou nas instituições políticas; ele está igualmente presente nas palavras presentes na imprensa, através das figuras do jornalista e daqueles responsáveis pelas propagandas políticas.

O jornalista partilha com todos os demagogos e também, aliás, com o advogado (...) a sina de não ter uma classificação social fixa. Pertence a uma espécie de casta de párias, que, na sociedade, é sempre cotada socialmente em função dos seus representantes que estejam a um nível ético mais baixo. As mais estranhas idéias acerca dos jornalistas e do seu trabalho são, por isso, habituais. Nem toda a gente se apercebe de que uma obra jornalística realmente boa exige pelo menos tanto espírito como qualquer trabalho erudito, sobretudo por ter de ser produzida imediatamente, por ordem, e ter de surtir efeito também imediatamente – sendo criada, e claro, em condições completamente diferentes.<sup>61</sup>

Assim, embora as palavras dos jornalistas sirvam para compor a realidade social, mesmo que através de um simulacro, elas são necessárias. O público

---

60 WEBER, M. Idem. P. 27-28.

61 WEBER, M. Idem. P. 47-48.

confere importância e credibilidade ao jornalista que profere tais palavras, e é por isso que ele e a instituição da qual faz parte sofre retaliações a cada vez que esta confiança é traída. Porém, neste caso, mais importante do que o papel social que o jornalista exerce, é perceber como este se posiciona quando está inserido no plano político.

Justamente por possuir características que o assemelhavam a um demagogo, havia aqueles que se tornavam jornalistas para futuramente serem chefes políticos. Aproveitavam-se do fato de já estarem inseridos no jornalismo para influenciarem as pessoas através, sobretudo, de seus artigos.

Entretanto, com a mudança do perfil jornalístico pela supressão do princípio de anonimato, uma vez que a maioria dos artigos e notícias publicadas no início da imprensa não eram assinados, as chances de fazer uma auto-promoção, bem como o fato de denegrir a imagem de membros da oposição sem ser reconhecido diminuíram drasticamente, fazendo com que muitos que visavam a carreira jornalística como uma ponte para uma chefia política partidária abandonassem essa idéia, por ela não se mostrar a mais indicada para tal objetivo. Mesmo não servindo mais como uma ponte direta a um cargo de chefia política, a carreira jornalística

(...) não deixa de ser uma das vias mais importantes da atividade política profissional. Uma via que não é para todos, e muito menos para caracteres fracos, em especial para pessoas que só podem manter o seu equilíbrio interior numa situação protegida em termos corporativos.<sup>62</sup>

Isso acontece porque mesmo tendo pessoas que mantenham uma certa atividade dentro dos partidos políticos, elas não o fazem a todo o tempo, já que são poucas as que se interessam permanentemente por assuntos políticos. Esse é um interesse normalmente despertado apenas em épocas de eleições, caracterizando, dessa maneira, o jornalista como um político profissional remunerado, uma vez que somente a atividade jornalística desenvolve-se de forma contínua no plano político.

Os jornalistas, portanto, são pagos para manterem-se a par dos acontecimentos políticos dos partidos e governos, coisa que muitos membros de partidos não o fazem. O jornalista apresenta-se como uma pessoa cuja profissão principal é a política, ainda que não escolha essa função; ele vive da política e não deixará essa profissão porque isso lhe proporciona

---

62 WEBER, M. Idem. P. 51.

(...) um sentimento de poder. A consciência de influenciar as pessoas, de participar no poder exercido sobre elas, mas, sobretudo, o sentimento de ser um dos que têm nas mãos o fio de importantes acontecimentos históricos, tudo isso consegue erguer acima do cotidiano o político profissional, mesmo aquele que ocupa lugares formalmente modestos.<sup>63</sup>

Julio de Mesquita Filho não pertencia a nenhum partido político, mas simpatizava com as causas de alguns deles e, acima de tudo, tinha conceitos bem definidos do que a sociedade e o Estado brasileiros precisavam para progredir e ser um país respeitado, principalmente no exterior. Para colocar tais conceitos em prática, este jornalista circulava por entre os grupos sociais de maior influência política. Convivia com alguns dos mais notáveis intelectuais da época. Escrevia intensos artigos, os quais eram publicados em revistas, e, por vezes, inflamados editoriais.

Essa paixão pelo que acreditava ser correto e o melhor para o país não estava limitada às suas palavras e atitudes. As pessoas que trabalhavam com Mesquita Filho compartilhavam de seus preceitos e imprimiam às páginas restantes de *O Estado de S. Paulo* esta paixão peculiar.

Ele era um jornalista que transcendia do conceito de viver para e da política. Não precisava receber gratificações ou qualquer quantia em dinheiro de suas atividades políticas. Era o poder e as ferramentas que este oferecia que despertavam o seu interesse, sobretudo porque elas é que garantiriam a implantação daquilo que acreditava. Depois de seu desentendimento com Getúlio Vargas, ele iniciou as articulações que precisava para dar início ao Movimento Constitucionalista de 32. Como um bom demagogo que também era, fez de seu jornal sua tribuna política e conclamava seus leitores a pensarem. Pensarem, ainda de uma maneira igual à sua. Buscava elementos históricos, como os bandeirantes, para mostrar a força, inclusive empreendedora, paulista.

Este jornalista queria trazer novamente São Paulo para o centro dos acontecimentos políticos do Brasil; queria fazer parte do poder e não ser o representante do poder. Por isso não abandonou a atividade jornalística durante 1932, mesmo depois de deportado. Mesmo sendo um dos líderes civis do movimento e tendo intensa atividade política através de sua importância dentro da classe hegemônica paulista, ele queria ser reconhecido acima de tudo como um

---

63 WEBER, M. Idem. P. 79.

jornalista. Aliás, ele queria e era reconhecido como um bom jornalista e proprietário de um dos mais tradicionais veículos de comunicação do país. Porém, nem o próprio jornalista podia negar o papel de liderança que exercia dentro do jornal e fora dele.

## 2.5 O papel do líder nos grupos sociais

No tópico “Jornalista: a política como profissão”, foi depreendido que o Estado, através do uso da violência, cujo monopólio lhe é legítimo, possui uma sociedade politicamente instituída, composta por governantes e governados. Dentro desta sociedade politicamente organizada, há aqueles que vivem da e para a política. Dos que vivem para a política, encontram-se os políticos profissionais, que podem ser representados através da figura do jornalista. No entanto, faz-se necessário observar com um pouco mais de profundidade como se formam esses grupos sociais e qual (quais) o(s) papel(éis) da liderança neste ensejo.

Em Weber (2000), pode-se encontrar parte desta resposta. O autor propõe condições e justificações que fundamentam a legitimidade do poder reivindicado. Dentre elas, pode-se destacar três razões, as quais são a base de sustentação do que ele considera com sendo o Estado moderno e do poder que esse implica. Trata-se da tradição, o carisma e a legalidade. A tradição consiste no poder do patriarca ou do senhor de terras. É como se tal poder tivesse sido adquirido em um tempo que não pode ser definido especificamente por datas, de modo que é como se esse patriarca ou senhor de terras sempre tivesse tido posse desse poder, sem que ninguém pudesse discutir a legitimidade do mesmo. Há, igualmente, o carisma, que é o poder fundado em dons pessoais de um indivíduo. Esses dons, por serem extraordinários, fazem com que este poder mereça a devoção e a confiança dos chefiados ou liderados. Por fim, a legalidade, que é fundamentada

(...) em razão da crença na validade de um estatuto legal e de uma ‘competência’ positiva (funcional), fundada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outros termos, na autoridade fundada na obediência que reconhece obrigações conformes ao estatuto estabelecido.<sup>64</sup>

---

64 WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. Tradução HEGENBERG, L. & MOTA, O. S. da. São Paulo, Cultrix, 1968. P. 57-58.

Esses três tipos de poder ajudam a estabelecer não apenas a tipologia dos líderes, como também dos liderados. É por meio desses poderes que se percebe um processo sócio-político, no qual há quem domina e quem seja dominado, resultado de uma atividade que se desenvolve tanto pelo lado individual (ou seja, os sujeitos encontram justificativas que os levam à adesão ao poder dos líderes), como pelo lado coletivo – social (onde ocorre geralmente a dominação apoiada em “meios externos”).

Entretanto, a utilização do poder não é condição única para que os líderes sejam estabelecidos. Há um processo de identificação que permeia esta relação entre a classe hegemônica e os demais grupos sociais. Processo este que merece ser analisado através de certos conceitos encontrados em Freud, uma vez que serve para fazer paralelos entre a psicologia individual e a de grupos.

Primeiramente, é preciso destacar que os sentimentos ligam os seres humanos. Assim, percebe-se que o amor, a hostilidade, a agressividade e o ódio fazem parte da natureza humana, sendo que tais sentimentos se manifestam tanto em relações íntimas<sup>65</sup> (como as familiares e de amizade), como em relações com pessoas que lhes são estranhas. A hostilidade, no entanto, como pode ser notada em ambos os casos apresenta uma forma de característica comum aos indivíduos: é a expressão natural do amor por si mesmo. E tal amor por si mesmo tem como fonte o ego.

Acontece que, quando alguém nutre por si um amor exacerbado, de maneira a investir todos os sentimentos que possui de amor apenas em si, retirando conseqüentemente as possibilidades de investir esses mesmos sentimentos de amor em outros objetos (pessoas), classifica-se tal ser humano como um narcisista. Esse narcisismo pode acarretar estados de violência em relação às demais pessoas, uma vez que ele também é um reflexo, um instinto de auto-preservação do ser humano. E, da mesma forma que o amor justifica certas atitudes dos indivíduos em relação a si mesmos e em relação aos demais sujeitos, é este sentimento que explica os laços estabelecidos entre os indivíduos. São as “gradações do estado de estar amando”, na qual podem ser percebidas duas fases.

A primeira ocorre quando ele é ainda criança, assim que o infante adota um

---

<sup>65</sup> É necessário pontuar que no caso das relações íntimas, pode-se perceber uma dupla posição de sentimentos. Isso porque em determinados momentos a hostilidade também é constatada em relação a indivíduos que são amados, deixando de restringir este tipo de sentimentos, como a aversão e a antipatia, a seres humanos que lhes são estranhos.

dos pais como objeto de amor (o objeto do filho é a mãe, assim como o objeto da filha é o pai). Isso significa que a libido é investida em um objeto de amor, tendo como sua finalidade a satisfação sexual. Porém, como tal satisfação não ocorre, há a repressão destes instintos. Essa repressão gera a segunda fase da graduação, na qual a criança produz uma renúncia à maioria dos objetos sexuais, provocando uma mudança profunda em sua relação com os pais. (Cf. Freud 1920)

Assim, embora o infante mantenha-se ligado ao pai (ou a mãe, dependendo do caso), tal elo acontece por instintos que, inibidos de seu objetivo, deram lugar a emoções que podem ser caracterizadas como afetuosas. A mudança dos instintos sexuais, assim, é a vontade inconsciente de continuar amando, uma vez que o abandono ou a perda do objeto de desejo ocorreu e esta foi a forma encontrada para reviver esse amor suprimido. A transformação, que engloba a renúncia causada por repressão e é seguida de afetividade, acontece na puberdade, período no qual geralmente se verifica uma mistura entre as duas fases, já que o adolescente estabelece uma relação com o seu objeto sexual que “se caracteriza pela interação de instintos desinibidos e instintos inibidos em seu objetivo”.<sup>66</sup>

Esses são os elementos necessários (as duas fases da “graduação de se estar amando”) que formam a base para compreender como os laços libidinais tornam-se responsáveis pelo início, estruturação e manutenção dos grupos sociais. O indivíduo tende a perder a sua personalidade em grupo e, ao mesmo tempo, adquire outras características, geralmente presentes no grupo onde está inserido. Independente do motivo que leva o grupo a se unir, é interessante observar que eles possuem laços. Esses laços podem ser estabelecidos tanto entre os membros do grupo, como entre os membros e o líder/ideal comum.

Para explicar de uma maneira mais simples como funcionam e como são criados tais laços, Freud utiliza o conceito de “amor”, como fora anteriormente mencionado. Essa definição surge do desdobramento de duas outras, que são a sugestão e a libido, sendo que a segunda é a que merece maior destaque. Isso porque a libido é a “energia, considerada como uma magnitude quantitativa (embora na realidade não seja presentemente mensurável), daqueles instintos que têm a ver com tudo o que pode ser abrangido sob a palavra ‘amor’”.<sup>67</sup>

---

66 FREUD, S. Totem e tabu e outros trabalhos. Tradução. Órizon Carneiro Muniz. Rio de Janeiro, Imago. 1976. P. 141-142.

67 FREUD, S. **Psicologia de Grupo e Análise de Ego**. Edição Standart, v.18, 1921. P.12-13. (edição eletrônica)

É esse amor que cria laços e é ele, também, que fundamenta a análise de grupos. Embora existam vários tipos de grupos, há duas diferentes espécies: os grupos com líderes e os grupos sem líderes. Para mostrar a diferença entre esses grupos, Freud utilizou dois grupos artificiais, organizados e permanentes - a Igreja e o Exército. Eles são considerados grupos artificiais porque precisam de uma força externa para impedir os membros de desagregarem e evitar alterações em sua estrutura.

Essa mesma força externa funciona como forma de ilusão e, em geral, vem na figura de um líder, alguém que ama todos os membros do grupo de uma mesma maneira. Na Igreja, esse pai substituto é Cristo e, no Exército, é o comandante-chefe. Entretanto, mesmo sendo a figura do líder um fator importante para a manutenção e desenvolvimento do grupo, há casos em que a idéia dominante acaba tomando o lugar do próprio líder, tornando-se prioridade a todos os indivíduos envolvidos.

E isso foi o que aconteceu durante as primeiras semanas do Movimento Constitucionalista de 32. Os paulistas, independentemente de raça, sexo e classe social, aderiram à campanha em prol da constituição. Ícones como os bandeirantes eram firmados para que a população do estado de São Paulo colaborasse em todos os sentidos durante o movimento. É evidente que a Revolução de 32 tinha seus líderes em São Paulo e alguns outros estados, mas a maior parte daqueles que participavam do conflito não viam seus líderes como um elemento fundamental para o contexto dos fatos.

Porém, todas essas observações não explicam ainda como pessoas tão diferentes entre si permanecem unidas em um mesmo grupo. Também não elucidam como são criados os laços entre os membros e seu líder. É nesse momento que se torna pertinente explicitar o papel da identificação para a junção desses indivíduos em um grupo.

Assim, Freud explica que a identificação “é conhecida como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa”<sup>68</sup> e ela pode ocorrer de três formas diferentes. As duas primeiras formas estão relacionadas ao Complexo de Édipo, uma das bases das teorias freudianas. Essas formas têm diferentes enfoques, que dependem da maneira com a qual o filho vê seu pai, suas relações entre o ser e o ter. Se ele quiser *ser* como o seu pai, a identificação ocorre porque o

---

68 FREUD, S. Idem. P.19.



laço está ligado ao sujeito. Se ele quiser *ter* o pai, a identificação ocorre porque o laço se ligou ao objeto do ego.

A terceira forma de identificação (e ela que é interessante para este trabalho) acontece na possibilidade ou desejo de se colocar na mesma situação. Neste tipo de identificação, os desejos sexuais são suprimidos para a obtenção de um bem maior, ou seja, a manutenção do grupo. Tem-se, dessa maneira, que a inibição dos impulsos sexuais serve para conseguir laços mais permanentes entre as pessoas.

Esta última forma de identificação justifica as formações grupais que têm como base os laços estabelecidos entre um indivíduo e outro. Todavia, não é um conceito suficiente para elucidar como esses laços são mantidos. É a partir do conceito de instinto gregário, que Freud denominou de horda primeva, que serão obtidas respostas para questões como: O que é um grupo? Como ele adquire a capacidade de exercer influência tão decisiva sobre a vida mental do indivíduo? E qual é a natureza da alteração mental que ele força no indivíduo?

Percebe-se, então, que esse tipo de instinto, o de formar e manter grupos, está no mesmo patamar de outros instintos primários, como a auto-preservação, o sexo e a nutrição, sendo que a própria ação das crianças dentro de um ambiente escolar como sendo o seu primeiro contato com o ambiente social fora do contexto familiar serve para explicar que o sentimento de grupo é inerente ao ser humano. Mas, ainda sim, o instinto gregário não é um elemento que garanta por si só a formação dos grupos, uma vez que falta a figura do líder.

Dessa forma, percebe-se que o instinto gregário é o ponto de partida para que um grupo exista, mas a figura do líder é outro fator importante para que esta formação seja estabelecida. Surge, então, o conceito de horda primeva. Apoiado no mito do pai primitivo<sup>69</sup>, tem-se que o líder influencia e conduz o grupo, além de mostrar que o uso da força para opressão da liberdade e o amor incondicional a quem gerencia a horda é algo não somente imposto, mas igualmente desejado por aqueles que pertencem à horda.

O grupo precisa do líder assim como o líder precisa do grupo. Eles complementam-se e relacionam-se através dos laços estabelecidos. E, quando o líder encontra na imprensa a sua tribuna política particular, os vínculos entre esses

---

<sup>69</sup> O mito do pai primitivo propõe que desde épocas remotas existe um pai violento e ciumento, que guarda todas as fêmeas para si próprio e expulsa os filhos à medida que crescem. Certo dia, os filhos que tinham sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal. Esse mito é o núcleo da teoria freudiana, que tem na relação com o pai o fator determinante da vida do homem.

indivíduos e seu líder são potencializados ao extremo. Julio de Mesquita Filho apresenta-se neste patamar. Ele é um dos líderes civis de maior impacto durante o Movimento Constitucionalista de 32 e, ao mesmo tempo, também lidera a redação de seu jornal, sendo que é neste pequeno grupo que compõe o ambiente jornalístico de *O Estado de S. Paulo* que ele mais exerce esta função que lhe foi atribuída. Isso porque todos que pertencem à redação deste periódico compartilham com os ideais da empresa, bem com os de seu proprietário. Eles entendem e defendem da mesma maneira que Mesquita Filho todos os discursos que este jornalista utiliza, fazendo com que o enunciado que permeia as páginas deste jornal seja uníssono.

Dessa maneira, este capítulo procurou apontar certos preceitos considerados importantes, como as relações entre Estado e Sociedade, destes dois com as instituições sociais, principalmente a jornalística, e a formação de líderes dentro dos grupos sociais, para que haja um maior entendimento de como foi formado o discurso de Julio de Mesquita Filho durante o Movimento Constitucionalista de 32, que será o objeto de análise no próximo capítulo.

### Capítulo 3 – A linguagem, o discurso e o discurso jornalístico

Os dois primeiros capítulos desta dissertação serviram para situar pontos pertinentes para um olhar mais aprofundado sobre o objeto de estudo. Foram fornecidos, desta maneira, tanto elementos mais teóricos, como os apresentados no segundo capítulo, quanto dados contextuais, destacados no primeiro capítulo.

A princípio, optou-se por verificar esses elementos pois são eles que sustentarão grande parte da análise do discurso utilizado por Julio de Mesquita Filho durante a Revolução de 32 por meio das páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*. Mesmo porque, acredita-se que embora seja utilizada para esta pesquisa a Teoria Lingüística da Enunciação, que estuda as marcas do sujeito no enunciado e não o sujeito propriamente dito, faz-se necessário verificar todos os pontos abordados no início da dissertação para que haja uma visão mais ampliada do objeto estudado, como explica Bourdieu (2007):

(...) não podemos compreender uma trajetória (ou seja, o envelhecimento social que, ainda que inevitavelmente o acompanhe, é independente do envelhecimento biológico), a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes do campo – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis. Essa construção prévia é também condição de qualquer avaliação rigorosa do que poderíamos chamar de superfície social, como descrição rigorosa da personalidade designada pelo nome próprio, isto é, o conjunto de posições simultaneamente ocupadas, em um momento dado de tempo, por uma individualidade biológica socialmente instituída, que age como suporte de um conjunto de atributos e de atribuições que permitem sua intervenção como agente eficiente nos diferentes campos.<sup>7071</sup>

Tendo isso explicitado, serão verificados conceitos como o de linguagem, discurso e discurso jornalístico para que se tenha as ferramentas necessárias para uma análise por meio da Teoria Lingüística da Enunciação.

---

70 BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas – sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. 8ª edição. Campinas, Papius, 2007. p.82.

71 Segundo BOURDIEU (2007), a distinção entre o indivíduo concreto e o indivíduo construído, o agente eficiente, duplica-se na distinção entre o agente, eficiente em um campo, e a personalidade, como individualidade biológica socialmente instituída pela nomeação e portadora de propriedades e poderes que lhe asseguram (em certos casos) uma superfície social, isto é, a capacidade de existir como agente em diferentes campos.

### 3.1 Desvelando o enunciado

As Teorias da Comunicação por muitos anos limitaram seus estudos aos campos do receptor e do emissor de mensagens. Porém, a comunicação e a própria mensagem transmitida vão além do simples trinômio emissor – mensagem – receptor. Há nesta relação mais elementos que precisam e devem ser destacados para ter uma compreensão mais profunda do que foi dito e do que está nas entrelinhas.

Assim, as Teorias Lingüísticas, iniciadas por Ferdinand de Saussure, e a inclusão do campo da Psicanálise na área da comunicação, através, sobretudo, das teorias lacanianas proporcionaram um novo olhar sobre o ato comunicacional e, principalmente, sobre as mensagens. Estes conceitos servem para apontar que há outros elementos que precisam ser considerados para que a mensagem seja compreendida, uma vez que há um

(...) deslocamento radical de toda a problemática, colocando-a dentro de um campo onde seja possível a reflexão sobre a linguagem enquanto constitutiva do sujeito, ou seja, determinante, como Lei e Desejo do processo pelo qual os indivíduos ingressam na sociedade em condições social e historicamente determinadas.<sup>72</sup>

Linguagem, inconsciente, discurso, sujeito e poder, então, passam a ser tais elementos e ajudam a construir significados. Mas é a linguagem o princípio. Isso porque é através dela que o ser humano pode fazer recortes de seu mundo e atribuir ao mesmo significados, já que ele habita a Linguagem e constrói relações sociais através dela. Trata-se de um sujeito dividido, de um ser faltante que precisa de significações para suprir essa falta eterna.

Dessa forma, esse sujeito dividido, que procura sempre um significante para suprir tal falta, busca no Outro esse significante, e a linguagem contribui para que haja uma resposta para a falta mencionada. Tal resposta pode ocorrer tanto pela evocação da Linguagem como pelo seu reconhecimento.

Pelo reconhecimento, a Linguagem liga os sujeitos ao pacto que os

---

72 FREITAS, J. M. M. de. **Comunicação e Psicanálise**. São Paulo, Escuta, 1992. p. 44.

transforma e é assim que os estabelece como sujeitos. Fala-se para ser reconhecido, cada um buscando no outro a falta que os constitui, na passagem por esse Outro lugar, onde o desejo de ser (ser reconhecido) se modula; na evocação, porque não é aquilo que se diz o que conta, mas sim, o que não se diz, ou seja, aquilo que a Linguagem evoca: os objetos perdidos, a falta instaurada e que busca no Outro. Na verdade, o que é buscado como um eco, é a resposta do Outro.<sup>73</sup>

Embora a Linguagem indique os caminhos e ajude a decifrar parte do processo comunicativo, é necessário encontrar uma vertente que compreenda não apenas a Língua e a Fala, mas que igualmente contemple a incidência e o impacto do poder e da ideologia dentro da Comunicação. Assim, tem-se no discurso essa vertente, uma vez que ele não apenas estabelece os laços sociais, como também constitui o lugar onde o desejo do sujeito é integrado no campo simbólico.

Esse discurso permeia o indivíduo e a sociedade, e não está isento de ser controlado, selecionado e cerceado por procedimentos e mecanismos próprios de quem os profere. Está presente na ordem das leis, na ordem dos meandros e poderes que regem o sujeito e a sociedade. Tem função definida e propósitos que, por vezes, escapam a uma significação explícita. Porém,

(...) por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.<sup>74</sup>

Dessa forma, percebe-se que o discurso não é somente uma ponte entre o pensar e o falar. O discurso vai além; pode tanto ser a reprodução do pensamento através de signos e palavras como igualmente ser algo que produz um efeito de sentido por meio das estruturas da língua. Tem um repertório que o sustenta, podendo este aparecer de maneira implícita e explícita.

Entretanto, mesmo sendo o discurso algo inerente ao ser humano, não pode ser proferido da mesma forma por todos os membros da sociedade. Há, pois, uma hierarquia estabelecida, uma ordem imposta. Não se pode dizer o que se quer o tempo todo e em qualquer nível da sociedade. Existe sempre o interdito, a palavra proibida a alguns. E são estas mesmas esferas que selecionam os sujeitos que

---

73 FREITAS, J. M. M. de. Idem. P. 83.

74 FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1996. P. 10.

falam, que limitam os poderes e os que definem em que momentos tais discursos devem ser realizados.

Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos que 'se dizem' no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certos atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer. Nós os conhecemos em nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando se considera o seu estatuto, e que chamamos de 'literários'; em certa medida textos científicos.<sup>75</sup>

O discurso jornalístico faz parte destes discursos eternamente retomados, principalmente pela sua estrutura de construção e desconstrução. Possui uma estrutura narrativa e autores que dão coerência aos fatos relatados. Organiza e institui poderes, sobretudo os políticos. Apresenta, portanto, características discursivas próprias e procedimentos que as justificam.

A imprensa, assim, transmite um discurso específico, que está fundamentado no estabelecimento de personagens que funcionam como exemplos de uma dada realidade, tendo em vista que tais personagens se tornam pontos de referência que asseguram aos discursos essa aparência do real. A linguagem empregada é estruturada de maneira que o discurso apresentado tenha uma conotação de verossimilhança. Assim, parte-se da premissa os fatos publicados somente são veiculados se tiverem pelo menos a aparência de serem verdadeiros e reais, ou seja, se o jornal mostrou tal reportagem, é porque aquilo relatado é "verdade", é "real"; digno de conhecimento, mas se não apareceu em mídia alguma é porque não passa de boato.

O texto jornalístico, portanto, sustenta-se por recursos lingüísticos que fundamentam o discurso pronunciado, elevando o jornal ao posto de um documento comprobatório dos fatos apresentados. Está escrito e assinado, na maioria das vezes, pelo jornalista e pela empresa jornalística. É por isso que a credibilidade e a veiculação somente da verdade tornam-se valores preciosos e que devem permear o discurso e a prática jornalística.

Todavia, deve-se perceber que o que aparece nas páginas dos impressos nada mais é do que a representação do fato, sendo que o jornalismo opera entre o

---

75 FOUCAULT, M. Idem. P. 22.

fato e a representação. Tais representações são relatadas por profissionais que incorporam não somente o discurso da empresa para a qual trabalham, como também refletem o discurso do próprio Jornalismo (enquanto instituição) e do jornalista.

Esta confluência discursiva influi diretamente na construção da representação do fato e acaba por vezes limitando e conduzindo o olhar do leitor para o fato. Assim, para ter uma maior compreensão na análise enunciativa das páginas de um jornal é preciso perceber como estas três formas de enunciação apresentam-se, por meio de um aprofundamento sobre alguns dos elementos que compõem a linguagem e as práticas jornalísticas.

### **3.1.1 Por trás do espelho**

A prática jornalística tem um ritual que a sustenta, mesmo quando os membros que estão inseridos nesse cotidiano não percebem ou não queiram enxergar. Há medidas, escolhas e ações que muitas vezes não podem ser teorizadas, porque os jornalistas estão tão habituados a realizá-los que nem se dão conta do que os levou a escrever o *lead* deste ou daquele jeito, ou porque isso é uma notícia enquanto aquilo, não. E esse hábito sofre uma influência direta da empresa (o jornal) desde a escolha da pauta até o editorial, processo que foi definido por Cremilda Medina como “angulação”.<sup>76</sup> Esse controle, que pode ser sutil, afeta a codificação do jornalismo informativo e, normalmente, deve ser seguido pelos jornalistas que na empresa trabalham.

A seleção de assuntos que constarão na pauta também obedece a certos critérios que estabelecerão a diferença entre informação e fato jornalístico. O profissional da imprensa, por sua vez, observará o fato para interpretá-lo e transformá-lo em uma mensagem que irá às páginas do jornal. Ele deve ser objetivo e ético para que o conteúdo da matéria fique o mais próximo de como o jornalista imagina que o fato ocorreu.

Cabe, assim, detectar alguns dos conceitos que norteiam, ou pelo menos deveriam orientar, os jornalistas durante o desempenho de suas funções dentro dessa rede complexa de produção textual atualmente e como eles eram verificados

---

76 MEDINA, C. **Notícia – Um produto à venda: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial**, São Paulo, Summus, 1988.

durante a década de 30. Verificar-se-á que em alguns casos, o profissional não consegue promover uma “*simbiose*” entre as teorias, a prática e os compromissos empresariais que envolvem o “fazer jornalístico”.

Para muitos profissionais da redação, Jornalismo se aprende mesmo é fazendo. A defesa da não-obrigatoriedade do diploma para o exercício dessa profissão é reflexo de tal afirmação. Kovach & Rosenstiel (2003) afirmam que

(...) o jornalismo é reativo e prático, não filosófico ou introspectivo. (...) As teorias de jornalismo ficam nas cabeças dos acadêmicos, e grande parte dos jornalistas sempre desvalorizou o ensino profissional, argumentando que a única forma de aprender o ofício é por osmose nas tarefas do dia-a-dia.<sup>77</sup>

Entretanto, mesmo tamanha práxis necessita de uma teoria que a sustente. Assim, há estudos que fundamentam e procuram conceituar a prática jornalística. Isso não quer dizer que essa prática esteja exposta de maneira explícita em livros e teses. O fazer jornalístico possui certos padrões e normas conhecidos que nem sempre precisam ser codificados para existirem nos cotidianos das redações.

Para entender como funciona “o fazer jornalístico”, é necessário, primeiramente, compreender o que é o Jornalismo e as etapas que o compõem. Alberto Dines, renomado jornalista brasileiro, escreveu um bom conceito do que vem a ser o Jornalismo. Segundo ele,

(...) é a busca das circunstâncias para chegar à verdade. Não podemos ter a pretensão, nem a arrogância de sermos os donos da verdade. Somos, sim, humildes buscadores da verdade. Essa busca incessante da verdade é uma tarefa permanente, o que Kant chamou de missão interminável, Die Unendliche Aufgabe.<sup>78</sup>

Dessa forma, percebe-se que a verdade é uma das ferramentas para a construção do Jornalismo como um todo, ou seja, teoria e prática. Mas ela não é apenas uma ferramenta; ela é também um objetivo a ser alcançado na produção da notícia, matéria-prima da prática jornalística. No entanto, basta acontecer para virar manchete?

Tem-se por notícia os fatos jornalísticos que podem ser publicados. As

---

77 KOVACH, B. e ROSENSTIEL, T. **Os Elementos do Jornalismo**. Tradução de Wladir Dupont. São Paulo, Geração Editorial, 2003. P.66.

78 DINES, Alberto. *Crítica participação e mediação*. **Observatório da Imprensa**. Disponível em: <>. Acesso em: 30 jun. 2005.



redações são abastecidas diariamente por um grande número de informações, que nem sempre são considerados fatos jornalísticos. Cabe ao pauteiro e ao repórter muitas vezes separar o que pode ou não ser aproveitado para o veículo. Essa seleção é feita diante de alguns critérios que norteiam a prática jornalística, sendo alguns gerais (senso comum da profissão), e outros mais específicos, definidos por um código pré-estabelecido (linha editorial do veículo) ou até mesmo uma norma escrita (manuais de redação).

Dentre os critérios gerais, pode-se encontrar em Erbolato (1991) uma definição que sintetiza o que comporta a notícia. “A notícia deve ser recente, inédita, verdadeira, objetiva e de interesse público”.<sup>79</sup> Assim, há uma idéia que conduz o jornalista na hora de selecionar o que é o ou não uma notícia. Mas elas não precisam ser necessariamente cumpridas para validarem o fato relatado, com exceção do item “verdadeira”, cuja importância fora mencionada anteriormente.

Sandro Vaia, ex-diretor de Informação do Grupo Estado, por sua vez, destaca que a linha editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* é que define os critérios de noticiabilidade deste veículo.

O critério é mais ou menos de importância. (...) *O Estado*, de acordo com a tradição, tem em sua linha assuntos mais institucionais, ou seja, uma briga comercial do Brasil com a China, as cotas de têxteis, algumas coisas que seriam mais importante no lado institucional do que da vida das pessoas. Devolução do imposto de renda nunca vai ser manchete do *Estado* porque partimos do pressuposto que o nosso leitor não está preocupado com minúcias de economia particular. Não sei se isso é um acerto ou é um erro, mas dificilmente se consegue sair, abandonar uma tradição.<sup>80</sup>

Percebe-se, portanto, que há critérios de noticiabilidade para a publicação de um fato jornalístico e que ele deve atender alguns quesitos. Parte desses quesitos merece uma atenção maior devido a sua importância dentro da prática jornalística. Um deles já foi abordado, que é a verdade, uma vez que “ela cria uma sensação de segurança que se origina da percepção dos fatos e está na essência das notícias”.<sup>81</sup>

Um outro quesito que também merece atenção é com relação ao interesse público. Chaparro (1994) explicita que

(...) nunca é demais lembrar que a atividade jornalística deve ser avaliada e avalizada pelas razões do interesse público, parâmetro gerador dos critérios

79 ERBOLATO, M. L. op. Cit. P. 55.

80 Sandro Vaia em entrevista concedida à autora em 27 de junho de 2005.

81 KOVACH, B. e ROSENSTIEL, T. op.Cit. p. 61.

jornalísticos de valoração da informação. E quanto mais vigorosos forem os atributos de relevância social da informação, maior será a dimensão do interesse público atendido.<sup>82</sup>

No entanto, a prática jornalística é mais do que o interesse público. É, na verdade, a união de diversos interesses, como os interesses do público, das instituições, das empresas (veículos jornalísticos) e do próprio interesse jornalístico. Tem-se, dessa forma, uma confluência de interesses, os quais nem sempre coincidem. Antes de abordar a influência desses tipos de interesses, é importante fazer uma breve distinção entre interesse público e interesse do público, como proposta por Dines.

O público, enquanto audiência, pode interessar-se por algo sedutor e atraente que lhe está sendo oferecido. O ser humano gosta do que lhe é pernicioso. É o caso da violência, da vulgaridade, da pornografia. Mas o eventual interesse manifestado pelo público com relação a assuntos sensacionalistas ou frívolos não consagra tais assuntos como de efetivo interesse público. A dicotomia entre “interesse público” e “interesse do público” tende a aumentar nos veículos dominados pela opção mercantilista. O sistema mediático, por sua própria natureza, está basicamente vocacionado para atender ao interesse do público.<sup>83</sup>

Mesmo tendo como base dos princípios que regem o Jornalismo o interesse público e nunca perdendo de vista que “sua primeira lealdade é com o cidadão”<sup>84</sup> muitas publicações, sobretudo as semanais, optaram por escrever aquilo que seu público quer ler.

Esse fenômeno é perceptível principalmente quando se analisa a capa das principais revistas semanais do país. Nelas é comum ver matérias relacionadas à saúde e comportamento, dois temas que mais vendem em banca. É o interesse do público atuando diretamente no interesse da empresa jornalística, atribuindo ainda mais a idéia de jornalismo como negócio.

Trata-se, portanto, de trabalhar os interesses de modo que eles satisfaçam todas as partes envolvidas: público, jornalistas e administrativo/comercial.

O tempo é outro fator preponderante na prática jornalística, uma vez que a notícia tem que ser “inédita” e “recente”. O ritmo das redações impulsiona uma corrida desenfreada pela busca dos fatos jornalísticos em meio a tanta informação.

82 CHAPARRO, M. C. **Pragmática do Jornalismo – Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo, Summus, 1994. P. 118.

83 DINES, Alberto. **Crítica participação e mediação**. Disponível em: <>. Acesso em: 30 jun. 2005.

84 KOVACH, B. e ROSENSTIEL, T. op. Cit. p. 22.

A velocidade dos acontecimentos e o curto tempo dos *deadlines* também influenciam no resultado final, que é a publicação das matérias. Entretanto, esquece-se que tanto esforço, na maioria das vezes, é esquecido ou suprimido devido à fugacidade da notícia.

Tem-se, portanto, que um fato nunca antes abordado ou visto e a sua situação cronológica acabam remetendo não apenas ao critério de noticiabilidade, como, também, à prática jornalística. Barros Filho (2001) aponta:

Ocorre com o mundo jornalístico o mesmo que ocorria com a túnica tecida por Penélope. A fiel esposa de Ulisses tecia durante o dia e destecia à noite. É uma boa imagem para expressar a fugacidade que os requisitos de atualidade, novidade e interesse geral dão às notícias, como produtos informativos que são. É que a vitalidade noticiosa, no seu duplo sentido de ser e existir, por mais virtual, mediática e simbólica que possa ser, é fruto e obra do fluir heraclitiano da realidade social e humana. Fabricada por homens, a informação é também, de forma continuada, ritual e cíclica, recebida por homens imersos em relações e pertencentes a múltiplos universos socioculturais.<sup>85</sup>

Uma das partes desses universos socioculturais que compõe o Jornalismo e a notícia é a objetividade, um dos mitos mais fortes da prática jornalística e que merece ser analisada de uma forma mais aprofundada.

A objetividade, tão perseguida pelos jornalistas e cobrada destes profissionais, seria uma meta possível de ser atingida? Somente tentando ser objetivo poderá se chegar à imparcialidade? Mas o que é ser objetivo? É despir-se de preconceitos, narrar um fato com o máximo de precisão, precaver-se para não agir com determinada “intenção”<sup>86</sup>, que poderá influenciar durante a captação de informações ou na confecção da matéria.

Tais definições, porém, não fornecem a certeza sobre a possibilidade da objetividade durante as atividades jornalísticas; afinal, o profissional da imprensa também trabalha em seu cotidiano com a subjetividade. Essa representação da realidade nada mais é do que o fato observado através de um filtro que cada um possui e que será transformado pelo jornalista em uma mensagem a ser enviada aos receptores.

---

85 BARROS FILHO, C. de. **Ética na Comunicação – da informação ao receptor**. São Paulo, Moderna, 1995. P. 120.

86 “Intenção tem o sentido de tudo o que segue uma orientação, um vetor. Tem raízes nos motivos/valores inspiradores, e em função deles exerce o controle consciente dos fazeres. A intenção não vai além da ação; faz parte dela, esgota-se nela, controlando o fazer”, in CHAPARRO, M. C.. **Pragmática do Jornalismo – Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo, Summus, 1994.

O problema reside exatamente nesse “filtro” que é impregnado de ideologia e de referências que influenciarão o indivíduo antes e depois da percepção do fato. De acordo com Adelmo Genro (1987),

(...) a atividade jornalística não envolve uma captação e reprodução dos fenômenos enquanto algo dotado de significado puramente objetivo, mas a reconstrução fenomênica já tornada significativa pelo subjetivismo da interpretação.<sup>87</sup>

É preciso treinar o olhar para entender os conflitos de um acontecimento, observá-los sob todos os ângulos, caso contrário, o jornalista pode se identificar com um dos agentes que julga ser “mais fraco”. Afinal, argumentos lógicos não parecem ser tão eficazes contra certos apelos afetivos e, com certeza, tal emotividade não auxiliará na construção ou manutenção da objetividade. Kunczik (1997) chama a atenção para que o jornalista não se torne um “paladino de certos grupos socialmente abandonados”<sup>88</sup>, porque, se o fizer, não se sentirá comprometido com o “princípio da neutralidade de valores, identificando-se com valores do público”.<sup>89</sup>

O autor, porém, faz uma ressalva e afirma que o jornalista pode ser “neutro” sem deixar, ao mesmo tempo, de ser comprometido, engajado e participativo. A crítica recai sobre o excesso de distanciamento que poderia fazer com que o jornalista se transformasse apenas em um relator de notícias.

Cláudio Abramo (1988) não acreditava que o profissional da imprensa tinha total liberdade para pensar ou mesmo angular uma matéria pelo simples fato de que trabalha para um patrão, no caso, os donos dos jornais, que sempre estabelecerão determinada linha editorial a ser seguida. O funcionário – sim, o jornalista é antes de tudo um empregado – que é contratado para um jornal sabe que terá de seguir certos padrões e regras. Há um acordo implícito e mesmo as negociações entre repórter e editor serão fundamentadas em certos critérios acolhidos pela empresa. Sob esse ponto de vista, então, não existiria uma harmonia entre jornalismo e a objetividade:

Isso é uma ilusão que se tenta passar para os jornalistas e deve ser expurgada do espírito dos profissionais. Não existe um jornalismo objetivo,

---

87 GENRO FILHO, A. **O segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987, p.132-133.

88 KUNCZIK, M. **Manual de Comunicação: conceitos de jornalismo (norte e sul)**. São Paulo, Edusp-Com-Arte, 1997. p.98.

89 KUNCZIK, M. *Ibidem*.

existem vários. Quando um jornalista vai trabalhar numa empresa, deve perguntar o que é objetivo, segundo aquele jornal. Porque essa diferença entre o objetivo e o não objetivo, de acordo com a linha do jornal, se reflete em várias coisas.<sup>90</sup>

Os profissionais que trabalham em empresas jornalísticas, portanto, devem seguir regras e determinações que muitas vezes não estão explícitas. Silva (1991) teceu considerações a respeito quando identificou as características do jornalismo norte-americano, que influenciaram o modelo seguido pela imprensa no Brasil e como foram absorvidas por aqui.

Ele concluiu que a liberdade de imprensa é fundamental para o exercício de um jornalismo mais objetivo, mas, no Brasil, o livre-arbítrio encontra barreiras no poder que o Estado exerce sobre os meios de comunicação, controlando o direito de utilização de canais de televisão e de rádio por meio de concessões ou cassações. Isso afeta também os jornais porque no Brasil é comum grupos ou mesmo famílias ligadas à política e proprietárias de veículos impressos serem ao mesmo tempo concessionários de emissoras de radiodifusão.

Enquanto nos EUA a maioria dos jornalistas e dos veículos diz acreditar na objetividade e tenta praticá-la na medida do possível (com textos desadjetivados, contidos, com os vários lados de uma questão ouvidos em condições de relativa igualdade), no Brasil todos se dizem objetivos mas quase ninguém é. Não no sentido de que seja impossível ser, mas no sentido de que se é ostensivamente partidário na cobertura, com títulos de notícias editoriais, clara preferência por uma tendência política ou ideológica, distorção intencional dos fatos para favorecer uma visão particular de mundo.<sup>91</sup>

O jornalista não trabalha com fórmulas matemáticas e é por isso que a objetividade é polêmica, difícil de ser definida e alcançada, mas tal constatação não deve ser pretexto para deixar de persegui-la. Ser objetivo também significa não distorcer fatos e, ao mesmo tempo, obter o maior número de observações e informações a respeito do ocorrido. Se conseguir isso, o jornalista estará no caminho certo.

O trabalho das assessorias de imprensa começou a se expandir com mais intensidade no Brasil durante as décadas de 70 e 80, em plena ditadura militar, para virar a partir de então um grande mercado que absorve mão-de-obra jornalística. As

---

90 ABRAMO, C. **A Regra do Jogo – O jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. p.117.

91 SILVA, C. E. L. da S. **O Adiantado da Hora – A influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo, Summus, 1991. p.101.

assessorias são empresas ou jornalistas que prestam serviços terceirizados à pessoas físicas e jurídicas ou operam profissionalmente como parte da estrutura de companhias e grandes corporações. Segundo Chaparro (1994), o rápido desenvolvimento das assessorias de imprensa está intimamente ligado ao controle das informações durante o regime militar, no período do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974):

(...) os ministérios e, dentro deles, os órgãos públicos de primeira linha e as empresas estatais montaram nutridos departamentos de relações públicas e assessoria de imprensa. A imitação do modelo estendeu-se como rastilho por governos estaduais e municipais. Em dois ou três anos, o serviço público transformou-se em gigantesco e generoso empregador de jornalistas, contratados para a dupla missão que a censura militar e a autocensura favoreciam: divulgar com empenho tudo o que fosse favorável aos militares no poder; impedir ou minimizar a publicação de informações, versões e opiniões que contrariassem os interesses governamentais.<sup>92</sup>

Hoje, mesmo sem a presença dos militares para reger a vida do país, continua forte o poder de influência das assessorias sobre os veículos de comunicação. Houve um incremento do trabalho destas empresas que estão mais qualificadas. Chaparro denominou esse processo como “revolução das fontes” para explicar a capacidade que possuem de influenciar decisivamente no processo jornalístico quando elas

(...) propõem pautas, produzem acontecimentos, desenvolvem temas, geram conteúdos irrecusáveis, dominam os segredos da linguagem jornalística (...) em muitos aspectos, com uma competência mais desenvolvida que a das redações.<sup>93</sup>

Com isso, aumentou também a participação das fontes - representadas pelas assessorias - na opinião pública tendo como fio condutor os próprios jornalistas que trabalham nos veículos da imprensa. As assessorias pressionam o profissional que está na redação por meio de e-mails, telefonemas, *press releases* e vale até mandar um “presentinho” para tentar agradar o jornalista, às vezes, sob o pretexto de conhecer melhor o produto que está sendo lançado.

A pressão oriunda das assessorias sobre as pautas acaba por interferir nos critérios de seleção do que será considerado informação importante sob o ponto de

---

92 CHAPARRO, M. C. op. Cit. p.69.

93 CHAPARRO, M. C. **A relação entre a fonte e o jornalista**. Disponível em: <<http://www.comuniquese.com.br>>. Acesso em: 13 abril 2005.

vista da linha editorial do jornal e para o público. Certas notícias divulgadas ou publicadas servem mais ao interesse de determinada empresa ou grupo de pessoas – inclusive governos ou políticos – do que propriamente da comunidade.

A influência, no entanto, também pode ser aceita passivamente por muitos jornalistas que não dominam determinados assuntos ou não puderam estar presentes a certos eventos – por vezes a culpa não é do profissional – ou ainda, que desejam manter a tal fonte (às vezes exclusiva) e “adotam” as assessorias e seus releases como ferramentas indispensáveis ao seu cotidiano. Kunczik (1997) vê este último caso como uma “relação simbiótica entre os jornalistas e os informantes”.<sup>94</sup>

Os editores e diretores de redação responsáveis pelo jornal têm a tarefa de identificar tais processos e impedir que ocorram. A objetividade da cobertura jornalística é uma defesa contra tal relação.

No entanto, quando se trata de política ou economia, torna-se comum as fontes tentarem utilizar o jornalista para o que podemos chamar de balão de ensaio. Solta-se uma informação que, se divulgada por um veículo de credibilidade, pode influenciar ou gerar fatos que interessam a poucos indivíduos. Este tipo de informação pode ser simplesmente um boato e quando se transforma em notícia pode mexer com o humor do mercado financeiro, derrubar governantes, provocar desconfianças ou vulnerabilizar certas empresas, enfim, causar transtornos, inclusive ao país. Basta verificar a definição que Chaparro (1994) atribui a boato para dimensioná-lo melhor:

O boato motiva pautas, esconde ou expõe fatos, amplia ou reduz a dimensão dos acontecimentos, altera-lhes o significado, atrai ou repele a curiosidade dos repórteres, motiva ou inibe perguntas, direciona reportagens, gera ou elimina manchetes, produz desmentidos ou confirmações – e ao provocar tais efeitos (sinal de que interage eficazmente com a cultura dos meios), pode determinar ou modificar as intenções das mensagens jornalísticas, adequando-as aos interesses a que está vinculado.<sup>95</sup>

A preocupação com o controle sobre o que vem das fontes não pode mesmo ser simples retórica porque há mais em jogo. A credibilidade adquirida pelo veículo de comunicação é um valor intangível (no sentido de que não se pode tocar), mas fundamental para a sobrevivência da empresa jornalística. O periódico que perde a credibilidade está fadado à decadência e até ao fechamento, principalmente hoje na

---

94 KUNCZIK, M. op. Cit. P.260.

95 CHAPARRO, M. C. op. Cit. p.75.

época das novas tecnologias e da globalização.

A “revolução informacional”<sup>96</sup>, como foi denominada por Castels (1999), trouxe ferramentas que facilitaram a vida cotidiana do indivíduo, mas, ao mesmo tempo, criou novas necessidades e burocracias. A informação, então, passou a adquirir um valor que jamais teve antes e, com isso, os veículos de comunicação ganharam mais importância na vida do cidadão. Uma notícia errada pode acarretar às pessoas prejuízos incalculáveis de ordem moral, física ou financeira.

Vive-se a era onde todos têm pressa em ficar sabendo de algo, por isso, a informação se tornou um artigo valioso. O jornal – assim como outros veículos de comunicação – está inserido dentro desse contexto como um orientador que pode influenciar os passos do indivíduo no seu dia-a-dia. A credibilidade, que agrega valor ao jornal, deve ser tratada como princípio fundamental para a manutenção do veículo pelos jornalistas e proprietários da empresa.

O jornal que não mantiver dentro de seus princípios a credibilidade perderá leitores e automaticamente estará ameaçado de fechar. Não importa ser apenas um negócio comercialmente viável se o veículo não consegue satisfazer o leitor de suas necessidades por informação e por análise. A credibilidade é um dos maiores patrimônios que um jornal (e, porque não mencionar, o próprio jornalista) pode alcançar. E, para se alcançar a credibilidade tanto junto a seus pares, quanto perante a sociedade, ser ético é algo necessário.

Ora, Ética é um dos princípios indispensáveis na vida de qualquer ser humano. Entretanto, esse princípio torna-se ainda mais fundamental quando inserido no âmbito profissional. No Jornalismo, essas considerações não fogem à regra, ou pelo menos não deveriam fugir, uma vez que suas ações têm impacto direto na sociedade e na própria vida das pessoas.

Mas qual é a diferença entre ética e moral? Como esses princípios se relacionam e como eles regem a práxis jornalística? Chaparro (1994) encontrou em Aristóteles a distinção entre esses dois conceitos complementares. A partir de Aristóteles, então, “a Moral tornou-se a disciplina que estuda e regula as ações do comportamento humano, e a Ética, a teoria ou ciência que estuda esse comportamento”.<sup>97</sup>

Chaparro (1994) ainda complementa essa idéia:

---

96 CASTELS, M. **A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura.** São Paulo, Paz e Terra, 1999.

97 CHAPARRO, M. C. op. cit. p.23.



Ao estudar os costumes do comportamento humano, a Ética acaba influenciando na Moral, inspirando a criação, supressão ou mudança dos princípios que as sociedades assumem como valores maiores e aos quais os costumes morais devem submeter-se.<sup>98</sup>

Transferindo essa idéia para o Jornalismo, pode-se perceber como a ética (ou a ausência dela) influencia e faz parte do cotidiano da prática jornalística. Entender, como a relação entre a ética da empresa jornalística e a ética do próprio jornalista funciona ajuda a esclarecer certos pontos obscuros do Jornalismo.

Quando ingressa na faculdade, o estudante de Jornalismo começa a integrar-se aos princípios e regras que regem a sua futura profissão. Aprende não apenas regras de como escrever um bom texto, mas, também, certos valores que complementarão suas ações na hora da captação e composição de sua matéria. Assim, ele, de certa forma, vai incorporando ao longo dos quatro anos de curso inúmeros fatores que o prepararão para o mercado de trabalho. Ele tem um primeiro contato com a ética profissional de forma generalizada.

Kovach e Rosenstiel (2003) abordam algumas atitudes que ferem a ética da profissão de forma geral. Entre as ações para a obtenção de informações questionadas pelos autores encontra-se o ato de mentir para as fontes, o uso de câmeras ou gravadores escondidos e a má apuração dos fatos, o que comprometeria um dos principais itens que caracteriza a notícia que é a verdade.

Os autores, no entanto, acreditam que algumas vezes essas atitudes são justificáveis, principalmente se passam por um determinado teste.

Acreditamos que esses recursos até podem ser usados pelos jornalistas. Melhor dizendo, os jornalistas deveriam usar um teste similar aos conceitos que justificam a desobediência civil, decidindo quando usar um disfarce. Os cidadãos também deveriam aplicar o mesmo teste para avaliar o que pensam desse recurso. Três são os passos para fazermos esse teste:

1. A informação deve ser vital ao interesse público para justificar a fraude.
2. Os jornalistas não devem usar o recurso a não ser que não exista outra forma de conseguir a matéria.
3. Os jornalistas devem revelar ao seu publico sempre que manipularam suas fontes para conseguir a informação, e explicar suas razões, incluindo por que a matéria justifica a fraude e por que essa foi a única forma de conseguir a informação.<sup>99</sup>

Esses foram alguns aspectos que esse estudante deve ter discutido com

---

98 CHAPARRO, M. C. op. cit. p.24.

99 KOVACH, B. e ROSENSTIEL, T. op. Cit. P. 130-131.

colegas e professores. Contudo, quando o foga entra para o mercado de trabalho ou vai para um curso preparatório específico, como os cursos promovidos pelo Grupo Estado e Grupo Folha da Manhã, ele percebe que os princípios e os conceitos com os quais teve contato na faculdade, muitas vezes não correspondem ao que ele encontra no cotidiano das redações. É o seu primeiro contato com outro tipo de ética: a ética da empresa jornalística para a qual trabalhará.

Entende-se, dessa forma, que há diversos tipos de interesses e valores comportamentais que precisam agir de maneira sinérgica, mesmo sabendo que nem sempre isso é possível. Assim, escreve Barros Filho (2001):

A singularidade de cada sujeito no trabalho jornalístico depende intrinsecamente da liberdade que cada um tem, como profissional, para expressar-se. No caso da censura em países totalitários, por exemplo, a liberdade do jornalista é vítima de agressões, juridicamente tipificadas ou não. No entanto, outros tipos de coação estarão inexoravelmente presentes, independentemente das normas jurídicas que regulamentem a profissão, bem como sua efetiva aplicação. A inserção de preceitos de liberdade de imprensa em códigos de ética, em manuais de liberdades públicas e sua previsão constitucional não impedirão que as coações próprias à dinâmica de um universo social específico e relativamente autônomo como é o jornalismo se façam presentes. Dependendo do grau de liberdade que tenha, o trabalho de um jornalista será mais ou menos pasteurizado, ou seja, poderá fazer ver menos mais o seu ethos.<sup>100</sup>

Dessa forma, a ética do jornalista está intrinsecamente ligada ao ambiente no qual o profissional está inserido, podendo ele ter maior ou menor influência em seus atos de acordo com as regras estabelecidas.

Algumas empresas jornalísticas têm padrões éticos codificados em manuais de redação. Porém, há alguns aspectos que não estão tipificados, mas que já fazem parte da cultura jornalística da empresa e que é transmitida através da própria prática ou dos relatos orais.

Em *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, parte de seus conceitos sobre o que é ético está dentro do **Manual de Redação e Estilo**, escrito por Eduardo Martins. Entretanto, há ainda outros aspectos que não constam nesse manual, contudo fazem parte do cotidiano das redações do jornal e é assumido pelo grupo.

Codificados ou não, a ética é um ingrediente essencial para a prática do bom jornalismo. Quando ela é ferida, seja com o uso de câmeras ocultas, seja pela má apuração dos fatos, acaba interferindo e prejudicando significativamente as pessoas

---

100 BARROS FILHO, C. de. **Ética na Comunicação – da informação ao receptor**. São Paulo, Moderna, 1995. p. 104.

envolvidas. Independente de qual seja a ética aplicada, da empresa ou do jornalista, é necessário que ele sustente as tarefas do jornalismo que são:

1. A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.
2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
3. Sua essência é a disciplina da verificação.
4. Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem.
5. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder.
6. O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público.
7. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante.
8. O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional.
9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com a sua consciência.<sup>101</sup>

Dessa forma, os conceitos apresentados neste intertítulo serviram para ilustrar o que norteia a práxis jornalística, bem como o estabelecimento do que vem a ser valores-notícia, já que não estão sempre tipificados ou codificados. Eles fazem parte do cotidiano das redações, não havendo tempo para questionamentos ou crises de consciência.

No entanto, o que foi explicitado faz parte de uma realidade atual. O Jornalismo na década de 30, tanto no Brasil, como no mundo, tinha diferentes acepções, um conjunto de ações diversas das que são praticadas hoje. É justamente este tipo de detalhe que deve ser considerado na análise do *corpus* e na composição deste trabalho. O que parece ser anti-ético neste século, podia não o ser no início do século passado. É preciso ter cautela e utilizar alguns dos pontos sobre a imprensa da época estudada, abordados no primeiro capítulo da dissertação.

Independentemente das mudanças das práticas e dos valores empregados na produção dos textos da imprensa, o discurso presente no Jornalismo apresenta certas características que se propagam ao longo dos anos e que podem ser percebidas tanto em reportagens antigas, como nas atuais. Assim, é pertinente verificar os componentes deste discurso e o contexto que justifica tal prática.

---

101 KOVACH, B. e ROSENSTIEL, T. op. Cit. P. 22-23.

### 3.1.2 Efeitos do real

Por meio das descrições das práticas jornalísticas e dos valores-notícia, consegue-se depreender um pouco mais sobre o ambiente jornalístico, bem como dos jornalistas e das empresas que o compõem. Verificar tais informações ajuda a elaborar uma linha de raciocínio para que se possa esboçar definições sobre o discurso jornalístico. Isso porque o contexto é fundamental para que se entenda o motivo de certos procedimentos e técnicas, que acabam permeando e influenciando na composição dos textos noticiosos.

Esses textos, que apresentam formas e características específicas do Jornalismo – como o *lead* e a pirâmide invertida, desde o seu início possuem igualmente indícios típicos da Literatura e dos relatos orais, que garantem a eles uma maior difusão das histórias e despertam o interesse do público. As notícias podem, dessa forma, serem descritas como pequenos relatos do cotidiano, histórias que merecem ser contadas. Por isso, o Jornalismo encontra no Realismo literário pontos em comum que justificam e sustentam a maneira como o texto é produzido.

Contemporâneo desta corrente literária, o jornalismo emergente no século XIX e orientado para o relato dos fatos de atualidade vai encontrar no realismo algumas das suas metáforas fundadoras como a de “espelho da vida” proposta por Stendhal, ou a sua matéria-prima, os acontecimentos, como mimesis dos seres e das coisas, avançada por Balzac. Vai mais longe, ao apoiar-se nos seus ideais de intervenção cívica e assumir tomadas de posição num contexto político de paradoxos entre dinâmicas de conservação e transformação.<sup>102</sup>

Foi o Realismo que ajudou a consolidar o discurso presente no Jornalismo como um gênero de discurso social, uma vez que ele incide nos processos de construção da realidade, através da verossimilhança e de modo a satisfazer os anseios do público tanto pela informação e pela credibilidade do que é divulgado. Literatura e Jornalismo misturam-se de modo a espelhar o real em páginas impressas.

Como o romance realista, também o texto da notícia não prescinde de coordenadas de espaço e de tempo, da definição precisa de lugares e tempos, de distâncias e perspectivas que desempenham um papel

---

102 PONTE, C. **Para entender as notícias. Linhas de análise do discurso jornalístico.** Florianópolis, Insular, 2005. P. 45

essencial na economia da intriga, na determinação de personagens, na estilística descritiva, na criação de um *efeito de real* (Barthes, 1968). Como o romance realista, o jornalismo recorre a uma circulação plural de memórias e discursos, a formas estabilizadas de relato, a uma organização da notícia em torno de pessoas e das suas circunstâncias expressa no *lead* canônico de informação, onde são obrigatórios os elementos *quem, o que, onde e quando*.<sup>103</sup>

No entanto, anterior ao texto pronto ou aos indícios de uma influência na escrita, é antes necessário verificar que a linguagem vem antes do discurso e que ela é uma das ferramentas essenciais para a produção de qualquer notícia, reportagem, editorial, enfim, um texto jornalístico. Essa linguagem, quando apropriada pelo Jornalismo garante o sentido à realidade cotidiana da vida dentro das sociedades, uma vez que, de acordo com Ponte (2005):

É a linguagem que permite cristalizar e estabilizar a subjectividade. Dotada de uma facticidade externa ao sujeito, exerce coerção sobre este e força-o a entrar em seus padrões. Por outro lado, transcende a realidade da vida cotidiana e pode referir-se a experiências de outras realidades, de áreas finitas de significação, construindo uma pluralidade de sistemas de representação simbólica e fazendo-os retornar a esta realidade cotidiana.<sup>104</sup>

A linguagem, assim, é somente uma das peças-chave que formam este quebra-cabeças que é o discurso jornalístico, o qual pode ser caracterizado, segundo Bakhtin<sup>105</sup> (2003), como um discurso secundário, ou seja, de cunho ideológico, presente em sociedades culturalmente organizadas – como as artísticas, sociopolíticas ou científicas, e que possui uma base mais complexa do que os discursos primários. Produz enunciados específicos que influenciam e são influenciados por uma relação dialógica entre emissor e receptor. Traz, dessa forma, a enunciação como a unidade básica de análise do discurso da comunicação, uma vez que ela “alarga a linguagem ao seu contexto, em sentido situacional e cultural: de onde se fala e para quem se fala, o que está para trás e o que está por detrás.”<sup>106</sup>

---

103 PONTE, C. op. Cit. P. 47.

104 PONTE, C. op. Cit. P. 98.

105 “Os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda a espécie, os grandes gêneros publicísticos etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc. No processo de sua formação eles incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata.”. BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo, Martins Fontes, 2003. P.263.

106 PONTE, C. op. Cit. P. 29.

## 3.2 Além das palavras

Dessa maneira, a Teoria Lingüística da Enunciação vem para desvelar significados ocultos presentes nos discursos, ir além da palavra e do próprio sujeito, levando em conta elementos que antes eram subjugados e explicitando a importância do significado do que está sendo transmitido. Com ela,

(...) consolida-se o estudo que busca evidenciar as relações da língua não apenas como sistema combinatório, mas como linguagem assumida por um sujeito. As marcas de enunciação no enunciado têm a especificidade de remeter à instância em que tais enunciados são produzidos, fazendo irromper o sujeito da enunciação.<sup>107</sup>

Autores como Charles Bally, Roman Jakobson, Émile Benveniste, Oswald Ducrot e Jacqueline Authier-Revuz, entre outros, foram alguns dos que desenvolveram e consolidaram esta teoria. No entanto, é em Mikhail Bakhtin que estão presentes os conceitos sobre enunciação que mais ajudaram a compreender como ocorreu a consonância entre o discurso do líder civil e do jornalista Julio de Mesquita Filho durante a Revolução de 32. Isso porque suas idéias sobre linguagem

(...) anunciam a fundação de uma lingüística que promoverá a enunciação como centro de referência do sentido dos fenômenos lingüísticos, vendo-a como evento, sempre renovado, pelo qual o locutor se institui na interação viva com vozes sociais.<sup>108</sup>

Essa interação<sup>109</sup> viva com as vozes sociais acontece por meio de uma relação dialógica, justamente porque a comunicação pode ser entendida como uma relação de alteridade, onde o “eu” se constitui pelo reconhecimento do “tu”. O

---

107 FLORES, V. do N. e TEIXEIRA, M. **Introdução à Lingüística da Enunciação**. São Paulo, Contexto, 2005. P. 12.

108 FLORES, V. e TEIXEIRA, M. Idem. P. 45.

109 “Os significados neutros (de dicionário) das palavras da língua asseguram seu caráter e a intercompreensão de todos os que a falam, porém, o uso das palavras na comunicação discursiva sempre depende de um contexto particular. Por isso se pode dizer que qualquer palavra existe para o falante em seus três aspectos: como palavra neutra da língua, que não pertence a nada; como palavra alheia, cheia de ecos, dos enunciados dos outros, que pertence a outras pessoas; e finalmente como minha palavra, porque, posto que eu a uso em uma situação determinada e com uma intenção discursiva determinada, a palavra está compenetrada de minha expressividade”. (Bakhtin, 2000, p. 278)

diálogo, dessa forma, só ocorre porque o reconhecimento de si acontece a partir do momento em que se reconhece o Outro.

Além do dialogismo como característica presente em suas obras, Bakhtin também possui outras idéias diferenciadas. O autor:

- critica a idéia de língua como “sistema de normas imutáveis e incontestáveis”, que privilegia a descrição formal, estática e normativa de enunciações monológicas, em detrimento do “contexto de enunciações precisas”;
- nega a possibilidade de construir um sistema sincrônico desligado da evolução da língua, uma vez que, a seu ver, ela está sempre em transformação;
- contesta a concepção de compreensão como ato passivo que exclui previamente e por princípio qualquer réplica ativa.<sup>110</sup>

A enunciação, assim, torna-se o resultado da interação entre dois seres humanos socialmente organizados, mesmo que o interlocutor seja uma virtualidade representativa da comunidade na qual está inserido o locutor, e propõe, portanto, a idéia de interação verbal realizada por meio da enunciação. A unidade fundamental da língua passa, assim, a ser o diálogo entendido não somente no sentido aritmético do termo, mas como toda a comunicação verbal, independentemente do tipo.<sup>111</sup>

Para o autor, o contexto em que a enunciação se encontra inserido também é um objeto fundamental no momento da análise do enunciado, porque mostra justamente as mudanças que a língua pode sofrer não com relação à sua norma, mas em detrimento da significação que ela pode ter de acordo com este contexto. Isso significa que, em um momento de análise, o objeto não é a língua ou a fala, mas a enunciação, levando-se em consideração que ela é mutável e reflete o ambiente onde foi desenvolvida. Isso acontece porque

(...) a linguagem vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. Essa concepção é básica para o autor, pois a partir dela argumenta que o diálogo não pode ser reduzido à descrição lógico-semântica. Por um lado, as regularidades lógicas são fundamentais para as relações dialógicas (pois tudo o que é dito possui regularidade interna), mas, por outro lado, não se reduzem a elas, dada a sua especificidade. A condição para que as relações lógico-semânticas se tornem dialógicas é que sejam materializadas em discurso (enunciado) e assumidas por um autor de quem as regularidades expressam uma posição.<sup>112</sup>

A língua, portanto, é uma ferramenta necessária à ação humana, sendo que

---

110 FLORES, V. do N. e TEIXEIRA, M. op. Cit. P. 49.

111 FLORES, V. do N. e TEIXEIRA, M. op. Cit. P. 54.

112 FLORES, V. do N. e TEIXEIRA, M. Ibidem.

ela sofre reflexos dessas atividades, impactando, inclusive, no conteúdo temático, estilo e composição do enunciado, ajudando a formar o que Bakhtin denomina de “gêneros do discurso”.

Para a análise das notícias e editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*, foram estes os conceitos a serem levados em consideração, além de alguns outros encontrados sobretudo na obra **Estética da criação verbal** (2003), entre eles, a oposição oração/enunciado, a atitude responsiva ativa e a compreensão responsiva ativa.

A oposição oração/enunciado é colocada da seguinte forma: a oração é uma unidade da língua e como tal não possui existência real, entretanto, isso não impede que tenha um valor semântico (a significação). O enunciado é uma unidade da comunicação verbal que somente tem existência em um determinado momento histórico, porém, sua constituição não exclui a oração. O enunciado é exatamente a realização enunciativa da oração. O valor semântico do enunciado, por sua vez, é o sentido. A oração é neutra em relação a todo o conteúdo ideológico, sua estrutura é de natureza gramatical; já o enunciado não é neutro, seu conteúdo veicula determinadas posições, devido às esferas em que se realiza; este, ainda, implica referência ao sujeito, enquanto a oração não.<sup>113</sup>

Bakhtin, além de traçar as diferenças entre a oração e o enunciado, elaborou critérios para se identificar um enunciado, que são a alternância de sujeitos, o acabamento e a relação do enunciado com o próprio locutor e com os outros parceiros da comunicação verbal. E essa comunicação verbal é que engloba tanto a atitude responsiva ativa, quanto a compreensão responsiva ativa.

Por compreender a comunicação como um diálogo, o autor entende que há respostas para os enunciados proferidos e que estas respostas não são passivas, ou seja, o receptor das mensagens sempre produz respostas às mensagens recebidas. Dessa forma, os enunciados emitidos pelo sujeito podem ter impactos diversos, fazendo com que o receptor aceite, rejeite, assimile ou elabore qualquer outro tipo de reação diante do que lhe foi transmitido. A resposta, por sua vez, não está restrita ao ouvinte. O enunciatador também é um respondente, uma vez que as palavras proferidas provêm de uma cadeia complexa de outros enunciados.

A compreensão responsiva ativa, por sua vez, parte de uma lógica parecida com a apresentada pela atitude responsiva ativa. Isso porque ela é uma

(...) atividade intrinsecamente dialógica, em que o reconhecimento de si se



dá pelo reconhecimento do outro. Em cada palavra há “vozes que podem ser infinitamente longínquas, anônimas, quase despersonalizadas [...] inapreensíveis, e vozes próximas que soam simultaneamente”.<sup>114</sup>

Dessa forma, a síntese apresentada neste intertítulo buscou apontar alguns dos conceitos bahktinianos da Teoria Lingüística da Enunciação que permearão a análise do corpus. É notório que tal resumo não reflete a complexidade apresentada pela leitura das obras do autor. No entanto, o intuito é elucidar apenas os principais pontos pertinentes à dissertação para que haja uma melhor contextualização da linha de raciocínio elaborada.

### **3.3 Da constituição e descrição do corpus**

O *corpus* de análise é composto por 89 edições do jornal *O Estado de S. Paulo*, sendo que, durante os três meses de conflito, apenas uma edição contou com uma edição dupla, ou seja, foi publicada duas vezes em um mesmo dia. Um aspecto interessante desta segunda edição é que ela, além de vir para complementar a primeira – tendo inclusive um número superior de páginas (a primeira continha 14 páginas e a segunda, 22), era considerada uma continuação da primeira, vindo inclusive com a mesma numeração. O *corpus* compreende o período de nove de julho (data do início do Movimento Constitucionalista) a cinco de outubro de 1932 (dois dias após a assinatura do armistício e data em que foi estabelecida a censura no jornal). A data de cinco de outubro também foi selecionada porque nos últimos dias do conflito a seção *Notas e Informações*, parte destinada às opiniões do jornal/Julio de Mesquita Filho, sofreu algumas alterações, aparecendo por vezes apenas o título da seção no impresso.<sup>115</sup>

Cada edição durante o período em questão continha em média seis páginas, número que só era modificado quando a situação do conflito sofria grandes alterações, nas edições de domingo (que possuíam oito páginas) e nas de segunda-feira (que apresentavam quatro páginas). Entretanto, não é a totalidade das páginas

---

114 FLORES, V. do N. e TEIXEIRA, M. op. Cit. P. 57-58.

115 Embora a limitação do corpus compreenda o período de nove de julho a cinco de outubro de 1932, em três de julho do mesmo ano verificou-se a primeira menção ao Movimento, através da presença da Liga Constitucionalista em uma das matérias de cada da edição.

desses veículos que será analisada. Foi tomado como recorte para a dissertação de mestrado as matérias de capa e os editoriais, já que as matérias de capa são as de maior relevância em um impresso e porque são importantes ferramentas de estudo para se perceber como o discurso de Julio de Mesquita Filho influía nas reportagens publicadas. Os editoriais, por sua vez, são a forma mais explícita do discurso de Mesquita durante a Revolução de 32.

Mesmo sendo estabelecido que o recorte inicial ficaria limitado às notícias veiculadas na capa e na seção *Notas e Informações*, devido à relevância de alguns assuntos, optou-se por considerar algumas matérias que estavam no interior das páginas do jornal. Exemplo disso foi o suicídio de Santos Dumont, que ocorreu no desenrolar do Movimento.

No entanto, esta foi apenas a primeira delimitação do *corpus*. O segundo critério, diante de quase 200 textos para análise, foi algo mais jornalístico, baseado nas manchetes das notícias e no conteúdo dos editoriais. Dessa forma, chegou-se ao montante de 32 notícias e 30 editoriais. O número de matérias é menor que o de editoriais porque, como foi previamente mencionado, a seção *Notas e Informações* durante quatro dias não apresentou conteúdo algum. Lidos e analisados os textos selecionados através desta segunda triagem, adotou-se novamente este critério (o de destaque jornalístico e não histórico) para que se chegasse ao total de 17 textos, sendo nove matérias e oito editoriais.

O critério jornalístico superou o critério histórico de seleção dos textos que compõem o corpus porque o jornal *O Estado de S. Paulo*, além de ter usado fatos que não correspondiam à verdade do ocorrido, retratava a versão dos vencidos, ou seja, aquela que geralmente não é a utilizada pela historiografia oficial do Brasil, a qual, na maioria das vezes, trata o Movimento Constitucionalista como uma ação separatista. Como este estudo não tem um objetivo histórico, no sentido de ver qual é a verdadeira História da Revolução de 32 e o que realmente ocorreu à época, verificou-se ser o critério de impacto jornalístico (entendendo-se como impacto jornalístico as notícias que mais despertariam o interesse do público) como sendo o mais pertinente para a análise.

Além da diminuição considerável do número de páginas das edições, que antes da Revolução possuía uma média de 14 páginas, houve uma mudança na

linha editorial do impresso. *O Estado de S. Paulo* tinha como uma das principais características de sua linha editorial a cobertura de fatos internacionais e que representava a maioria das matérias veiculadas. Aliás, matérias sobre fatos nacionais eram a exceção no jornal. Durante o Movimento, há uma mudança de foco, renegando quase que totalmente a linha editorial de *O Estado*.

A cobertura volta-se para os acontecimentos nacionais, priorizando o que estava ocorrendo no estado de São Paulo, a partir do dia 12 de julho. Nota-se, inclusive, uma cobertura bastante regionalizada, na qual as cidades de São Paulo que eram pontos estratégicos (participantes ativos) do conflito tinham pequenas notas descritivas de qual era a situação da Revolução no local e/ou telegramas pessoais/oficiais que davam informações sobre o cotidiano das trincheiras. A cobertura, no entanto, volta-se novamente à área internacional a partir de dois de outubro, contendo notícias de outros países já logo na capa.

Ainda com relação ao conteúdo do que foi veiculado pelo impresso, algumas particularidades devem ser mencionadas para complementar a descrição do *corpus*. Uma delas é que todas as edições contêm notícias dos batalhões nas frentes (norte, sul, leste e oeste) do Movimento, principalmente sob a forma de telegramas, tanto os oficiais, elaborados pelos militares, quanto pessoais, contendo impressões dos soldados/voluntários. Fotografias e anúncios, os quais, por vezes, transmitiam inclusive palavras de apoio aos soldados constitucionalistas, continuaram sendo impressos durante a Revolução.

Outra peculiaridade é a mudança do *layout* do jornal. Na época, as edições do impresso apresentavam um título grande no topo da capa, o qual não necessariamente apresentava relação com as notícias veiculadas. Tratava-se mais de palavras de incentivo do que algo jornalístico. Verifica-se, no entanto, que de 30 de setembro a três de outubro, o título passa a ser apenas “Movimento Constitucionalista”, mudando novamente depois do armistício, quando este se torna apenas “A situação”. A partir desta mesma data, as notícias também já estão mais escassas do que o habitual, limitando o conteúdo a apelos e palavras de encorajamento.

Interessante, também, foi notar a participação e a veiculação de notícias sobre partes da população que normalmente não apareciam de forma tão explícita

em *O Estado*. Era o caso das mulheres (nota especial na capa, com foto, em 10/08/1932), dos negros (notícia sobre a Legião Negra nos campos de batalha, na página 05, em 16/07/1932) e da própria imprensa, a qual possuía inclusive um batalhão (notícia sobre a situação do denominado Batalhão da Imprensa, na página 03, em 17/07/1932).

Assim, diante do panorama geral do corpus, passa-se para a análise dos textos selecionados.

### **3.3.1 Da análise textual**

O discurso de Julio de Mesquita Filho refletia igualmente nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*, uma vez que ele estava ligado intrinsecamente ao Movimento Constitucionalista. Neste momento, há uma fusão entre o jornalista e a figura política, tornando o discurso uníssono. E essa unicidade podia ser percebida tanto nas matérias como nos editoriais. Isso porque esses ideais não estavam restritos a Mesquita Filho.

Mesmo entre o grupo de jornalistas e colaboradores que trabalhavam em *O Estado de S. Paulo* este ideário tinha validade senão em toda a extensão e detalhes, certamente em linhas gerais; pois, o grupo, que lá se reunia identificava-se e era reconhecido como tal, antes de mais nada, em função da visão de mundo em comum que possuía, a despeito de algumas discrepâncias individuais e das diferenças de gerações entre os membros que o compunham. Esta é uma afirmação que vale até 1940, no mínimo, especialmente no que se refere ao sentimento com relação a São Paulo e as expectativas quanto a sua posição hierárquica no contexto nacional.<sup>116</sup>

Portanto, não era difícil encontrar essa consonância. A redação, embora tivesse algumas discordâncias, compartilhava pensamentos e ideais entre si e entre o diretor. E a formação intelectual de Julio de Mesquita Filho contribuiu incisivamente para seu posicionamento pessoal e dentro do veículo. Tal constatação colabora para o estudo das matérias de capa e editoriais selecionados. Lembra-se, também, que o critério adotado para as análises segue uma ordem cronológica.

<sup>116</sup> STEINER, R. C. op. Cit. P. 74.

Assim, o primeiro texto a ser estudado é o *Notas e Informações* do dia 14 de julho de 1932, que possui alguns aspectos interessantes para o presente trabalho. O primeiro deles é que esta seria a data escolhida para o verdadeiro início da Revolução de 32. O segundo é que este é um dos editoriais mais inflamados durante o movimento. Está escrito na primeira pessoa do plural, algo recorrente à época, de maneira a demonstrar que o autor também faz parte da população paulista e que, como todo paulista, é seu dever lutar, já que as conversas não surtiam efeito junto à ditadura de Getúlio Vargas.

Além de ser uma espécie de desabafo, o editorial mostra claramente a insatisfação de Julio de Mesquita Filho com o governo federal, uma vez que Mesquita apoiou a Revolução de 30 com o intuito de ver mudanças benéficas ao progresso do país e contava que os estados brasileiros fossem imbuídos de uma maior autonomia junto ao governo central, objetivo oposto ao desejado por Vargas e os tenentes.

No primeiro parágrafo, encontra-se em diversos trechos a insatisfação do autor perante a ditadura.

1º parágrafo – (...) A hora das **conversações já passou**. São Paulo travou **inúmeras** com a ditadura e com seus colaboradores. Disse-lhes, com a lealdade habitual o que desejava, **promessas** de toda a ordem lhe foram feitas e nenhuma se cumpriu. Desanimado de trazer a ditadura **amistosamente** ao caminho da razão, descrente das suas **jurás**, perdida a fé nos seus compromissos, só viu diante de si, a determinada altura, o recurso supremo e desesperado do *ferro e fogo*. Desencadeada a luta, ela não se pode suspender, nem cessar, enquanto a vitória não iluminar as nossas armas.

Dessa maneira, percebe-se que não apenas foi tentado acordos e conversas para que se chegasse a um ponto em comum, como a essa data, já não era possível mais um entendimento pacífico entre São Paulo e o governo federal. Ademais, nota-se a presença de conceitos importantes trazidos pela influência de Spencer (progresso a qualquer custo – ferro e fogo) e do Iluminismo (as palavras razão e iluminar).

No segundo parágrafo do editorial, igualmente encontra-se conceitos recorrentes aos textos publicados em *O Estado de S. Paulo*, como a força e o

civismo dos paulistas e a crença de que o restante do país iria entender o porquê da instauração de uma guerra civil no Brasil.

2º parágrafo – (...) Não acreditamos que o **Brasil** se mantenha por muito tempo na posição de mero **espectador** de um combate tremendo pela sua liberdade e pela grandeza. Mais dia menos dia, o próprio instinto de **conservação**, se outros sentimentos não lhe vencerem a **inércia** o lançará, de norte ao sul ao lado de São Paulo. É impossível que o **civismo** dos nossos irmãos não se desperte ao toque do heroísmo paulista e que a defesa do direito não encontre, no Brasil, paladinos denodados senão filhos de São Paulo.

São Paulo aparece como o grande redentor da chaga ditatorial que aflige o país. Cabe aos paulistas a missão de paladinos, aqueles os quais têm como missão acordar os brasileiros da realidade que os assola. São essas as idéias que permeiam não apenas as páginas do jornal, como a cabeça dos líderes do Movimento Constitucionalista. São essas as idéias difundidas através do rádio e dos impressos, fazendo com que a população compartilhe cada vez mais desses princípios.

Em 20 de julho de 1932, podia-se perceber que a incitação não estava presente somente nos editoriais ou nos textos noticiosos. A publicação de telegramas de autoridades civis e militares, e de cidadãos paulistas também incitava a população e mostrava que a vitória era apenas uma questão de tempo.

Por serem telegramas, todos contêm autoria, data e a cidade de onde foram originados. Outra característica é a presença marcante de adjetivos, que enaltecem e qualificam os oficiais e a vitória paulista. Como pode ser percebido nos trechos em destaque:

Telegrama do coronel Sampaio, comandante do destacamento – (...) A Força Pública, **briosa** tropa paulista, sob comando do tenente-coronel Herculano Carvalho, ao lado de tropas do exército, portou-se com **inexcedível bravura**. Com **orgulho** de ter sob meu comando esses seus **valorosos** soldados, felicito-o **calorosamente**.  
(...)

Telegrama de Julio Marcondes Salgado, coronel comandante da Força Pública do

Estado de São Paulo – (...) Foi e é sempre para nós motivo de **desvanecido orgulho** lutarmos ao lado das forças federnas, sob o comando de tão **intrépido e corajoso chefe**, que ora leva ao triunfo as tropas que se batem pela constitucionalização do país e de redenção da nossa terra do nosso povo.

Constata-se, portanto, que as primeiras conquistas paulistas eram enaltecidas pelos próprios articuladores militares e que sempre se fazia questão de mostrar o valor das tropas constitucionalistas, formadas em sua maioria por voluntários, bem como dos paulistas e do Estado de São Paulo.

E o enaltecimento das conquistas paulistas e das pessoas que nasciam e/ou viveram neste estado não estava limitado aos campos de batalha. Em 24 de julho de 1932, dia seguinte à morte de Santos Dumont, o periódico destacou importantes feitos do “pai da aviação”, explicitando seus principais inventos, aspectos de sua infância e adolescência, além de mencionar a opinião de Dumont sobre os acontecimentos do Movimento Constitucionalista, em um texto de três colunas, com quatro intertítulos e uma caricatura, sendo um dos textos mais longos do *corpus*.

A matéria, apesar de apresentar inúmeros adjetivos, denota mais objetividade que as demais anteriormente citadas por ser redigida na 3ª pessoa do singular (“ele”). Isso, no entanto, não eliminou aspectos narrativos que tivessem como meta emocionar aqueles que tivessem contato com o texto, principalmente nos momentos em que versava sobre a infância do empreendedor, a luta pelo reconhecimento dos seus trabalhos no exterior e da sua opinião sobre a guerra civil que se desenvolvia no país.

1º parágrafo – (...) De trinta e cinco anos para cá que o seu nome adquiriu **notável** evidência, principalmente nos centros cultos. Fato **extraordinário**, porque ele nascera num país que, por ser novo, era quase desconhecido nas velhas nações, cujos filhos de relevo prezam estar com eles o privilégio de todas as iniciativas e de todas as conquistas, assim no campo espiritual, como no material. E ai **abnegado** brasileiro venceu a catadupa de preconceitos da civilização, quando apenas contava vinte e cinco de idade. Venceu num ambiente que, se não era **hostil**, parecia **indiferente**. E a indiferença é a maior inimiga dos homens, dos santos e dos sonhadores... Mas Santos Dumont soube vencê-la pela **convicção** e pela **tenacidade**. (...)

Este parágrafo ressalta os adjetivos que permeiam todo o texto, mas principalmente o fato de um brasileiro ter conseguido tamanho feito no exterior, já que os países, sobretudo da Europa, não estavam acostumados a conquistas provenientes de antigas colônias latino-americanas. No entanto, mais do que destacar um marco histórico de um brasileiro em terras estrangeiras, é colocar este brasileiro como um paulista, ainda que somente em seu coração, como mostra o parágrafo seguinte:

5º parágrafo – Santos Dumont nasceu em 20 de julho de 1873, em João Gomes, hoje Palmira, Estado de Minas. Pouco tempo depois, o seu pai Henrique Dumont, adquiriu uma **grande** fazenda na cercanias de Ribeirão Preto, onde Santos Dumont passou a sua meninice. De maneira que se pode considerar paulista. Porque foi neste estado que se abriu a sua inteligência e se revelaram as suas aptidões.

Ou seja, Santos Dumont deveria ser considerado paulista por ter crescido em solo paulista e porque foi este solo que ajudou a desenvolver suas aptidões. O texto, assim, tenta transmitir da idéia de que o estado de São Paulo exerce uma influência positiva nas pessoas, de modo a fazer com que elas tragam o progresso ao estado e ao país.

Parágrafo 16 – A sua glória maior, porém, está no invento do aparelho mais pesado que o ar, que tornou Santos Dumont, **o verdadeiro precursor da aviação moderna**. Com efeito, cinco anos mais tarde, quando já não falava mais no seu nome, e quando na Alemanha o conde de Zeppelin realizava as espetaculosas viagens com os seus balões, Santos Dumont fez uma demonstração prática e impressionante de um aparelho mais pesado que o ar, dotado de plena dirigibilidade.

Como mencionado anteriormente, havia uma certa resistência dos outros países reconhecerem as conquistas feitas por Santos Dumont no campo da aviação. Cada país requeria para si, através de seus inventores, o fato de serem os primeiros homens a voar. É justamente por isso que durante o texto sobre a morte de Dumont o autor desconhecido tenta reiterar sempre que possível o feito do brasileiro.



Outro destaque desta notícia é a descrição detalhada dos fatos, que lembram os princípios que norteiam os textos jornalísticos atualmente.

Parágrafos 18 e 19 – (...) No seu **aeroplano “XIV – Bis”** ele **elevou-se do solo a 80 centímetros de altura**, percorrendo **270 metros**. As **três rodas** deixaram de estar em contato com o solo em uma **velocidade de 30 a 35 quilômetros por hora**.

Só depois deste sucesso é que surgiram *os Farmann, os irmãos Wright e tantos mais que se notabilizaram na história da navegação*. Santos Dumont não foi esquecido é certo, pois que o Aero Club da França fez erguer em Saint Cloud, um monumento, comemorando o feito de Bagatelle. Talvez que os seus continuadores tivessem sido mais fortes, sonhando fama e fortuna, Santos Dumont, porém, jamais andou em busca de prebendas. Modesto e desinteressado, sempre teve em mira o progresso da aviação e bem estar dos homens.

Como é mencionado no parágrafo anterior, Santos Dumont acreditava que seu invento vinha para trazer benefícios aos homens. Assim, quando ele vê que o avião passa a ser usado como arma de guerra, inclusive na Revolução de 32, demonstra sua tristeza e insatisfação, por meio de cartas e discursos à população.

Parágrafo 23 – Ainda agora, neste transe difícil que estamos atravessando, Santos Dumont veio a cena a 14 deste mês, para pronunciar algumas palavras, em prol da causa, que São Paulo esposou. Falou ao povo por *intermédio da imprensa*, **confessando que os problemas de ordem política e econômica somente dentro da lei poderiam ser resolvidos**. Todavia, a luta entre irmãos continuava. E ele, cada vez mais, se acabrunhava. Retirou-se para um recanto de Santos afim de apaziguar o seu espírito, inútil. Vinham os aeroplanos da Marinha que se preparavam para lançar bombas. O seu **coração combalido**, não resistiu. E sabe-se que as *suas últimas palavras* foram estas: **“será que não há no Brasil, um meio para matar essa matança de irmãos.”**

Porém, o desejo de Santos Dumont não foi atendido e a guerra civil prosseguiu. Em quatro de agosto de 1932, percebe-se as primeiras manifestações decorrentes de falsas informações, o que faz com que o jornal publique uma nota intitulada “O boato”. O texto, escrito em 3ª pessoa do singular, garantindo uma certa

objetividade à notícia, tem como principal enunciado fazer com que a população não perca o foco de suas ações, permanecendo engajada na luta pela Constituição frente a falsas informações disseminadas.

3º parágrafo – (...) O comando do exército constitucionalista imediatamente **desmentiu a notícia**, enviando um representante as estações de rádio, para recomendar a **população que se mantivesse calma**, evitando a *dispersão* de energias e qualquer *paralisação* do **intenso trabalho** a que São Paulo se entregou, para defesa da causa constitucionalista.

Sabe que os boatos e as mentiras eram largamente utilizadas tanto pelas autoridades civis e militares de São Paulo, quanto pelo governo federal como forma de manutenção e desestabilização das populações paulistas e brasileiras, através principalmente dos rádios e jornais. Era uma espécie de jogo, o qual ganhava aquele que melhor soubesse se aproveitar das armas de persuasão que possuía. Assim, manter a população calma e confiante era uma obrigação daqueles que comandavam o movimento.

6º parágrafo – **O dia da vitória chegará** como acentuou o comando das nossas tropas. É necessário, porém, que a população só receba como verdadeiras as notícias divulgadas com caráter oficial, fazendo *ouvidos moucos* aos que insulsamente lhe pretendam derrear o animo com **notícias hipócritas**.

Assim, para dar maior credibilidade às informações e mostrar certo grau de envolvimento com os acontecimentos, *O Estado de S. Paulo* levava enviados especiais a alguns dos pontos de maior conflito. Foi o caso do texto “Do Batalhão Piratininga de Caçadores”, feito por um enviado especial. Esta matéria merece destaque pelo cunho extremamente pessoal da escrita, lembrando por muitas vezes relatos feitos em um diário – contendo inclusive passagem e menção dos dias, e por apresentar a letra **R** ao seu final. Esta sigla remete a Rodrigo Soares de Oliveira Sobrinho, o qual é mencionado no texto e foi descrito como um jornalista de *O Estado de S. Paulo*. Por vezes o envolvimento do jornalista é tamanho que ele não apenas esquece que é um jornalista, como de que é um soldado, segundo palavras do próprio autor.

4º parágrafo – A 17 deste, reunido o batalhão no centro de educação física da força pública, comunicava-nos nosso comandante, o capitão Rômulo de Rezende, que **a direção geral das forças constitucionalistas nos honrará com a incumbência de seguir para região servida pela central do Brasil.** A ordem foi recebida com tal alegria que esquecidos por um momento da nossa posição de soldados, descansamos as armas, prorrompendo em palmas e aclamações.

Embora seus relatos estejam longe de serem jornalísticos, lembrando mais uma narrativa literária, eles são importantes porque descrevem as viagens feitas pelos voluntários até os seus postos de combate, ajudando a compor detalhes que ajudam a ver a Revolução de 32 através dos olhos daqueles que combatiam, como pode ser constatado neste parágrafo:

7º parágrafo – (...) Embora a maioria do batalhão seja constituída de estudantes, há aqui gente formada, negociantes, homens de responsabilidades na via; as idades variam dos dezessete aos trinta e cinco anos; mas todos se confundem no mesmo entusiasmo e na mesma alegria juvenil. O bom humor é geral. Não. Ali no canto daquele vagão vai um homem que não sorri. Deve andar pelos 40. Magro, bronzeado, alguns fios de cabelos brancos. Tem todas as características da “praça velha”, expressão com que os soldados denominam o companheiro experimentado na vida militar. Sua fisionomia é meio soturna, meio não se sabe como. É o mesmo homem que cinco dias depois, já nas montanhas do grande estado central. Voluntariamente põe termo a vida, talvez cansado de esperar oportunidade para um suicídio útil.

A narração prossegue, de maneira a convidar o leitor a perceber como era a viagem desses soldados:

10º parágrafo – (...) Cada estação ou cidade em que o trem pára é um incentivo para nós. Gente em penca, nas plataformas, saúdam e aclamam com calor os soldados constituição. E abarrotam os nossos bornaes de **cigarro, laranjas, gulodices de toda a espécie** que vem servir de reforço ao nosso primeiro rancho, servindo no próprio comboio.

A escrita sob a forma de um diário volta com ainda mais força quando o jornalista relata que os voluntários possuem diários nos quais colocam suas impressões e histórias, de maneira a quase insinuar que as páginas do jornal são as páginas de seu diário expostas ao leitor.

Parágrafo 17 – Antes de jogar o corpo sobre, debaixo, no meio das carteiras do grupo escolar da localidade, no qual nos alojamos, a rapaziada do pelotão “harmonia”, que quase toda tem o seu diário, ainda acha jeito de anotar pomposamente: - “Dominamos as gargalheiras da Mantiqueira. São Paulo que durma sossegado.”

As descrições do cotidiano dos voluntários permanecem até que termina o texto, remetendo inclusive à uma conquista que pode ser entendida como a conquista da própria redação:

Parágrafo 24 – (...) No dia seguinte há diversas modificações no comando da companhia. **Dois particularmente gratas cá para a casa:** o Rodrigo Soares de Oliveira Sobrinho é promovido a sargento e o Gentil Lima e Castro a cabo. **São ambos do “Estado”.** Atos de bravura? Ainda não. Por enquanto só combatemos pulgas e outros legumes... – R.

Na edição de 10 de agosto de 1932, por sua vez, há dois fatos que merecem destaque: a comemoração de um mês do Movimento Constitucionalista (verificado em *Notas e Informações*) e a presença das mulheres paulistas na retaguarda do mesmo, em uma matéria veiculada na capa. Em *Notas e Informações*, a principal preocupação está em legitimar o Movimento e provar o valor de São Paulo dentro do país, reiterando que este é um movimento de cunho nacional.

3º parágrafo – Até agora São Paulo tem estado sozinho e continuará. O que lhe competia fazer, já fez: pela **voz de pessoas autorizadas**, pela **sua imprensa** e por **outros meios de transmissão do pensamento**, já explicou minuciosamente ao Brasil *o que pretende, qual a sua resolução para o combate armado e quais as disposições do seu povo.* O Brasil não poderá excusar-se com a ignorância do que

se passa em nosso território se não tomar partido pela causa que defendermos. Tudo está claro, límpido e nítido. Estamos cumprindo até o fim. Se o Brasil não cumprir o dele a vergonha não será para nós. **Mas, cumpra ou não cumpra a verdade é que não lhe assistirá jamais o direito de condenar S. Paulo e de taxar de egoísta e regionalista a campanha que ele nobremente chefia.**

O texto apresenta traços de oralidade, como se estivesse sendo proclamado, de maneira a incitar aquele que o lê a compactuar com as idéias escritas, utilizando tanto a primeira pessoa do plural (“nós”), quanto a terceira do singular/plural [“ele(s)”]. Além disso, tenta demonstrar que as pessoas em São Paulo e no Brasil deveriam saber o porquê das atitudes tomadas por São Paulo, uma vez que se fez questão de divulgar os ideais constitucionalistas, através de telegramas, rádios, jornais e discursos ao longo dos 30 dias de guerra civil e concordar ou discordar do que o estado está fazendo não fará com que os participantes desistam de seus objetivos.

5º parágrafo – Acompanhar São Paulo ou deixá-lo sozinho é uma questão de consciência que cada Estado resolverá como entender. O que S. Paulo ao cabo de 30 dias de combate pode afirmar é que **sozinho ou acompanhado, ele se baterá para que o Brasil não se conversa em feitoria dos agentes da ditadura.** Reveses tem sofrido e outros provavelmente virá a sofrer, mas a serenidade de ânimo com que a população tem enfrentado as horas más, lhe dá a confiança de que, sejam quais forem os contratempos da guerra, não lhe faltarão elementos para a luta.

Enquanto o editorial preocupa-se em justificar e manter a luta armada, a matéria de capa selecionada aponta para algo incipiente, mas inovador, dentro dos jornais brasileiros, que é a presença de grupos marginalizados da sociedade, como as mulheres e os negros. Durante a descrição do *corpus* de análise, mencionou-se que foi criada a Legião Negra e que havia freqüentemente notas sobre a mesma nas páginas do periódico. Com relação às mulheres, isso não era diferente. Elas foram muito importantes no decorrer do movimento, sobretudo na retaguarda do mesmo, fato este destacado na notícia escolhida para análise.

Em um texto adjetivado e escrito em primeira pessoa do plural, mas sem autoria, procura-se descrever a rotina e o valor das atividades que essas mulheres

paulistas desempenhavam de modo a complementar os trabalhos executados nas trincheiras.

2º e 3º parágrafos – Ali, **todos os dias, das 11:30 às 13 horas**, as pessoas que só dispõem de **ínfimos** recursos, poderão tomar *um prato de ótima sopa, saborosa e útil*, além de bastante *pão*, pelo **módcio** preço de 600 réis.

Essa **pequena** importância é cobrada por dois motivos: primeiro para poupar os seus *clientes adultos a condição de indigência* e, segundo, para que a Liga possa fornecer esse mesmo *almoço as crianças pobres da cidade*, que tem direito a ser bem alimentadas, pois elas constituem boa parte da humanidade que substituirá, um dia, esta que hoje é a força nas trincheiras pela constitucionalização do Brasil.

Assim, mostrava-se que estas senhoras/senhoritas não apenas alimentavam aqueles que necessitavam de um bom prato de comida, como davam forças para aqueles que seriam os futuros paulistas, os futuros paladinos, na falta daqueles que estavam nas trincheiras. A notícia ainda destaca que nessas instituições, também conhecidas como Casa do Soldado, havia cursos de enfermagem, para cuidar dos feridos da guerra, bem como reitera a idéia de progresso, sobretudo através do trabalho, pelas palavras de Alice Tibiriçá.

8º parágrafo – (...) Precisamos não esquecer disse ela, que **esta infância deverá um dia substituir no trabalho boa parte da gente que hoje luta heroicamente nas trincheiras pela causa do Brasil.**

Embora houvesse medidas que visassem o benefício da população por meio de atitudes como essa de distribuição de alimentos à um preço simbólico, não se podia esquecer que ainda existia uma guerra civil. Dessa forma, tanto em 15 quanto em 21 de agosto de 1932, a mentira voltou a ser pauta de *Notas e Informações*. No dia 15 de agosto, percebe-se logo no primeiro parágrafo a indignação como tom preponderante do editorial:

1º parágrafo – Por todos os meios ao seu alcance, tem buscado a Ditadura diminuir, no conceito da população do resto do país, a grandeza do movimento constitucionalista. Seus porta vozes na imprensa e no rádio, seus agentes na

interventoria dos demais Estados não se cansam de atribuir gratuitamente a S. Paulo os mais absurdos e mesquinhos propósitos. Na ânsia de embair a opinião, não se lembram esses propagandistas de que o primeiro e mais categórico desmentido as suas palavras e afirmações é dado pela própria lógica dos fatos. (...)

Ora, a propaganda, o rádio e a imprensa também eram armas dos paulistas. No entanto, Getúlio Vargas sabia como ninguém utilizar a mídia como uma ferramenta de disseminação de seus ideais. Além disso, por São Paulo lançar-se em um movimento sem o apoio direto de um outro estado brasileiro, deixou transparecer que lutava em prol de interesse próprio, o que despertava ainda mais a desconfiança das demais localidades.

Ignorando tais fatos, Julio de Mesquita Filho continuava destacando que era preciso que alguém tomasse a atitude tomada por São Paulo e que as mentiras proferidas pela ditadura só contribuía para denegrir a imagem do governo federal.

2º parágrafo – Não haverá pelo Brasil em fora como o julga a ditadura, tamanha turba de **ingênuos que assim se deixem convencer por uma pregação de tal jaez**. Muito melhor lhe fora que, aos nobres propósitos cívicos, ao altíssimo ideal político em que se esteja. Que princípios elevados porventura defende, que mereçam pelo menos a atenção do povo brasileiro? Até agora, cinco semanas depois de desfraldada a bandeira constitucionalista, ninguém ainda os ouviu definir, ninguém ainda deles tem a mínima noção. A ditadura defende-se a si mesma a sua permanência no poder, sem cogitar, absolutamente, se isso representa alguma vantagem ou necessidade, pelo menos transitória, para o país.

O editorial ainda ressalta que, mesmo os outros estados não estejam tomando atitudes efetivas junto aos desmandos do governo federal, a população brasileira tem dado provas que estão ao lado de São Paulo:

3º parágrafo – Ora, é esse grande contraste moral que aos poucos, mas seguramente, vai ferindo a atenção do povo dos outros Estados, e esse o segredo do **minguado eco** que neles têm encontrado os apóstolos da Ditadura.

Como anteriormente mencionado, a mentira também fez parte do editorial do dia 21 de agosto:

1º parágrafo – A **mentira** tem sido e continuará a ser a **arma ordinária da ditadura**. Quando não **mente**, ela usa de **artimanhas** para disfarçar os **maus propósitos** que a animam: ou **mente ou dissimula**. Daí a razão pela qual S. Paulo se cansou de negociar com ela a remodelação do ministério e a mudança na diretriz política do governo atual.

A indignação junto às atitudes do governo de Getúlio Vargas misturam-se à justificação da ação armada de São Paulo e da necessidade do estado ter que mostrar para o resto do país onde mora a razão.

3º e 4º parágrafos – Se o **levante armado de S. Paulo** não viesse por tempo a essas **manobras**, de **moralidade duvidosa**, sabe Deus onde iria ter este **pobre país**.

Com antecedentes tais, a ditadura não pode merecer confiança a S. Paulo e a qualquer outro Estado do Brasil. *Tudo quanto ela prometer será vão e ilusório*. A consistência não é predicado nem dos seus atos nem das duas palavras. Tudo que dela sai é **cambiante, movediço e traiçoeiro**.

O editorial também atenta à necessidade de eleições e do estabelecimento de uma Constituição, de modo a acabar com a ditadura instaurada no país.

6º e 7º parágrafos – O **aniquilamento** da ditadura constitui, por isso, uma condição essencial de paz e sossego para o Brasil. Enquanto ela substituir, não haverá o que limpe a atmosfera dos elementos que a **contaminam** e a **envenenam**. A **mentira** e a **dissimulação**, companheiras inseparáveis da ditadura poderão ser eliminadas da vida política do Brasil.

No entanto, a verdade é que o estado de São Paulo encontrava-se acuado. Perdia-se inúmeras batalhas e recorria-se a artifícios como as matracas para continuar lutando. Mesmo frente a esta desvantagem, Julio de Mesquita Filho encontrava em acontecimentos internacionais similares ao que ocorreram no Brasil,



as forças necessárias para permanecer requerendo a Constituição. Nota-se tal procedimento no editorial de 24 de agosto de 1932.

1º parágrafo – Em todas as nações onde houve movimentos revolucionários mais sou menos pela mesma ocasião em que estalou no Brasil o de 1930, já se voltou ao regime constitucional. Notícias de ontem, informam que o **Chile**, último país que sofreu perturbação idêntica, já fixou para **outubro próximo a data da sua constituinte**. De toda parte vem a demonstração clara de que em pouco tempo os chefes revolucionários executam o que deve ser executado em regime ditatorial. Somente no Brasil a ditadura acha que a sua tarefa não pode ser realizada senão após longos anos e que a constituinte não pode ser convocada imediatamente. Uma das duas: ou a ditadura do Brasil é a mais inepta que as dos outros lugares, ou o seu desejo é perpetuar-se no poder. (...)

Além de destacar a lentidão em se promover a Constituinte no país, o editorial remete novamente à Revolução de 30, movimento que contou com o apoio de Julio de Mesquita Filho, por este ver no golpe uma saída para o crescimento e progresso no Brasil, os quais estavam sendo limitados pela República do Café com Leite.

2º parágrafo – Dos governos **discricionários** nunca **necessitamos**. Os que a consciência nacional reclamava eram precisamente os opostos. Porque não obtínhamos apesar de viver em **regime aparentemente constitucional**, foi que estourou a *revolução de 1930*. Seria curioso que fizéssemos uma revolução para destruir um governo, cujo vicio capital era excesso de poder do chefe do executivo, para, em seu lugar, estabelecer um outro em que o poder do chefe do executivo não tivesse limites nem no tempo nem no espaço...

Fazendo um paralelo à religião, o editorial menciona que a população brasileira aceita sem questionar as atitudes do governo federal e que diante de tamanha aceitação e quietude coube a São Paulo a missão de tirar o país da inércia, trazendo-o para a ação.

5º e 6º parágrafos – **Felizmente** a paciência esgotou-se e os brasileiros de S. Paulo deliberaram reagir. Essa reação benéfica, expressão vigorosa de um civismo

profundo, veio mostrar aos outros povos que *o brasileiro não é menos cioso de sua liberdade nem menos apegado a ordem jurídica que os demais povos da América onde as agitações revolucionárias já amainaram pela satisfação dos ideais que as provocam.*

Com o levante de S. Paulo o Brasil terá em breve a carta constitucional que a ditadura tinha o dever de lhe dar o que a ambição dos homens, que a exploram, **escamoteou atrevidamente.**

A guerra civil perdurava e a carta constitucional não vinha. Nos campos de batalha, os soldados permaneciam animados e esperançosos pelo restabelecimento da ordem. Em 29 de agosto, outro enviado especial relata o cotidiano dos voluntários, mas, desta vez, fora das fronteiras paulistas. O jornalista retrata detalhes sobre o Movimento Constitucionalista em Mato Grosso.

Tem-se um texto pessoal, com o uso da primeira pessoa do plural, mas que não lembra uma narrativa literária, nem possui uma linguagem que remete às anotações de um diário. É um relato, sim, do cotidiano, porém de forma mais impessoal e com descrições menos adjetivadas, como demonstra este trecho, o qual menciona a primeira vitória constitucionalista em Mato Grosso.

3º parágrafo – No setor de Porto Murtinho - No dia 23, as nossas forças tiveram o primeiro encontro com o 17º B. C. instalado e fortificado em Porto Murtinho. Deu-se o embate no Córrego Feio, a 2 léguas da cidade. O efetivo do 17º B. C. foi computado em **1.000 homens**, com o reforço que tiveram das forças de Mário Gonçalves e outros. Eram comandados pelos capitães Gayer e Leopoldo Nery. As *nossas* forças eram de cerca de **800 homens** apenas, constante de tropas regulares do 18º B. C. e batalhões civis, organizados pelos Srs. Ulyssés de Lima, Aral Moreira e Alarico Medeiros. Foram comandados pelo major Luiz Silvestre Gomes Coelho e pelos oficiais tenentes Simão, Tourinho, Laroque, Ferreira e Arlito. Os nossos adversários não resistiram mais de cinco horas de luta, batendo-se em retirada e abandonando grande quantidade de armas e munições, assim como feridos. Os inimigos estão sitiados por terra. Causou **grande jubilo**, em todo o Estado, essa **primeira vitória.**

As descrições, mesmo sendo menos pessoais, ainda mostram o grau de

identificação entre o jornalista e a causa revolucionária, como se verifica nos dois últimos parágrafos:

Parágrafos 10 e 11 – Os **nossos** soldados tiveram, depois da batalha, verdadeiros delírios de hurrahs a São Paulo.

Lutam como idealistas e sem se queixarem do *grande e penoso* desconforto dos **nossos** sertões.

Embora a luta tenha conseguido atravessar as fronteiras de São Paulo, ainda era neste estado que estava sendo desempenhada a maior parte das batalhas. Sabendo disso, o governo federal continuava tentando mostrar ao país que a Revolução de 32 estava sendo articulada por pessoas que queriam a separação de São Paulo do resto do país, feito este realizado com a ajuda dos comunistas. Frente a estas acusações, tem-se o editorial de quatro de setembro de 1932, que não apenas contesta a difusão por meio da mídia dessas mentiras como também reitera a união do estado de S. Paulo.

1º ao 3º parágrafo – Na **linguagem da ditadura**, o movimento de S. Paulo ou é **separatista**, ou é **comunista**.

Do **separatismo**, podem dar notícia ao resto do Brasil os milhares de brasileiros de todos os pontos que **misturam** o seu sangue com o sangue dos paulistas nos campos de batalha, e os generais que comandam as tropas constitucionistas, todos **filhos de outros Estados**.

Sobre o **comunismo** poderão os próprios amigos da ditadura em S. Paulo prestar o seu depoimento ao Brasil. Com esses **cidadãos** e os **comunistas** descobriu a policia **ligações estreitas**, tão estreitas que a compeliram a tomar medidas severas contra uns e outros.

Assim, Julio de Mesquita Filho tenta argumentar que ambas acusações são falsas, inclusive atribuindo uma dessas acusações (comunismo) à própria ditadura. Trata-se, portanto, de defender-se sem provas concretas, tentando apenas desmerecer o adversário.

O texto, escrito na primeira pessoa do plural, ainda versa sobre a importância da participação das mulheres e dos homens paulistas (provenientes de classes mais

altas), e a possível falta de participação dos trabalhadores, sobretudo do operariado, setor onde Vargas exerce grande influência graças às reformas trabalhistas por ele elaboradas, desmentindo sobre tal fato.

5º e 6º parágrafos – Enquanto S. Paulo, com o auxílio das **senhoras mais distintas** e dos **cavaleiros mais prestantes**, prepara recursos para amparar as **famílias dos sem trabalho** e não permite que as fábricas se fechem para que o salário não escasseie nos **lares operários**, a ditadura aguiar, todos os dias e por todas as maneiras, os **operários contra os patrões**, numa tentativa criminosa de anarquização do trabalho e de subversão da ordem social.

É possível que o veneno das suas palavras penetre em alguns espíritos. Podemos assegurar-lhe, porém, que a **maioria do operariado**, que os **operários realmente trabalhadores** se não prestam ao jogo político de agitadores sem escrúpulos e compreendem perfeitamente a justiça e a nobreza da causa que S. Paulo defende.

Ou seja, mesmo faltando comida à mesa dos trabalhadores e mesmo eles não recebendo seus salários, o editorial transparece a idéia de que esses operários se sentem reconfortados sabendo que defendem uma causa nobre e justa. Algo fácil de pensar e redigir quando não se sabe o que é passar fome ou necessidade. O enunciado refuta da idéia de que operariado esteja insatisfeito ou de que este seja um movimento separatista ou ainda que seja algo articulado por comunistas, atribuindo tais fatos ao desejo do governo federal em desestabilizar São Paulo.

9º parágrafo – Aludimos a essas insinuações para mostrar até onde vai a hipocrisia dos nossos adversários e onde está realmente o perigo para os que temem as manobras de caráter **comunista**. **Esse perigo existe, apenas do lado da ditadura**. Só ela está manejando a arma das lutas de classes, que é arma tenebrosa: só ela tem procurado deslocar o combate dos campos de batalha, onde os exércitos se defrontam, para o seio das cidades, onde só há famílias inermes, cujo sossego governo algum, que não seja composto de **doidos**, tem o direito de perturbar.

A poucos dias do fim do Movimento Constitucionalista ainda se falava em vitória. Não eram poucas as formas encontradas para manter aceso o otimismo, principalmente quando se tinha em mãos o rádio. Em uma população onde a maioria

não possuía instrução necessária para ler e escrever, o rádio era o principal veículo para a obtenção de informações. Sua força era tamanha que não era raro encontrar menções a ele dentro das páginas dos periódicos. Assim, o discurso inflamado muitas vezes ouvido pelas transmissões radiofônicas era transcrito em *O Estado de S. Paulo*, como mostra a nota “Pelo Rádio”, cujo subtítulo é “Do Rádio-Jornal de ontem”, de 20 de setembro de 1932.

Por ser uma transcrição, os traços de oralidade estão presentes por todo o texto. Há uma grande preocupação em manter a população interessada na causa, dando a impressão de que São Paulo irá conseguir seu objetivo maior, que é a Constituição. Utiliza-se, para criar vínculos com os ouvintes (e neste caso também com os leitores) a primeira pessoa do plural em vários trechos da matéria, bem como adjetivos.

2º parágrafo - O exército constitucionalista prosegue em manobras felizes, agindo com **precaução e firmeza**, afim de que seja completo o êxito de suas operações de guerra. Não podemos divulgar detalhes, mas afirmamos que nosso comando está confiante, cabendo-nos ali a iniciativa dos ataques O ânimo combativo de nossos soldados cresceu muito após o bárbaro bombardeio aéreo das populações civis de Campinas e Jundiaí.

O ataque aéreo realizado pelas tropas do governo federal sensibilizou ainda mais a população paulista, que, mesmo demonstrando seus primeiros sinais de desaprovação junto à permanência da luta armada, sentiu que era preciso provar que a causa pela qual combatiam era justa e que esses ataques apenas serviam para fortalecer suas aspirações.

9º parágrafo – Que é que consegue a ditadura com tudo isso? Com toda essa **selvageria**, com todo esse **bravo ímpeto** dos hurios, a ditadura vê, aterrada, que não há meio, nem haverá jamais, de vencer o S. Paulo constitucionalista. Nós lutaremos! Nós lutaremos até o último cartucho. Até o último alento. Até que não reste, em S. Paulo, pedra sobre pedra! Lutaremos e venceremos! Porque vencer é, nesta hora amarga, o supremo dever de S. Paulo. E nós venceremos!

Talvez fosse realmente preciso enfatizar e bradar uma vitória para que ela pudesse acontecer pelo menos em sonho. Ainda que *O Estado de S. Paulo*

mostrasse em suas páginas notas sobre retiradas estratégicas das tropas constitucionalistas e pequenas vitórias ainda em alguns pontos do estado, a derrota era uma questão de tempo. Mesmo assim, ela levaria ainda mais tempo para ser anunciada.

Em 26 de setembro de 1932, na capa de *O Estado de S. Paulo*, podia-se ter acesso a uma matéria feita por um enviado especial ao Vale do Paraíba. Trata-se de mais um relato de voluntários dirigindo-se ao campo de batalha. Retoma-se nele a narrativa literária como forma de fazer o leitor entrar no vagão daquele trem e sentir o que aqueles soldados estão sentindo. Através das descrições do autor, que utiliza a primeira pessoa do plural, percebe-se as paisagens e a passagem de tempo, tendo-se idéia de quanto tempo levaria para os soldados chegarem aos seus destinos.

1º e 2º parágrafo - O rápido da Central sai à hora. A composição é grande mas a **máquina é possante**. Casas, muitas casas; paisagens verdes, muitas paisagens. Na viagem os homens se fazem amigos. Conversam como velhos conhecidos. Há uma coisa nas viagens de agora que muito aproxima os homens: *a unidade do ideal por que todos se batem*.

*Nós temos uma finalidade na excursão iniciada e cujo termo estaria no campo de guerra*.

Assim, descreve-se não uma excursão de fim de semana, mas a ida para as trincheiras. Apesar de parecer um passeio, estes voluntários, muitos deles estudantes, vão para o interior lutar em prol de um ideal, em prol da Constituição; lutavam para serem heróis por apenas participarem do conflito.

Parágrafos 12 e 13 - A terra de Rodrigues Alves é uma **praça de guerra** - só há soldados.

Conhecidos em quantidade, moços amigos e uma boa porção de ex-alunos hoje estudantes de curso superior. Soldados de vários batalhões. De todos, que todos vêm da frente onde a **luta** tem sido **encarniçada**, ouvimos palavras que, no conjunto, são as que ouvimos do **moço herói** de nossa viagem até Pindamonhangaba. É que esses, como todos os que se batem nas várias zonas de guerra, são realmente os *soldados do valor paulista e brasileiro*, soldados que bem

se representam por um **símbolo** como aquele **moço herói** de nossa viagem.

Dias depois, o enviado especial do veículo chega ao seu destino final, a tempo de ver a superioridade das armas do governo federal, principalmente com relação aos aviões denominados “vermelhinhos”. Observa atento o ataque e a resposta do conhecido “Exército da Lei”, destacando que o ataque governista fora em vão, pois não causara mortes ou feridos.

Parágrafos 16 a 18 – *Dezesseis horas e dez minutos*. No largo da Matriz, ponto alto da cidade, avistamos maior porção do céu. Àquela hora o avião vermelho das alturas se despenca como a procurar o espaço maior do largo para despedaçar-se: mais nisto faz uma curva e se levanta e, segundos após, um **estouro seco** se ouve da bomba arremetida contra a cidade aberta.

*Nove vezes* mais a operação se repete e *nove estrondos* mais se ouvem. *Vinte minutos* depois da chegada os *três aviões* inimigos procuram a sua base.

Como resposta ao bombardeio, pelas ruas da cidade caminhões em linha sem fim passam pejados de soldados: vão juntar-se aos seus irmãos de armas nas linhas de frente. Os soldados vão **alegres** dando **vivas a S. Paulo e ao Brasil**.

No hospital de sangue, onde médicos e acadêmicos escoteiros e enfermeiros prestam o seu concurso, nenhuma entrada se registra. O bombardeio fora em pura perda para o inimigo.

Os jornais veiculavam que os ataques governistas não causavam impactos, mas a verdade é que a três de outubro de 1932 o armistício estava assinado. Por mais que se quisesse continuar o Movimento, era preciso reconhecer a derrota, ainda que parcial, visto que em 1934 foi promulgada uma nova Constituição. No entanto, Julio de Mesquita Filho já tinha conhecimento desse fato, o qual pode ser comprovado com a ausência de conteúdo da seção *Notas e Informações* (aparecendo apenas seu título) a partir de 30 de setembro. Em três de outubro, a seção volta a ter conteúdo, mas para apresentar as palavras de Plínio Barreto. Por ser um texto curto, tratando-se da defesa e justificativa de seus atos no final do movimento, optou-se por transcrevê-lo integralmente:

Escreve-nos o dr. Plinio Barreto: “Chegou ao **meu conhecimento** que corre na **boca**

**do povo** a notícia de que fui **eu** o iniciador das negociações da paz e que **devido a mim**, conluiado com não sei quem, é que a Força Pública deixou de combater. Tudo isso é uma **infâmia**, é a mais torpe das **infâmias**. Não seria **eu, que sempre me bati pelo regime da lei e pela autonomia de S. Paulo**, quem havia de chamar a si um papel dessa natureza. O que houve, por infelicidade minha, foi o seguinte: Procurado há dias, em minha casa, por um oficial da Força Pública, com o qual tenho relações de amizade, pediu-me que, em vista das relações cordiais por mim mantidas com alguns membros do governo, comunicasse a esta que seria conveniente cuidar-se da paz porque a **situação militar era precaríssima**. Transmiti o recado as pessoas do governo a quem devia transmitir e conversei a respeito do caso, na mais estrita reserva, com algumas pessoas que, pela sua posição no movimento paulista, deviam conhecer o que se passava e que era de suma gravidade. Nada mais. Foi isto, apenas isto o que fiz. Tudo quanto me atribuírem fora disto é **invenção, calúnia, perversidade**.

A intenção de Plínio Barreto era redimir-se e, ao tentar fazê-lo, utilizou-se da primeira pessoa do singular e do plural, além de demonstrar através do uso excessivo de adjetivos, traços de um discurso oral. Independente da veracidade de seu depoimento, é válido destacar que o mesmo apresentou dois dos objetivos principais do Movimento Constitucionalista e de Julio de Mesquita Filho, que eram a maior autonomia dos estados junto ao governo federal (“autonomia de São Paulo”) e o estabelecimento de uma Constituinte (“regime da lei”).

No entanto, o mais interessante é verificar o último editorial veiculado por *O Estado de S. Paulo*, elaborado por Julio de Mesquita Filho, em 04 de outubro de 1932. Dessa maneira, é pertinente retomar a formação intelectual desse jornalista para melhor entender o texto.

Mesquita Filho estudou na Europa durante a adolescência, tendo como base de sua formação a educação francesa. Recebeu orientação exclusivista, pautada nos modelos da cultura da elite francesa do século XIX, portanto, humanista e predominantemente literária. Na Faculdade de Direito o que mais lhe marcou foi a teoria de Rousseau na conceituação política (o liberalismo). Assim, a história, a literatura e as ciências naturais (sobretudo o conceito de evolucionismo) compunham o repertório desse jornalista. É importante ressaltar que, embora fizesse questão de sempre se manter atualizado quanto a essas frentes teóricas, ele



manteve-se fiel às suas primeiras idéias no decorrer da suas obras.

As teorias em que acreditava norteavam sua vida pessoal, profissional e política, e, estando presente em sua vida profissional, acabava por influenciar as páginas do jornal. Os editoriais, portanto, não apresentavam apenas a visão do impresso em questão, mas também refletiam de maneira clara os ideais de seu diretor.

Entretanto, esse reflexo não prejudicou as características textuais do editorial analisado. O texto utilizou sobretudo a 3ª pessoa do singular, garantindo o aspecto opinativo e de análise contundente dos fatos típico da seção *Notas e Informações* de *O Estado de S. Paulo*. O autor somente utilizou a 1ª pessoa do plural em poucos casos. O assunto abordado nele é a assinatura do armistício e o fim da luta armada em São Paulo.

1º parágrafo - São Paulo não deve desanimar. O gigantesco esforço que ele fez, o assombroso movimento de reação que ele desencadeou para restabelecer, no Brasil, o império da lei, não foi estéril. O que não se conseguiu hoje, será conseguido amanhã. O que se encerrou ontem por um inesperado e melancólico desfalecimento de algumas tropas não foi a luta pela redenção do Brasil: foi o primeiro episódio da batalha iniciada e que só terminará com a vitória completa da mais bela, mais nobre e mais brasileira das causas por que, ainda, até hoje, mãos brasileiras empunharam armas. São Paulo não foi vencido, nem o será. O povo que deu de si as mais espantosas provas de bravura e resistência, de intrepidez e resignação, não cedeu à pressão dos exércitos ditatoriais. Não afrouxou, não recuou. Não transigiu. Ao contrário: continuava disposto a todos os sacrifícios. Estava pronto a novos martírios, não era adversário irreductível da paz, mas só se acalmaria se a paz fosse compatível com a sua dignidade, satisfizesse aos ideais por que se batia e representasse, para o Brasil, uma sólida conquista liberal.

Neste parágrafo pode-se encontrar diversas características de Julio de Mesquita Filho e do jornal que foram previamente mencionadas: texto adjetivado (gigantesco, melancólico, nobre), São Paulo e seu povo como salvadores da pátria (“luta pela redenção do Brasil”), o presente como sacrifício necessário para um

futuro promissor (“O que não se conseguiu hoje, será conseguido amanhã”). Entretanto, o diferencial desse primeiro parágrafo está em dois momentos. Um deles refere-se à influência de Rousseau em sua formação: “(o povo paulista) Estava pronto a novos martírios, não era adversário irreduzível da paz, mas só se acalmaria se a paz fosse compatível com a sua dignidade, satisfizesse aos ideais por que se batia e representasse, para o Brasil, **uma sólida conquista liberal**”.

Outro momento interessante diz respeito à relação do jornalista com Getúlio Vargas. Ao escrever “(...) foi o **primeiro episódio da batalha iniciada** e que só terminará com a **vitória completa da mais bela, mais nobre e mais brasileira das causas** por que, ainda, até hoje, mãos brasileiras empunharam armas. **São Paulo não foi vencido, nem o será**”, o autor não está apenas falando da política paulista dentro do contexto nacional. Ele igualmente está declarando guerra ao ditador, uma vez que seus dados biográficos apresentam Vargas como um inimigo pessoal de Mesquita Filho.

No segundo parágrafo, evidencia-se a idéia do bandeirismo/heroísmo, bem como a inclusão do autor como um paulista e a idéia de um movimento de âmbito popular, principalmente nas últimas cinco linhas:

A São Paulo falhou tudo, menos o **heroísmo** de seus filhos. Esse **heroísmo** não desapareceu nas trincheiras, que o infortúnio **nos fez abandonar**. Subsiste intacto, nos **corações dos nobres voluntários** que salvaram a honra do Brasil. Da mesma ou sobre outras formas, há de manifestar-se, amanhã, mais cedo ou mais tarde, para maior glória da **nossa terra** e da **nossa gente**.

Ainda neste mesmo parágrafo, pode-se perceber outro ideal de Julio de Mesquita Filho: a luta armada como forma legítima de se conquistar poder. O trecho que justifica tal afirmação é: “Uma energia, que se tempera ao fogo das batalhas, não fraqueja ao primeiro revés”. O jornalista era um dos membros do Movimento Constitucionalista que não acreditava no armistício e que defendia que a revolução deveria continuar através da guerrilha. Não obtendo respaldo de seus companheiros, ele resolveu usar sua máquina de escrever como extensão do Movimento até o momento de seu exílio.

Com o seu afastamento da redação, nota-se de maneira evidente a mudança na linha editorial. Palavras mais comedidas e com menos adjetivação explicam que a censura estava sendo instalada no veículo. Em matéria publicada no dia cinco de outubro de 1932, verifica-se que a situação no estado de São Paulo após o armistício e deixa-se clara a censura, através de uma notícia sobre a mesma.

1º e 2º parágrafo – Pelo Sr. governador militar de S. Paulo, foi convocada ontem uma nova reunião dos representantes da imprensa de S. Paulo. Essa reunião realizou-se como a primeira da qual demos notícia há dias, no Quartel General da Força Pública do Estado.

Convocada a reunião para as 22 horas, pouco depois eram os representantes da imprensa recebidos pelo Sr. coronel Herculano de Carvalho e Silva, que lhes expôs os motivos que o levaram a pedir sua presença ali.

Reproduziu o coronel Herculano, com novas minúcias, a exposição que fizera há dias, sobre os motivos da sua atitude, assim como da oficialidade da Força Pública, relativamente à cessação da luta na qual se empenhara o **nosso** Estado.

Os trechos em destaque mostram um certo distanciamento entre o autor e o ocorrido, descrevendo de uma certa forma jornalística (quem, que, onde, quando, porque) a reunião. Distanciamento este quebrado apenas quando o autor utiliza o pronome possessivo **nosso** no texto, incluindo-se, desta maneira, na população paulista.

A matéria, em seguida, presta-se a transcrever um boletim divulgado no dia três de outubro, data de assinatura do armistício, e telegramas trocados entre as autoridades, fornecendo argumentos que embasassem a cessação do conflito armado. Após os telegramas, retoma-se o assunto sobre a censura, novamente com uma linguagem parcialmente jornalística e que beira ao recurso didático, como forma de justificar as ações do governo federal.

Parágrafos 17 e 18 – Depois de pormenorizadamente informar as pessoas presentes sobre esses fatos, declarou o sr. coronel Herculano de Carvalho e Silva que oportunamente virão a público outros, com o que a população ficará

perfeitamente esclarecida relativamente ao papel representado pela milícia estadual.  
**Os detalhes sobre esses fatos não podem, por motivos ponderosos, ser agora publicados.**

Referiu-se então o coronel Herculano à situação de São Paulo, que reputa delicada. Para que o governo de São Paulo a possa resolver, tendo em vista a tranquilidade pública e a defesa do patrimônio estadual, é indispensável que o povo se conserve em calma. Para a criação de um ambiente favorável à ação governamental – disse o coronel Herculano – muito poderá contribuir a imprensa, deixando de publicar tudo quanto possa inquietar a população. **Qualquer perturbação da ordem nesta capital seria de conseqüências imprevisíveis e determinaria a ocupação militar da cidade pelas tropas federais.**

Antes mesmo de declarar explicitamente a censura à imprensa, o enunciado presente no texto remete à idéia da censura e da benevolência do governo federal junto ao estado de São Paulo. Isso pode ser percebido nos trechos destacados, que indicam que a imprensa deve contribuir para a criação de um ambiente calmo, de maneira a colaborar com a reestruturação governamental no estado, visto que, após sua insurreição, a imagem da população paulista perante o resto do país não era das mais ilibadas.

Além de sugerir que a imprensa deveria manter a ordem da população, não publicando palavras que pudessem incitar os paulistas para que o governo federal não fosse obrigado a tomar medidas mais severas, o texto ainda indica o estabelecimento da censura propriamente dita. O interessante desta colocação é que a censura se apresenta como sendo algo necessário e que pelo governo estar informando que a censura estava sendo instaurada nos órgãos de comunicação, mostra mais uma vez sua benevolência junto à situação delicada em que São Paulo se encontrava.

Parágrafo 20 – **Da Imprensa**, como dissera, **esperava** que, mediante **discreto noticiário, contribuísse** para o **estabelecimento da calma**, necessária para a solução de importantes problemas. Tinha, por esse motivo, resolvido criar a **censura**, incumbindo da adoção das medidas necessárias nesse sentido o Sr.dr.

Durval Villalva, chefe de Polícia.

Concluindo, o **Sr. coronel Herculano de Carvalho e Silva autorizou os jornais a noticiarem o estabelecimento da censura**, que desde ontem começou a vigorar.

A Revolução de 32, assim, termina, deixando suas marcas na população paulista, que ainda celebra este movimento. Julio de Mesquita Filho e outros membros de *O Estado de S. Paulo* envolveram-se de tal modo neste ideário constitucionalista que o veículo se tornara uma bandeira das causas defendidas. Bandeira esta, simbólica, que até hoje permanece ostentada nas paredes da redação do jornal.

Neste capítulo pôde-se perceber como certos valores ajudam a determinar a maneira como um determinado fato será noticiado, bem como o impacto que o enunciado proferido por um veículo (e pelos autores dos textos) pode causar respostas nos receptores, de modo a garantir as ferramentas necessárias para a criação, manutenção e disseminação de um acontecimento.

## Conclusão

A cobertura jornalística realizada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* durante o Movimento Constitucionalista de 32 é o resultado da confluência de idéias que compunham o ambiente da redação. Além da união da figura política e profissional de Julio de Mesquita Filho no que concerne ao enunciado proferido pelo mesmo no decorrer do conflito, não se deve negar a influência que os ideais da própria revolução (e seus líderes) e demais membros do impresso tiveram nesses textos. O jornal deveria ser um porta-voz do evento e este papel foi desempenhado com êxito.

Julio de Mesquita Filho sabia como articular suas idéias e como usar as palavras como elementos de persuasão. Por defender o evolucionismo, ele concede ênfase à mecanicidade da história e vê o homem como agente radical da mesma, conduzindo o processo por méritos extraordinários. Trata-se do perfil do legislador, elaborado por Rousseau. Este posicionamento é inferido pelo jornalista em seus editoriais e compartilhado pela redação.

A repetição constante dos conceitos da Revolução de 32 e de Mesquita Filho no enunciado apresentado pelos textos analisados demonstra que o objetivo geral das reportagens e dos editoriais era incitar os leitores, através da linguagem e da manipulação dos fatos. Os autores, assim, deixam de falar *em nome de* para agirem em causa própria. Os leitores, por sua vez, respondiam a estas palavras, criando uma relação dialógica, a qual foi fundamental para que a Revolução de 32 acontecesse em São Paulo e alguns outros pontos do país.

Assim, por ser um caso raro de levante civil dentro do Brasil e por este trabalho ter como objetivo entender como houve tamanha empatia pelo movimento, tanto pela população paulista como pela redação de *O Estado de S. Paulo*, foi necessário traçar uma linha de raciocínio que abordasse da maneira mais completa possível o contexto em que se desenvolveu essa consonância de enunciado entre Julio de Mesquita Filho e a redação do jornal mencionado, ainda que contrariando as idéias gerais da Teoria Lingüística da Enunciação, as quais destacam que o sujeito não é o centro de ação da análise do enunciado.

Para tanto, o primeiro capítulo foi estruturado de forma a entender o contexto

no qual este enunciado foi desenvolvido. Foi pertinente, dessa forma, verificar a formação intelectual de Julio de Mesquita Filho, bem como a influência de sua família na composição de sua personalidade. Através de sua biografia, constatou-se que este jornalista tinha uma forte formação liberal e que acreditava cegamente que era preciso conduzir o Brasil ao progresso, por meio, inclusive, da educação e de ações políticas. Como sua família estava intrinsecamente ligada à política e ao jornalismo, ele acabou por envolver-se com essas duas vertentes, uma vez que elas corriam concomitantemente em sua vida.

E não era só a sua família que estava ligada à política e ao jornalismo. O próprio *O Estado de S. Paulo* era um veículo panfletário, o qual já havia sido criado para disseminar os ideais republicanos. Ora, quando um jornal é constituído desde a sua origem para ser o local onde opiniões pessoais e parciais são disseminadas, torna-se pouco provável que tal característica sofra alterações no decorrer de sua história. Além disso, apenas tinha o privilégio de compor a redação do veículo aqueles cujas idéias eram similares às dos proprietários do jornal. Julio de Mesquita Filho, portanto, não possuía muitas rotas alternativas que o levassem a comportar-se de maneira diversa da apresentada ao longo de sua vida, muito menos tinha essa opção aqueles que trabalhavam naquele jornal.

A esse perfil, junta-se a crescente insatisfação de Mesquita Filho perante a política nacional, a qual vinha sendo permeada por revoltas durante as décadas de 20 e 30. Para mudar este quadro, ele e sua família por vezes apoiaram estas manifestações, tanto através do veículo como por meio de articulações políticas.

A partir da Revolução de 30, JMF, o qual havia mostrado ser uma forte liderança política dentro de São Paulo e do país, resolve envolver-se ainda mais com relação à situação política interna e externa do Brasil para que este conseguisse o respeito e a grandiosidade os quais lhe eram devidos. Ele começa, então, a formular ações que pudessem mudar tal situação, utilizando todas as formas possíveis para que essas ações ocorressem. Uma dessas ações culminou no Movimento Constitucionalista de 32, o qual levou ao seu primeiro exílio.

Embora o ponto central deste trabalho seja explicitar pontos pertinentes para a análise da ação de Julio de Mesquita Filho e de *O Estado de S. Paulo*, é necessário igualmente destacar que as atitudes tomadas pelo jornalista e pelo próprio veículo não diferem da prática de outros jornais e proprietários dos mesmos, uma vez que na década de 30 a imprensa ainda era extremamente opinativa e

parcial, tornando-se uma verdadeira tribuna política.

Mesmo percebendo o contexto social e histórico no qual a Revolução de 32 se desenvolveu, era preciso entender, através de embasamentos teóricos, como foi estruturado esse movimento e como ele poderia ser depreendido atualmente. Para isso, elaborou-se o segundo capítulo, o qual justificava certos fatos que compuseram o dado período.

Percebeu-se, assim, que a perda da importância e do prestígio de São Paulo após a Revolução de 30 (tendo esse perdido a posição de classe hegemônica dentro da política brasileira) foram motivos que incitaram a movimentação política que resultou na insurreição de 32, e que o jornalismo, enquanto instituição, é fundamental para a manutenção do poder (político) vigente, atuando como um mediador entre aqueles que estão governando e os governados. Sendo uma ponte entre esses dois lados, o profissional que atua no jornalismo pode, inclusive, ser um político por profissão, vivendo da política, ainda que não esteja envolvido diretamente a uma entidade representativa, seja ela um sindicato ou um partido.

No entanto, apenas alguns conseguem ir além dessas atribuições, tornando-se líderes. No caso deste trabalho, pode-se destacar que Julio de Mesquita Filho vive da e para a política, utilizando seu veículo como porta-voz da classe hegemônica paulista e tornando-se um verdadeiro líder, dentro e fora da redação do jornal.

Por ser um líder, ele consegue criar a atmosfera necessária para captar as atenções, sendo fácil, assim, disseminar seu enunciado. Enunciado esse que pode ser percebido nos editoriais e matérias veiculadas em *O Estado*. Por saber ser persuasivo, Mesquita Filho conclama a população a participar do levante, através de enunciados que causam identificação e comoção entre os leitores. O uso da primeira pessoa do plural (“nós”), a publicação de telegramas, as notícias sobre campanhas solidárias para arrecadar alimentos e o sustento financeiro para o movimento e a ênfase de que se lutava por uma nobre causa, a qual por sua vez visava o bem da nação e não de São Paulo, eram alguns dos eficientes artifícios para que a resposta dos leitores fosse positiva à causa constitucionalista. E essas constatações puderam ser verificadas no decorrer do terceiro capítulo da dissertação.

Foi através desse mesmo capítulo que se pôde perceber que Julio de Mesquita Filho empregava critérios bem particulares de noticiabilidade, já que o mais importante à época era manter a população engajada no ideário constitucionalista.



Critérios esses bastante particulares e diferentes daqueles que antecederam conflito. Por conta do movimento, o jornalista colocou em pauta assuntos que normalmente não tinham espaço no veículo, como notas sobre negros, mulheres, além de diminuir a presença de notícias internacionais nas páginas do impresso, uma das principais características editoriais de *O Estado de S. Paulo*.

Isso porque, nesse momento, a principal preocupação de Julio de Mesquita Filho era trazer o Brasil de volta ao curso do progresso. Esse fardo, o de restaurar a ordem do país, cabia aos paulistas, descendentes dos bandeirantes. Este povo paulista, originado desses homens fortes e desbravadores, é que precisava despertar para que seu projeto de modernização fosse concluído.

Sabe-se que o Movimento Constitucionalista de 32 não foi idéia de um homem só. Foi algo decorrente da insatisfação de um grupo determinado, o qual conseguiu disseminar esse descontentamento por meio de símbolos, como o nacionalismo, os bandeirantes e a constituição. No entanto, notar como o jornalismo pode ser uma ferramenta de extrema eficiência para um grupo hegemônico, sobretudo quando essa está nas mãos de um indivíduo que cresceu misturando o fazer jornalístico e a política, torna-se fundamental para entender como determinados movimentos são gerados e desenvolvidos dentro das sociedades, bem como fornece subsídios para que se consiga observar o quanto critérios como objetividade e imparcialidade ainda hoje não sejam respeitados.

## **Bibliografia**

ABRAMO, Cláudio. **A Regra do Jogo – O jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARROS FILHO, Clovis de. **Ética na Comunicação – da informação ao receptor**. São Paulo, Moderna, 1995.

BERGER, Peter L. e BERGER, Brigitte. *O que É uma instituição social*. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade – Leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro, LTC, 1994.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. **República Velha e a Revolução de 30**. 2ª Edição. São Paulo, Atica, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas – sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. 8ª edição. Campinas, Papius, 2007. p.82.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

CASTELS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo – Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo, Summus, 1994.

DONATO, Hernani. **A Revolução de 32**. São Paulo, Círculo do Livro/Abril, 1982.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo**. São Paulo, Editora Ática, 1991.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

FLORES, Valdir do Nascimento e TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Lingüística da Enunciação**. São Paulo, Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1996.

FREITAS, Jeanne Marie Machado de. **Comunicação e Psicanálise**. São Paulo, Escuta, 1992.

FREUD, Sigmund. (1921) **Além do Princípio do Prazer**. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, v.18. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

\_\_\_\_\_. **Psicologia de Grupo e Análise de Ego**. Edição Standart, v.18, 1921. (edição eletrônica)

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, Tchê, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. vol 1. 4ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. vol 3. 4ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo**. Tradução de

Wladir Dupont. São Paulo, Geração Editorial, 2003.

KUNCZIK, Michael. **Manual de Comunicação: conceitos de jornalismo (norte e sul)**. São Paulo, Edusp-Com-Arte, 1997.

LOSURDO, Domenico. **Democracia ou bonapartismo. Triunfo e decadência do sufrágio universal**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora UNESP, 2004.

MEDINA, Cremilda. **Notícia – Um produto à venda: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial**. São Paulo, Summus, 1988.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias. Linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis, Insular, 2005.

PONTES, José Alfredo Vidigal. **O Brasil se revolta: o caráter nacional de um movimento democrático**. São Paulo, Terceiro Nome/O Estado de S. Paulo, 2004.

QUÉRÉ, Louis. **Des Mirois equivoques**. Aux origines de La communication moderne. Paris, Aubier Montagne, 1982.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O Adiantado da Hora – A influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo, Summus, 1991.

SODRE, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª edição. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SPENCER, Herbert. **Do progresso – sua lei e sua causa**. Lisboa, Editorial Inquérito, 1939.

STEUER, Renata Claudia. **Julio de Mesquita Filho: formação e evolução de um liberal**. 1980. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

WEBER, Max. **A política como profissão**. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ciência e política: duas vocações**. Tradução HEGENBERG, L. & MOTA, O. S. da. São Paulo, Cultrix, 1968.

## **Anexo**

### **Notas e Informações (14 de julho de 1932 – página 06)**

Não podemos consentir que se fale em armistício. São Paulo não se abate para acomodações transitórias, mas, para o triunfo completo de ideal definido. O seu povo não tolera mais a ditadura que se apoderou do Brasil e jamais ratificaria com o seu aplauso qualquer entendimento com ela. Decidido a tudo, como se acha, São Paulo não pode mais recuar nem transigir. Tem que ir até o fim suceda o que suceder. Composições com a ditadura determinaram a reabertura do regime das incertezas e das inquietações, dos avanços e recursos, das intrigas e confusões em que vivíamos. Tudo voltaria ao estado anterior e dentro em pouco novos movimentos revolucionários instalariam aqui e ali. A experiência mostrou que são inúteis as tentativas para convencer a ditadura de que sua existência já se prolongou excessivamente e de que o Brasil não pode mais suportar o regime em que se encontrava. Instalar novas experiências não é possível. Só um imbecil se arriscaria a fazer.

Nada mais nos cumpre senão prosseguir na luta. Não acreditamos que o Brasil se mantenha por muito tempo na posição de mero espectador de um combate tremendo pela sua liberdade e pela grandeza. Mais dia menos dia, o próprio instinto de conservação, se outros sentimentos não lhe vencerem a inércia o lançará, de norte ao sul ao lado de São Paulo. É impossível que o civismo dos nossos irmãos não se desperte ao toque do heroísmo paulista e que a defesa do direito não encontre, no Brasil, paladinos denodados senão filhos de São Paulo.

### **A primeira grande vitória constitucionalista (20 de julho de 1932 – capa)**

O Sr. Coronel Julio Marcondes Salgado, comandante geral da Força Pública, recebeu ontem o seguinte telegrama:

“Cruzeiro, 19-7-32 – Coronel Salgado – comandante geral da Força Pública – S. Paulo – obtivemos ontem na linha Cruzeiro Passa Quatro a primeira Grande vitória das forças constitucionalistas. A Força Pública, briosa tropa paulista, sob comando do

tenente-coronel Herculano Carvalho, ao lado de tropas do exército, portou-se com inextinguível bravura. Com orgulho de ter sob meu comando esses seus valorosos soldados, felicito-o calorosamente – Coronel Sampaio, comandante do Destacamento.”

O Sr. Comandante da Força Pública respondeu a esse telegrama com o seguinte despacho:

“S. Paulo, 19-7-32 – Coronel Sampaio – Cruzeiro – Agradeço a comunicação do telegrama de hoje sobre a vitória conseguida ontem na linha Cruzeiro-Passa-Quatro, pelas forças constitucionalistas, em que ao lado do glorioso exército nacional combateu o segundo batalhão da Força Pública.”

Foi e é sempre para nós motivo de desvanecido orgulho lutarmos ao lado das forças federnas, sob o comando de tão intrépido e corajoso chefe, que ora leva ao triunfo as tropas que se batem pela constitucionalização do país e de redenção da nossa terra do nosso povo.

Congratulando-me convosco, faço votos pela próxima vitória da causa que nos imana neste momento – Julio Marcondes Salgado, coronel comandante da força Pública do Estado de São Paulo.

Sobre o mesmo assunto, o Sr. Coronel Salgado expediu o seguinte telegrama ao coronel Herculano de Carvalho e Silva:

“São Paulo, 19-07-32 – Tenente coronel Herculano Carvalho e Silva, comandante do segundo batalhão da força pública – Cruzeiro – foi com indizível contentamento que recebi a comunicação do coronel Sampaio e vossa sobre a vitória conseguida pelas forças constitucionalistas na linha Cruzeiro- Passa-Quatro, entre as quais se destacaram as tropas sob vosso comando.

Satisfeito desta notícia que já do meu conhecimento e com prazer que vos apresento calorosa felicitações, extensivas aos oficiais e praças desse batalhão que souberam honrar o nome do glorioso de nossa força e elevar bem alto o Estado de São Paulo, defendendo o ideal sagrado da liberdade de nossa terra e da constitucionalização do nosso país – Julio Marcondes Salgado, coronel comandante da Força pública do Estado de São Paulo.”

### **SANTOS DUMONT (29 de julho de 1932 – página 05)**

A morte do grande brasileiro – Alguns episódios de sua vida – Os seus inventos

Morreu ontem, às 13 horas, no Guarujá, onde se achava em repouso, uma das figuras mais representativas da nossa energia e do nosso gênio. Morreu Alberto Santos Dumont, o grande brasileiro, que, com os seus inventos, a sua obstinação, conseguiu impor-se a admiração, não só dos seus patrícios, como também dos estrangeiros. De trinta e cinco anos para cá que o seu nome adquiriu notável evidência, principalmente nos centros cultos. Fato extraordinário, porque ele nascera num país que, por ser novo, era quase desconhecido nas velhas nações, cujos filhos de relevo prezam estar com eles o privilégio de todas as iniciativas e de todas as conquistas, assim no campo espiritual, como no material. E ai abnegado brasileiro venceu a catadupa de preconceitos da civilização, quando apenas contava vinte e cinco de idade. Venceu num ambiente que, se não era hostil, parecia indiferente. E a indiferença é a maior inimiga dos homens, dos santos e dos sonhadores... Mas Santos Dumont soube vencê-la pela convicção e pela tenacidade. Como Edison e Marconi, que foram aclamados, com justiça, os homens eminentes deste último século, Santos Dumont não se incomodou com a futilidade e ingratitude. Dizia que sonhara estímulo como desprezo, que a principio se manifestou, pelo esforço que fazia no sentido de solver um dos problemas da física considerado insolúvel. Os heróis pacíficos, subjetivos e fervorados, tiveram sempre essa sorte. Os exemplos vêm desde que o mundo é mundo, e Santos Dumont, não podia escapar a essa fatalidade.

Felizmente que os seus trabalhos despertaram logo a curiosidade dos que se entregavam aos estudos da física e da mecânica. E como não haviam de despertar se vários abnegados haviam fracassados em tentativas anteriores, até ali realizadas? Mas ao em tempo em que iniciou as suas experiências ainda não se usava com freqüência, como hoje, o moto conhecido: "À ciência nada é impossível". Foi por esse motivo que, embora obtivesse êxitos parciais, se defrontou ainda com inúmeros céticos, que o molestavam de vez em quando, com críticas inoportunas. Apesar de dotado de grande resistência moral, as vezes o benemérito patrício experimentava algumas decepções. Entretanto, as concepções da sua mente pairavam mais alto, e então era vê-lo na reação, todo entregue a um trabalho de resultados incertos para outros, mas no qual ele estoicamente confiava. Não confiava para usufruir proventos materiais. Ao contrário, teve sempre desapego pelos proventos de tal natureza. Pode-se afirmar que, dos grandes inventores do século, foi Santos Dumont o único que desbaratou patrimônio para lograr os seus



intentos. A herança paterna foi toda aplicada nas experiências iniciais, que não foram levadas a bom termo.

Qualquer outra criatura que não tivesse a sua fé a sua perseverança, desistiria de prosseguir gigantesca tarefa. Porém, ele prosseguiu, não obstante a dificuldades pecuniárias e veio de etapa em etapa, cada qual mais glorioso, até o momento em que universalmente se reconheceram as maravilhas do seu invento.

### **Os primeiros anos**

Santos Dumont nasceu em 20 de julho de 1873, em João Gomes, hoje Palmira, Estado de Minas. Pouco tempo depois, o seu pai Henrique Dumont, adquiriu uma grande fazenda na cercanias de Ribeirão Preto, onde Santos Dumont passou a sua meninice. De maneira que se pode considerar paulista. Porque foi neste estado que se abriu a sua inteligência e se revelaram as suas aptidões. Quem o teria inspirado nos verdes anos? Ele mesmo conta, num artigo que fez publicar a anos na revista parisiense “Je Sais Tout”: “O meu primeiro professor de aeronáutica foi Julio Verne, esse “grande visionário”. Desde 1888 até 1891 – época da minha primeira viagem a Europa – passava meu tempo a ler as obras de tão notável profeta, que concebeu a locomotiva aérea e submarina. “Já na minha terra juventude, estava persuadido de que as idéias do romancista podiam ser convertidas em realidade desde que se inventasse um motor mais leve do que o movido a vapor”. Não era uma extravagância do seu cérebro, pois os sábios circunspectos da Alemanha não haviam proclamado Julio Verne o precursor infalível de todos os inventos? Quando Julio Verne morreu, o governo Francês foi surpreendido com um telegrama de pêsames de Guilherme II, então no apogeu do seu poderio, que tinha uma veneração por aquele escritor. Santos Dumont aos 18 anos, pensava, por conseguinte, como os sábios circunspectos do país que blasonava de possuir as maiores celebridades do mundo.

A questão toda estava como já se disse, no aperfeiçoamento dos únicos motores conhecidos, tornando-os mais leves. Pouco antes de partir para o velho mundo, construíra-se, na propriedade agrícola de seus pais, uma pequena estrada de ferro, com umas locomotivas aperfeiçoadas, isto é, mais leves, que ajudariam a realizar as “ficções” de Julio Verne.

Teve uma decepção: as possantes máquinas, que lhe fora dado observar, eram ainda mais pesadas. Nas vésperas de regressar ao Brasil, visitando em Paris o Palácio da Indústria, viu pela primeira vez um motor a petróleo, com força de um

cavalo. Ficou deslumbrado, pediu permissão ao seu pai para fazer os estudos na capital francesa, no que não foi atendido, em virtude da sua inexperiência de moço. Apenas pode comprar livros sobre assuntos aéreos e os que se referiam e eram pouquíssimos aos motores de explosão.

Só mais tarde obteve licença paterna para continuar seus estudos.

O Sr. Henrique Dumont, que notara as inclinações do filho, emancipou-o, fornecendo-lhe os meios necessários para que realizasse as suas aspirações. E proferiu estas palavras: “Parte para Paris, onde seguirás os cursos de física e química, de mecânica e eletricidade. Não te esqueças de que o futuro está na mecânica.”

Encorajado com estas palavras, cuidou de seguir, em Paris, as recomendações paternas. Mas não se limitava a devorar os compêndios das matérias que haviam de ser sua especialidade. Visitava assiduamente as fabricas e as oficinas, procurando examinar tudo o que constituía novidade no que dizia respeito a mecânica.

### **Os balões dirigíveis**

Num parque de recreio de Paris, havia uns pequenos balões cativos que faziam ascensões, Santos Dumont, certa vez, subiu num deles, pagando 250 francos. Desejava ver se, nas alturas, teria alguma vertigem. Não teve. Era no inverno, e o panorama de Paris e dos campos cobertos de neve o maravilhou. Durante a viagem, observou com cuidado as manobras. Tudo lhe pareceu simples e fácil.

E não hesitou mais um instante. No dia imediato ao da sua ascensão, dirigiu-se a uma oficina, onde encomendou uma “nascele” minúscula, que permitia o peso de 50 quilos, exigiu um balão de 100 metros cúbicos. Tomaram-no como um louco. É que em virtude dos estudos a que procedera e do exame da primeira ascensão, já poderia construir o aparelho que idealizara.

Insistiu no seu propósito, ordenado sob sua responsabilidade, a construção do balão que recebeu o nome de “Brasil”. Era de forma esférica, cubando 113 metros, podendo levar um lastro de 53 quilos e tendo por baixo uma barquinha de vime. O “Brasil” subiu ao ar no dia 4 de julho de 1898, no Jardim da aclimação. O segundo balão, denominado “A musica”, cubava 500 metros. Foi nesse instante que o aero club França abriu concurso para o estudo das correntes atmosféricas. Concorreram 12 aparelhos, sendo vencedor “A Musica”, que subiu mais alto, demorando mais tempo no espaço. Manobrou durante 23 horas.

Reconhecendo que os balões esféricos não podiam convir a aeronáutica moderna,

concebeu um outro, muito diferente: era em forma de cilindro, com dois cones, de 23 metros de extensão e de 1 metro e 76 de raio. Cubava 600 metros. O leme era de lona e a hélice tinha 1,80 metros de comprimento. Tinha forma de charuto, a sua propriedade característica era a de levar um outro interno, destinado a compensar a perda de gás, que ocorresse no balão externo, esse balão recebeu o nome de Santos Dumont I e elevou-se a 18 de setembro de 1898. No primeiro momento, rasgou-se por uma falsa manobra dos indivíduos que sustentavam a corda. Concertada a máquina, realizou a primeira ascensão, no meio de centenas de pessoas, que aplaudiram freneticamente o nosso patrício.

Apareceram, consecutivamente, novos aparelhos, que recebiam o nome do seu inventor. E cada um mais aperfeiçoado que o outro. Até que em agosto de 1900, construiu o numero 4. O Sr. Deutsch, grande entusiasta do problema da aviação, estabeleceu o premio de 100 mil francos para o balão que partindo do parque Saint-cloud fizesse a volta na torre Eiffel no prazo máximo de 30 minutos. Esse percurso era de 11 quilômetros. O aeronauta brasileiro concorreu ao premio a 11 de julho de 1901 gastando a maquina 35 minutos, 5 a mais que o designado. Não satisfeito, fez o Santos Dumont 5, com o qual tentou ganhar o referido premio. Foi feliz com esse aparelho e por pouco ia perdendo a vida, pois caiu num 4º andar do boulevard Helessert. Enfim, com o Santos Dumont 6, disputou de novo o prêmio, que não havia lhe conferido ainda, por não se observarem certas formalidades. A nova maquina manobrou admiravelmente, havendo apenas uma incidente na descida. Este incidente deu causa a controvérsias entre o s membros do júri, que haviam de julgar o feito. Deutsch, consultado, entendeu de conferir o premio. Santos Dumont distribuiu os 100 mil francos pelos pobres e operários de Paris. Já então o Congresso Brasileiro, sabendo de sua indiferença, votara o premio de 100mil ao nosso inventor.

### **Aparelho mais pesado que o ar**

A sua glória maior, porém, está no invento do aparelho mais pesado que o ar, que tornou Santos Dumont, o verdadeiro precursor da aviação moderna. Com efeito, cinco anos mais tarde, quando já não falava mais no seu nome, e quando na Alemanha o conde de Zeppelin realizava as espetaculosas viagens com os seus balões, Santos Dumont fez uma demonstração prática e impressionante de um aparelho mais pesado que o ar, dotado de plena dirigibilidade.

Foi a 12 de novembro de 1905, o episodio de que foi testemunha Bagatelle, na

França, devia marcar uma fase nova na civilização ocidental, pois que rasgavam horizontes amplos as comunicações entre os diversos povos da terra, mesmo as de mais difícil realização, em zonas despovoadas.

Os grandes progressos da aviação datam dessa época. No seu aeroplano “XIV – bis” ele elevou-se do solo a 80 centímetros de altura, percorrendo 270 metros. As três rodas deixaram de estar em contato com o solo em uma velocidade de 30 a 35 quilômetros por hora.

Só depois deste sucesso é que surgiram os Farman, os irmãos Wright e tantos mais que se notabilizaram na história da navegação. Santos Dumont não foi esquecido é certo, pois que o Aero Club da França fez erguer em Saint Cloud, um monumento, comemorando o feito de Bagatelle. Talvez que os seus continuadores tivessem sido mais fortes, sonhando fama e fortuna, Santos Dumont, porém, jamais andou em busca de prebendas. Modesto e desinteressado, sempre teve em mira o progresso da aviação e bem estar dos homens.

### **Santos Dumont patriota**

Não julgava fina a sua missão após seus triunfos. Tanto isso é verdade que não faz muito tempo, quis aperfeiçoar sua invenção, que se resumia num pequeno motor, destinado a facilitar as escaladas alpinistas. “A teoria fundamental de seu invento partia deste princípio por ele mesmo enunciado: Não está distante o tempo em que o homem, propulsionado mecanicamente, usando pouca energia muscular, conservará as suas forças para ocasiões de maior necessidade”

Tudo o que concebeu era em benefício da humanidade. Homem de uma sensibilidade delicada, nos últimos anos se impressionara com o fato da aviação se ter transformado numa arma de guerra. Durante a conflagração européia, sofreu com as conseqüências, das lutas travadas no ar, e com os bombardeios, feitos por aeroplanos. Os desastres, a chacina dos moços, a destruição de cidades e de obras de arte – tudo o abalava e confrangia. Julgava-se o único responsável por essas calamidades...

E vindo para o Brasil para nunca mais voltar a Europa culta, ao entrar na baía de Guanabara, assiste horrorizado aquela catástrofe de aviação, que roubou ao Brasil vários intelectuais moços e vigorosos! Como é que o seu coração não se havia de se ressentir? Como se os maus fados o perseguissem, inexoravelmente.

Ainda agora, neste transe difícil que estamos atravessando, Santos Dumont veio a cena a 14 deste mês, para pronunciar algumas palavras, em prol da causa, que São

Paulo esposou. Falou ao povo por intermédio da imprensa, confessando que os problemas de ordem política e econômica somente dentro da lei poderiam ser resolvidos. Todavia, a luta entre irmãos continuava. E ele, cada vez mais, se acabrunhava. Retirou-se para um recanto de Santos afim de apaziguar o seu espírito, inútil. Vinham os aeroplanos da Marinha que se preparavam para lançar bombas. O seu coração combalido, não resistiu. E sabe-se que as suas últimas palavras foram estas: “será que não há no Brasil, um meio para matar essa matança de irmãos.”

### **O boato (04 de agosto de 1932 – capa)**

Apesar da enérgica ação da policia contra os boateiros, aparecem, de vez em quando, nesta capital algumas noticias infundadas as vezes de larga repercussão.

Foi o que ontem se deu com o boato da deposição do Sr. Getúlio Vargas. Boa parte da população ao ter conhecimento da alviçareira noticia, saiu a rua para dar largas a sua satisfação. Em sinal de regozijo, o comércio começou a fechar as portas.

O comando do exército constitucionalista imediatamente desmentiu a noticia, enviando um representante as estações de rádio, para recomendar a população que se mantivesse calma, evitando a dispersão de energias e qualquer paralisação do intenso trabalho a que São Paulo se entregou, para defesa da causa constitucionalista.

O que desejam os boateiros com sua ação perniciosa é precisamente que se verifique alguma pausa, por menor que seja, na atividade extraordinária que torna invencível o exercito da lei.

O dia da vitoria chegará como acentuou o comando das nossas tropas. É necessário, porém, que a população só receba como verdadeiras as noticias divulgadas com caráter oficial, fazendo ouvidos moucos aos que insulsamente lhe pretendam derrear o animo com notícias hipócritas.

O referido boato causou também, grande sensação no interior de onde recebemos várias correspondências a respeito.

### **Do batalhão de Piratininga de caçadores (09 de agosto de 1932 – capa)**

Um dos nossos companheiros de redação incorporado no batalhão Piratininga de

caçadores, envia-nos as seguintes notas das trincheiras:

“Há quatro dias que deixamos São Paulo, para o que desse e viesse, com o rumo que nos designasse o nosso comando aceitando como bons soldados, o destino que nos fosse indicado, mas intimamente quase fazendo promessas para que não nos desviassem da frente norte.

Se bem que em qualquer zona o mesmo fosse o nosso ânimo, a mesma disposição de batalhar por causa tão nobre, uma só vontade a todos dominava e ninguém a escondia: ficar desde logo no ponto principal de operações. E parece que o comando quis, satisfazendo a rapaziada do batalhão Piratininga de caçadores, enviá-lo como representante, na frente norte da mocidade paulista que em poucas horas formou dezenas de corpos de voluntários.

A 17 deste, reunido o batalhão no centro de educação física da força pública, comunicava-nos nosso comandante, o capitão Rômulo de Rezende, que a direção geral das forças constitucionalistas nos honrará com a incumbência de seguir para região servida pela central do Brasil. A ordem dói recebida com tal alegria que esquecidos por um momento da nossa posição de soldados, descansamos as armas, prorrompendo em palmas e aclamações.

No dia seguinte, o batalhão Piratininga de caçadores deixava a estação do norte. Há senhoras que olham apreensivas para os filhos, fardados, com um aspecto mavórtico que elas talvez nunca tivessem desejado. Mas fazem-se fortes e parecem que procuram disfarçar a lágrima de um dos olhos com o brilho vivo entusiasmado do outro; e no íntimo um sorriso de orgulho por ver a sua criatura preciosa, soubera honrar as tradições da terra da família.

O trem já estava em movimento quando um estudante gritou do vagão, par namorada que lhe sacudia o lençinho: - “ Não chore que dentro em pouco estaremos partindo em pouco na república”.

Será mesmo assim que soldados vão pra luta? Disse que estamos num grande trem de coligisse e não num comboio de tropas. Embora a maioria do batalhão seja constituída de estudantes, há aqui gente formada, negociantes, homens de responsabilidades na via; as idades variam dos dezessete aos trinta e cinco anos; mas todos se confundem no mesmo entusiasmo e na mesma alegria juvenil. O bom humor é gera. Não. Ali no canto daquele vagão vai um homem que não sorri. Deve andar pelos 40. Magro, bronzeado, alguns fios de cabelos brancos. Tem todas as características da “praça velha”, expressão com que os soldados denominam o

companheiro experimentado na vida militar. Sua fisionomia é meio soturna, meio não se sabe como. É o mesmo homem que cinco dias depois, já nas montanhas do grande estado central. Voluntariamente põe termo a vida, talvez cansado de esperar oportunidade para um suicídio útil.

Estamos a duas ou três horas de São Paulo. O trem prossegue em marcha relativamente vagarosa. Nas plataformas dos vagões há sempre um sargento ou um oficial, olhando fixamente para o ar, sem se preocupar com os lugarejos com as cidades, com as paisagens que vamos deixando de lado. O recruta não entende bem isso, mas nada pergunta com medo de “fazer feio”. A explicação veio pouco depois trazida pelo nosso tenente – “Já entramos na zona de operações, estejam todos atentos; se voar algum aeroplano sobre o trem e este parar, desçam que o aparelho é inimigo. Se o trem não parar, já sabem que o avião é dos nossos.”

Por um momento se interromperam as risadas do pessoal. Há um ligeiro “frisson”. Mas logo volta o bom humor. Semelhante a aviões da ditadura, só há gaviões cortando o espaço.

Cada estação ou cidade em que o trem para é um incentivo para nós. Gente em penca, nas plataformas, saúdam e aclamam com calor os soldados constituição. E abarrotam os nossos bornaes de cigarro, laranjas, gulodices de toda a espécie que vem servir de reforço ao nosso primeiro rancho, servindo no próprio comboio.

As 17 horas estamos em Pinda. A velha cidade nos recebe de maneira cativante, como todas as outras.

Desembarcamos e rumamos para o quartel do 5º R.I., cujo pessoal já havia seguido para a frente.

Escurece, e a tropa impedida na caserna, não pode visitar a cidade. Mas parece que o repórter mesmo incógnito, dentro da farda de simples praça de pret, goza de certo prestígio: vai com alguns oficiais jantar no “haras paulista”, a convite do diretor dessa propriedade do Estado.

Não foi sem desapontamento que recebemos a ordem de parar em Pinda. A interrupção da viagem nesse ponto parecia uma diminuição para quem, como nós, tinha os olhos fixos na zona de Queluz e ansiava por chegar à fronteira fluminense. E esse desapontamento si arrefeceu quando a tropa soube que os arredores de Campos do Jordão, para onde deveríamos seguir, estavam ameaçados por forças que teriam entrado pelo estado de Minas.

A 19, depois do almoço, tomamos o trem elétrico, rumando serra acima. A segunda

companhia de Piratininga de caçadores subiu na frente, indo até a aristocrática cidade dos pinheiros. Nessa ocasião, nós, os da 3ª companhia, nos separamos daqueles companheiros deles, permanecendo até hoje afastados por força das circunstâncias. Pelos mesmo motivos e ainda nesse instante deixamos de lado os rapazes da primeira companhia que tomaram a direção de Santo Antonio do Pinhal. Interrompemos a escalada da serra em Eugenio Lefevre. E dali, noite alta pela estrada de rodagem, fomos para São Bento a margem do Sapucaí, onde chegamos depois de duas horas de viagem e após ter “tomado” uma faixa de território mineiro. Antes de jogar o corpo sobre, debaixo, no meio das carteiras do grupo escolar da localidade, no qual nos alojamos, a rapaziada do pelotão “harmonia”, que quase toda tem o seu diário, ainda acha jeito de anotar pomposamente: - “Dominamos as gargalheiras da Mantiqueira. São Paulo que durma sossegado.”

Estes Remarques-mirias ...

Cinco horas de sono são o bastante para o soldado. E se não forem, paciência. As seis da manhã a cidade ainda dormia sob o cortinado branco da serração. Mas no galpão do grupo quartel já há vozes militares de comando:

- esquerda... volver!... Última forma! Esquerda, moço, esquerda ao lado do facão!

È instrução dos voluntários da terra. A pequena cidade de cerca de dois mil habitantes já havia, naquela data, mais que \_\_\_\_\_ soldados, moços do centro comercial, gente das lavouras, que acorrera pressurosa em defesa da lei. Aqui os chamam pitorescamente “bate-pau”. Mas ao humorístico da expressão agente da terra junta sempre um entusiasmo do inconfundível calor.

Durante o dia – depois de uma limpeza nas armas – realizamos varias marchas de reconhecimento e verificação de posições, na cidade e arredores.

À tarde, o promotor publico da comarca, em nome das autoridades e da população de S. Bento do Sapucaí, nos diz palavra de saudação e incentivo. Bonito discurso.

No dia seguinte há diversas modificações no comando da companhia. Duas particularmente gratas cá para a casa: o Rodrigo Soares de Oliveira Sobrinho é promovido a sargento e o Gentil Lima e Castro a cabo. São ambos do “Estado”. Ato de bravura? Ainda não. Por enquanto só combatemos pulgas e outros legumes...” – R.

**Notas e Informações (10 de agosto de 1932 – página 05)**



Faz 30 dias que São Paulo está sem armas. Até agora a ditadura não conseguiu esmagá-lo. Apesar de ter a sua disposição todos os portos, a despeito do que haver isolado do Brasil e do Mundo, não pode sufocar o movimento que ele desencadeou. Que é que isso prova? Prova, em primeiro lugar, que o movimento encabeçado por São Paulo encontrou apoio unânime na sua população e, em segundo lugar, que a ditadura só tem por se as forças de parte do exército e de algumas polícias estaduais. Se não fosse assim, São Paulo já estaria vencido. Levantes parciais, sem raízes no sentimento popular, debelaram-se com facilidade.

Até agora São Paulo tem estado sozinho e continuará. O que lhe competia fazer, já fez: pela voz de pessoas autorizadas, pela sua imprensa e por outros meios de transmissão do pensamento, já explicou minuciosamente ao Brasil o que pretende, qual a sua resolução para o combate armado e quais as disposições do seu povo. O Brasil não poderá excusar-se com a ignorância do que se passa em nosso território se não tomar partido pela causa que defendermos. Tudo está claro, límpido e nítido. Estamos cumprindo até o fim. Se o Brasil não cumprir o dele a vergonha não será para nós. Mas, cumpra ou não cumpra a verdade é que não lhe assistirá jamais o direito de condenar S. Paulo e de taxar de egoísta e regionalista a campanha que ele nobremente chefia.

São Paulo, desde que entrou na luta, aceitou corajosamente todas as conseqüências do seu ato. A todos expôs lealmente a situação, como era natural e indispensável que o fizesse, mas ainda não subordinou o prosseguimento da luta ao concurso de quem quer que seja.

Acompanhar São Paulo ou deixá-lo sozinho é uma questão de consciência que cada Estado resolverá como entender. O que S. Paulo ao cabo de 30 dias de combate pode afirmar é que sozinho ou acompanhado, ele se baterá para que o Brasil não se conversa em feitoria dos agentes da ditadura. Reveses tem sofrido e outros provavelmente virá a sofrer, mas a serenidade de ânimo com que a população tem enfrentado as horas más, lhe dá a confiança de que, sejam quais forem os contratempos da guerra, não lhe faltarão elementos para a luta.

### **Liga Feminina de Defesa Nacional (10 de agosto de 1932 – capa)**

O prédio da alameda barão de Limeira n. 117, residência de D. Alice Tibiriçá, acaba de ser transformado em escola de enfermagem e restaurante de emergência.

Ali, todos os dias, das 11:30 às 13 horas, as pessoas que só dispõem de ínfimos recursos, poderão tomar um prato de ótima sopa, saborosa e útil, além de bastante pão, pelo módico preço de 600 réis.

Essa pequena importância é cobrada por dois motivos: primeiro para poupar os seus clientes adultos a condição de indigência e, segundo, para que a Liga possa fornecer esse mesmo almoço as crianças pobres da cidade, que tem direito a ser bem alimentadas, pois elas constituem boa parte da humanidade que substituirá, um dia, esta que hoje é a força nas trincheiras pela constitucionalização do Brasil.

Visitamos ontem a nobre instituição. Naquele operoso curso de enfermagem, já se formaram duas turmas, uma com 29 e outra com 33 enfermeiras de emergência, que atualmente, se acham distribuídas pelos hospitais desta capital. Restam ainda dois cursos com numerosas alunas que tendo recebido ali o ensinamento teórico, fazem atualmente a prática nos hospitais, para em seguida receberem seus diplomas. Este curso funciona sob a direção do Dr. Pedro Sampaio, que se dedica com grande entusiasmo a essa obra.

Como se essa contribuição não bastasse, a Liga feminina de defesa Nacional inaugura ontem, às 13 horas, naquele mesmo prédio, um restaurante popular, sob a direção da professora é Julia Algodoal.

O trabalho é árduo, numerosas senhoras e senhoritas, todas de avental branco e um compenetrado as de donas de casa, trabalham na dispensa, na copa, na sala de refeições e na cozinha das novas instituições de assistência social que – é pensamento de suas discórdias – sobreviverá a esse momento e continuará a prestar benefícios à população.

A mesa é larga e acolhedora. A toalha de uma brancura do linho. A louça nova e limpa. A água cristalina. O pão farto, e quando a refeição foi servida aos primeiros clientes, espontâneos ou encaminhados por outras instituições, viu-se que era comida apetitosa e substancial feita com esmero e servida com gosto. O ambiente é alegre e sadio.

Inaugurado esse serviço de Alice Tibiriçá, proferiu algumas palavras, explicando que aquela obra visava de preferência as crianças. O que os adultos pagam destina-se a ser empregado em benefício da alimentação da criança pobre que, por trabalhar no centro da cidade, ou mesmo porque sua família não disponha de meios, está exposta a passar dias semelhantes ou, pelo menos, a enganar o organismo com galópicos. Precisamos não esquecer disse ela, que esta infância deverá um dia

substituir no trabalho boa parte da gente que hoje luta heroicamente nas trincheiras pela causa do Brasil.

#### **Notas e Informações (15 de agosto de 1932 – página 04)**

Por todos os meios ao seu alcance, tem buscado a Ditadura diminuir, no conceito da população do resto do país, a grandeza do movimento constitucionalista. Seus porta-vozes na imprensa e no rádio, seus agentes na interventoria dos demais Estados não se cansam de atribuir gratuitamente a S. Paulo os mais absurdos e mesquinhos propósitos. Na ânsia de embair a opinião, não se lembram esse propagandistas de que o primeiro e mais categórico desmentido as suas palavras e afirmações é dado pela própria lógica dos fatos. Se tão pequeninos fossem os sentimentos que fizeram irromper o atual movimento, se nenhum ideal magnânimo inspirasse a atitude de S. Paulo e Mato Grosso, como seria possível que assim se houvessem levantado, em unânime e épica arrancada, o povo, o exército e as milícias regionais de duas tão grandes unidades da Federação? Onde em que época se viram milhões de pessoas se moverem tão espontânea e repentinamente, por servir a interesses secundários e restritos?

Não haverá pelo Brasil em fora como o julga a ditadura, tamanha turba de ingênuos que assim se deixem convencer por uma pregação de tal jaez. Muito melhor lhe fora que, aos nobres propósitos cívicos, ao altíssimo ideal político em que se esteja. Que princípios elevados porventura defende, que mereçam pelo menos a atenção do povo brasileiro? Até agora, cinco semanas depois de desfraldada a bandeira constitucionalista, ninguém ainda os ouviu definir, ninguém ainda deles tem a mínima noção. A ditadura defende-se a si mesma a sua permanência no poder, sem cogitar, absolutamente, se isso representa alguma vantagem ou necessidade, pelo menos transitória, para o país.

Ora, é esse grande contraste moral que aos poucos, mas seguramente, vai ferindo a atenção do povo dos outros Estados, e esse o segredo do minguado eco que neles têm encontrado os apóstolos da Ditadura.

#### **Notas e Informações (21 de agosto de 1932 – página 05)**

A mentira tem sido e continuará a ser a arma ordinária da ditadura. Quando não

mente, ela usa de artimanhas para disfarçar os maus propósitos que a animam: ou mente ou dissimula. Daí a razão pela qual S. Paulo se cansou de negociar com ela a remodelação do ministério e a mudança na diretriz política do governo atual.

Aos que supõe que houve da parte de S. Paulo precipitação na atitude que tomou, recomendação o depoimento que, há dias, pelo rádio, prestou o professor Sampaio Doria, a respeito da redação do código eleitoral. Concluído esse trabalho e assinado pela comissão que o redigiu, a qual fora presidida pelo próprio ministro da justiça, não só a ditadura levou mais de um mês para convertê-lo em lei, como quando o fez, teve o cuidado de alterá-lo em pontos essenciais. Devido as modificações que astuciosamente lhe introduziu, ela tronou facilmente adiável por tempo indeterminado, pelo tempo que lhe aprouvesse, o início do alistamento eleitoral e enfeixou em suas mãos, com prejuízo da seriedade do alistamento, poderes que deviam permanecer como determinava o código, em mãos dos tribunais eleitorais. Essas alterações, que um governo cioso de suas compostura não se atrevia a praticar, desnudaram aos olhos dos que redigiram o código eleitoral a insinceridade com a ditadura anunciou ao povo que ia preparar o aparelho eleitoral, afim de que se realizassem no tempo mercado, as eleições da Constituinte. Nem de aparelho eleitoral, nem de Constituinte cogitava ela. O seu objetivo era apenas, com essas providências preliminares, iludir o povo e ganhar tempo.

Se o levante armado de S. Paulo não viesse por tempo a essas manobras, de moralidade duvidosa, sabe Deus onde iria ter este pobre país.

Com antecedentes tais, a ditadura não pode merecer confiança a S. Paulo e a qualquer outro Estado do Brasil. Tudo quanto ela prometer será vão e ilusório. A consistência não é predicado nem dos seus atos nem das duas palavras. Tudo que dela sai é cambiante, movediço e traiçoeiro.

Com um poder, cuja alma principal é a astucia, com um governo que faz da perfídia e da hipocrisia o seu processo predileto de ação, como é possível celebrem-se tratados cuja garantia maior seja a boa fé dos contratantes? Pactos de honra, como firmá-los co quem a própria palavra não dá o mínimo apreço e é o primeiro a zombar dos que lhe acreditam na promessas? Que é que se há de esperar de um governo que, em desespero de causa, recorre ao stratagem grossero de falsificar edições desta folha, para dar curso as patranhas que a sua fantasia mórbida engedra? De governos com esse desprezo público a própria dignidade, tudo pode vir, menos o que seja honesto e sadio.

O aniquilamento da ditadura constitui, por isso, uma condição essencial de paz e sossego para o Brasil. Enquanto ela substituir, não haverá o que limpe a atmosfera dos elementos que a contaminam e a envenenam. A mentira e a dissimulação, companheiras inseparáveis da ditadura poderão ser eliminadas da vida política do Brasil.

Não nos esqueçamos desta verdade. Dela dependem os nossos destinos. A ela deve estar vinculado o desfecho da campanha em que nos achamos envolvidos. Para que fecundos sejam os sacrifícios que estamos fazendo, é indispensável que ela nunca nos saia da memória e que por ela, a sua luz viva, guiemos as nossas resoluções.

### **Notas e Informações (24 de agosto de 1932 – página 05)**

Em todas as nações onde houve movimentos revolucionários mais sou menos pela mesma ocasião em que estalou no Brasil o de 1930, já se voltou ao regime constitucional. Notícias de ontem, informam que o Chile, último país que sofreu perturbação idêntica, já fixou para outubro próximo a data da sua constituinte. De toda parte vem a demonstração clara de que em pouco tempo os chefes revolucionários executam o que deve ser executado em regime ditatorial. Somente no Brasil a ditadura acha que a sua tarefa não pode ser realizada senão após longos anos e que a constituinte não pode ser convocada imediatamente. Uma das duas: ou a ditadura do Brasil é a mais inepta que as dos outros lugares, ou o seu desejo é perpetuar-se no poder. Numa ou noutra hipótese, o Brasil só tem razões para combatê-la. De governos ineptos já temos experiência longa e sabe-se também, por uma experiência que não é curta, que a inépcia sem freios constitucionais é muito mais nociva que contida por aqueles freios. O desejo de perpetuar-se seria igualmente motivo mais que suficiente para que a nação se levantasse contra o ditador.

Dos governos discricionários nunca necessitamos. Os que a consciência nacional reclamava eram precisamente os opostos. Porque não obtínhamos apesar de viver em regime aparentemente constitucional, foi que estourou a revolução de 1930. Seria curioso que fizéssemos uma revolução para destruir um governo, cujo vício capital era excesso de poder do chefe do executivo, para, em seu lugar, estabelecer um outro em que o poder do chefe do executivo não tivesse limites nem no tempo

nem no espaço...

Compreenderia uma tal tolerância para com a ditadura se ela houvesse feito alguma coisa em benefício do país, mas, como toda a gente está vendo, o que ela tem feito é uma série de atos calamitosos, quer no terreno econômico quer no terreno político e que no terreno moral. Nunca a vida nacional apresentou um aspecto tão caótico como depois que a ditadura firmou o seu poderio. Vivemos há cerca de dois anos em aflições permanentes, como passageiros de um barco cujo naufrágio a todo minuto se esperasse.

Não há, talvez, na história, exemplo de paciência maior do que a revelada pelo povo brasileiro neste período da nossa existência. Qualquer outro povo brasileiro teria erguido contra a ditadura logo que a sua incompetência se tornou patente e que a sua traição ao programa que defendeu antes de assumir o poder, se manifestou a todos os olhos. A docilidade com que o povo brasileiro suportou os erros e as pretensões dos seus novos senhores excede a toda imaginação. Dessa docilidade só encontrarão similares talvez em ordens religiosas, em que a humildade, a obediência e a resignação sejam regras fundamentais.

Felizmente a paciência esgotou-se e os brasileiros de S. Paulo deliberaram reagir. Essa reação benéfica, expressão vigorosa de um civismo profundo, veio mostrar aos outros povos que o brasileiro não é menos cioso de sua liberdade nem menos apegado a ordem jurídica que os demais povos da América onde as agitações revolucionárias já amainaram pela satisfação dos ideais que as provocam.

Com o levante de S. Paulo o Brasil terá em breve a carta constitucional que a ditadura tinha o dever de lhe dar o que a ambição dos homens, que a exploram, escamoteou atrevidamente.

### **Noticias de Mato Grosso (29 de agosto de 1932 – capa)**

(Do nosso enviado especial)

A circumscrição militar pondo em execução um grande plano elaborado pelo seu chefe coronel Jaguaribe de Mattos e pelo major Ramiro de Noronha, ambos grandes sertanejos companheiros de trabalho do general Rondon.

O segundo destes oficiais é um dos melhores artilheiros do Exército Nacional e engenheiro de grande valor. Assim é que, da nova orientação, obtiveram dia 23, os

Exércitos Constitucionalistas, duas formidáveis vitórias contra os ditatoriais.

No setor de Porto Murтинho - No dia 23, as nossas forças tiveram o primeiro encontro com o 17º B. C. instalado e fortificado em Porto Murтинho. Deu-se o embate no Córrego Feio, a 2 léguas da cidade. O efetivo do 17º B. C. foi computado em 1.000 homens, com o reforço que tiveram das forças de Mário Gonçalves e outros. Eram comandados pelos capitães Gayer e Leopoldo Nery. As nossas forças eram de cerca de 800 homens apenas, constante de tropas regulares do 18º B. C. e batalhões civis, organizados pelos Srs. Ulyssés de Lima, Aral Moreira e Alarico Medeiros. Foram comandados pelo major Luiz Silvestre Gomes Coelho e pelos oficiais tenentes Simão, Tourinho, Laroque, Ferreira e Arlittó. Os nossos adversários não resistiram mais de cinco horas de luta, batendo-se em retirada e abandonando grande quantidade de armas e munições, assim como feridos. Os inimigos estão sitiados por terra. Causou grande jubilo, em todo o Estado, essa primeira vitória.

No setor de Santana do Paranaíba – No mesmo dia 23, tiveram as Forças Constitucionalistas mais uma vitória contra as forças do coronel Manuel Rabello, no Rio Quitéria.

Deu-se a ofensiva dos ditatoriais contra nossas forças no Rio Quitéria, na fazenda do Sr. Onófre de Queiróz, distante 7 léguas de Santana do Paranaíba.

A luta começou na manhã e somente terminou às 21 horas e constou de forte canhoneiro de parte a parte e formidável fuzilaria, terminando com o recuo dos nossos inimigos para muitos quilômetros da margem do Rio Quitéria.

Constava a coluna adversária de cerca de 1.200 homens de todas as armas, com 2 peças de artilharia de campanha e muitas metralhadoras, comandadas estas forças por uma alta patente e pelo capitão Bellerophonte de Lima e tenente Cesar Bacchi de Araujo. Na retirada, deixaram os adversários: um caminhão, 2 metralhadoras pesadas, inúmeros fuzis, grande quantidade de munições, material de cozinha e uma farda de capitão do exército. Tivram grandes baixas e não tivemos uma única vítima.

As nossas forças foram comandadas pelo major Dutra e pelos tenentes Nestor Torres, José Vasconcellos, Bahia e Bida.

Demonstraram grande bravura os tenentes Nestor Torres da nossa artilharia, e Bahia, da Força Pública do Estado e o sargento Minas. Também muito contribuiu para o sucesso da batalha o coronel Carneiro, voluntário goiano.

As forças ditatoriais estão sendo aumentadas com reforços vindos de Uberlândia,

em caminhões. Foram vistos mais de 40 caminhões das mesmas, assim como numerosa cavalaria.

Os nossos soldados tiveram, depois da batalha, verdadeiros delírios de hurrahs a São Paulo.

Lutam como idealistas e sem se queixarem do grande e penoso desconforto dos nossos sertões.

### **Notas e Informações (04 de setembro de 1932 – página 03)**

Na linguagem da ditadura, o movimento de S. Paulo ou é separatista, ou é comunista.

Do separatismo, podem dar notícia ao resto do Brasil os milhares de brasileiros de todos os pontos que misturam o seu sangue com o sangue dos paulistas nos campos de batalha, e os generais que comandam as tropas constitucionalistas, todos filhos de outros Estados.

Sobre o comunismo poderão os próprios amigos da ditadura em S. Paulo prestar o seu depoimento ao Brasil. Com esses cidadãos e os comunistas descobriu a polícia ligações estreitas, tão estreitas que a compeliram a tomar medidas severas contra uns e outros.

O perigo de comunismo, se existe, foi criado pela ditadura e seus comparsas. É a ditadura que se encarrega, todas as noites, de, pelos seus rádios e pelos seus oradores, tanto mais agressivos quanto mais desconhecidos, fazer a propaganda do comunismo.

Enquanto S. Paulo, com o auxílio das senhoras mais distintas e dos cavalheiros mais prestantes, prepara recursos para amparar as famílias dos sem trabalho e não permite que as fábricas se fechem para que o salário não escasseie nos lares operários, a ditadura aguia, todos os dias e por todas as maneiras, os operários contra os patrões, numa tentativa criminosa de anarquização do trabalho e de subversão da ordem social.

É possível que o veneno das suas palavras penetre em alguns espíritos. Podemos assegurar-lhe, porém, que a maioria do operariado, que os operários realmente trabalhadores se não prestam ao jogo político de agitadores sem escrúpulos e compreendem perfeitamente a justiça e a nobreza da causa que S. Paulo defende.

Podemos adiantar que, em muitas fazendas do Estado, os operários agrícolas são



colaboradores desinteressados dos exércitos constitucionalistas, presenteando todos os dias com produtos do seu trabalho e pondo-se pessoalmente ao serviço dos seus chefes.

Não receamos, por isso, que o operariado honesto de ouvidos as pérfidas insinuações da ditadura.

Aludimos a essas insinuações para mostrar até onde vai a hipocrisia dos nossos adversários e onde está realmente o perigo para os que temem as manobras de carácter comunista. Esse perigo existe, apenas do lado da ditadura. Só ela está manejando a arma das lutas de classes, que é arma tenebrosa: só ela tem procurado deslocar o combate dos campos de batalha, onde os exércitos se defrontam, para o seio das cidades, onde só há famílias inermes, cujo sossego governo algum, que não seja composto de doidos, tem o direito de perturbar.

É a primeira vez, talvez, que se contempla o governo de um país, juridicamente organizado, recorrer aos processos da mais rubra demagogia para destruir resistências legítimas que se levantam contra o seu arbítrio. Governos, que assim procedem, perdem a confiança de nacionais e estrangeiros e constituem, para toda a gente e para as nações, um perigo sério.

Ninguém se pode fiar da sua retidão, nem acreditar na sua sensates.

### **PELO RÁDIO (20 de setembro de 1932 – capa)**

Do Rádio-Jornal de ontem:

#### **A SITUAÇÃO MILITAR**

É verdadeiramente suspiciosa a situação de nossas tropas no setor de Amparo, onde a ditadura concentra, neste momento, seus máximos esforços.

O exército constitucionalista prossegue em manobras felizes, agindo com precaução e firmeza, afim de que seja completo o êxito de suas operações de guerra. Não podemos divulgar detalhes, mas afirmamos que nosso comando está confiante, cabendo-nos ali a iniciativa dos ataques. O ânimo combativo de nossos soldados cresceu muito após o bárbaro bombardeio aéreo das populações civis de Campinas e Jundiaí.

Da frente Norte não chegaram hoje notícias dignas de registro.

Tudo ocorre de acordo com o que foi previsto ao iniciarmos, na última semana, o retiro da nossa linha.

No centro e na ala direita da frente Sul não tem havido combate desde alguns dias. Na ala esquerda, setor de Capão Bonito, houve pequeno ataque dos ditatoriais repellido com vantagem pelos nossos.

A aviação constitucionalista entrou em grande atividade, auxiliando com eficiência os objetivos militares de nossas tropas.

**LUTAREMOS E VENCEREMOS!**

Quando S. Paulo se ergueu, unânime, absolutamente totalizado, numa atitude redentora em prol da Constituição, a ditadura gritou raivosamente contra os defensores da lei: rebeldes! E o outubrismo, pela boca vermelha dos seus oradores, proclamou, alto e bom som, que esmagaria estes rebeldes dentro de uma semana. Mas não proclamou apenas: envidou todos os esforços, lançou mão de todos os metos, absolutamente todos, para levar a efeito o esmagamento ambicionado

Não se contentou em açuiar contra S. Paulo, e contra a campanha constitucionalista, malquerenças e ódios. Não se contentou em mobilizar, em seis frentes de lutas, tropas vindas dos mais remotos rincões do país, engodando-as, cavilosamente, com o embuste de virem combater comunistas e separatistas. Não se contentou em condensar, nos setores da guerra, as suas mais possantes e mais arrasadoras máquinas de guerra. Não se contentou com o largo derramamento de sangue fratricida que ensopa o chão amigo do Brasil. Foi preciso ainda mais: mandou bombardear cidades inermes! Mandou, com o mais acintoso desrespeito às leis saradas da humanidade, atirar bombas de quarenta quilos, imensamente mortíferas, sobre a cabeça de seus próprios irmãos!

Que é que consegue a ditadura com tudo isso? Com toda essa selvageria, com todo esse bravo ímpeto dos hurios, a ditadura vê, aterrada, que não há meio, nem haverá jamais, de vencer o S. Paulo constitucionalista. Nós lutaremos! Nós lutaremos até o último cartucho. Até o último alento. Até que não reste, em S. Paulo, pedra sobre pedra! Lutaremos e venceremos! Porque vencer é, nesta hora amarga, o supremo dever de S. Paulo. E nós venceremos!

**Vale do Paraíba (26 de setembro de 1932 – capa)**

O herói constitucionalista – Bombardeio de Guaratinguetá

(Do nosso enviado especial)

O rápido da Central sai à hora. A composição é grande mas a máquina é possante. Casas, muitas casas; paisagens verdes, muitas paisagens. Na viagem os homens se fazem amigos. Conversam como velhos conhecidos. Há uma coisa nas viagens de agora que muito aproxima os homens: a unidade do ideal por que todos se batem.

Nós temos uma finalidade na excursão iniciada e cujo termo estaria no campo de guerra.

Ouvimos vários soldados dos muitos que enchem todas as classes. Depois tomamos assento, dispostos a ruminar idéias pelo resto da viagem. Ao nosso lado vai um soldado da Lei. É moço. O olhar dele vai às trincheiras, docemente a abraçar os seus irmãos de luta.

No lugar em que estamos há silêncio. O rápido corre a bom correr dentro do seu horário. O silêncio entre nós ambos é uma apresentação. E conversamos.

O soldado da Lei, moço que se apresentou no primeiro instante, é “Paes Leme”.

A sua palavra encanta porque é a do herói constitucionalista. Nunca ele se atribui atos de bravura; todos os feitos que podem conferir o galardão do herói são praticados pelo seu batalhão e pelos que se bateram e se batem pela vitória da causa constitucionalista.

Não procura com o dizer de atos de bravura a quem como nós não foi testemunha deles, cobrir-se do heroísmo vazio dos que vivem na retaguarda quando a vanguarda é o seu lugar.

E fala; fala com simplicidade e desprendimento. Diz da saudade que o torturava nas trincheiras e da visita à casa paterna. Volta com ariedade, cheio agora de saudade também dos que ficaram no campo de luta porque, diz o moço suavemente, a gente se irmana nos combatentes, as trincheiras igualam os homens e os fazem perfeitamente irmãos.

E fala: fala denunciando, sem o querer, o seu valor, da espécie de remorsos que sente durante a sua ausência de três dias, porque, diz o moço herói, a gente lá não está para ajudar os irmãos na derrota dos inimigos e para sofrer com eles as agruras da guerra.

Ouvimo-lo com admiração. A sua palavra como que é um apanhado de quanto me falaram os soldados da Lei que regressam para as trincheiras do Vale do Paraíba.

Nem um ato seu de bravura me conta o moço herói. Conta-o dos seus irmãos e ao contá-lo sua voz denuncia forte emoção – é o valor que sabe admirar o valor.

Pindamonhangaba. Temos de tomar conduções diversas. Separamo-nos. A viagem agora termina em Guaratinguetá.

A terra de Rodrigues Alves é uma praça de guerra - só há soldados.

Conhecidos em quantidade, moços amigos e uma boa porção de ex-alunos hoje estudantes de curso superior. Soldados de vários batalhões De todos, que todos vêm da frente onde a luta tem sido encarniçada, ouvimos palavras que, no conjunto, são as que ouvimos do moço herói de nossa viagem até Pindamonhangaba. É que esses, como todos os que se batem nas várias zonas de guerra, são realmente os soldados do valor paulista e brasileiro, soldados que bem se representam por um símbolo como aquele moço herói de nossa viagem.

\*

As ruas de Guaratinguetá se enchem de fardas amarelas. O movimento é intenso em certos pontos. Revemos a cidade depois de ligeira palestra com o prefeito municipal que se mostra entusiasmado com as novas posições dos soldados da Lei no vale do Paraíba.

Saímos da Matriz. No pequeno céu da formosa Guará três aviões aparecem. Dois brancos guardando o outro tinto da cor do sangue puro de inocentes vítimas.

Enquanto os brancos vigiam, o vermelho se põe na sua obra de destruição criminosa.

Dezesseis horas e dez minutos. No largo da Matriz, ponto alto da cidade, avistamos maior porção do céu. Àquela hora o avião vermelho das alturas se despenca como a procurar o espaço maior do largo para despedaçar-se: mais nisto faz uma curva e se levanta e, segundos após, um estouro seco se ouve da bomba arremetida contra a cidade aberta.

Nove vezes mais a operação se repete e nove estrondos mais se ouvem. Vinte minutos depois da chegada os três aviões inimigos procuram a sua base.

Como resposta ao bombardeio, pelas ruas da cidade caminhões em linha sem fim passam pejados de soldados: vão juntar-se aos seus irmãos de armas nas linhas de frente. Os soldados vão alegres dando vivas a S. Paulo e ao Brasil.

No hospital de sangue, onde médicos e acadêmicos escoteiros e enfermeiros prestam o seu concurso, nenhuma entrada se registra. O bombardeio fora em pura perda para o inimigo.

\*

Já escurecia quando chegávamos à Aparecida, em cuja basílica a padroeira do

Brasil como que está a abençoar os que se batem por uma pátria livre, dentro da ordem e da lei.

### **Notas e Informações (03 de outubro de 1932 – página 03)**

Escreve-nos o dr. Plinio Barreto: “Chegou ao meu conhecimento que corre na boca do povo a noticia de que fui eu o iniciador das negociações da paz e que devido a mim, conluiado com não sei quem, é que a Força Publica deixou de combater. Tudo isso é uma infâmia, é a mai torpe das infâmias. Não seria eu, que sempre me bati pelo regime da lei e pela autonomia de S. Paulo, quem havia de chamar a si um papel dessa natureza. O que houve, por infelicidade minha, foi o seguinte: Procurado há dias, em minha casa, por um oficial da Força Pública, com o qual tenho relações de amizade, pediu-me que , em vista das relações cordiais por mim mantidas com alguns membros do governo, comunicasse a esta que seria conveniente cuidar-se da paz porque a situação militar era precaríssima.

Transmiti o recado as pessoas do governo a quem devia transmiti e conversei a respeito do caso, na mais estrita reserva, com algumas pessoas que, pela sua posição no movimento paulista, deviam conhecer o que se passava e que era de suma gravidade. Nada mais. Foi isto, apenas isto o que fiz. Tudo quanto me atribuírem fora disto é invenção, calunia, perversidade.

### **Notas e Informações (04 de outubro de 1932 - capa)**

São Paulo não deve desanimar. O gigantesco esforço que ele fez, o assombro movimento de reação que ele desencadeou para restabelecer, no Brasil, o império da lei, não foi estéril. O que não se conseguiu hoje, será conseguido amanhã. O que se encerrou ontem por um inesperado e melancólico desfalecimento de algumas tropas não foi a luta pela redenção do Brasil: foi o primeiro episódio da batalha iniciada e que só terminará com a vitória completa da mais bela, mais nobre e mais brasileira das causas por que, ainda, até hoje, mãos brasileiras empunharam armas. São Paulo não foi vencido, nem o será. O povo que deu de si as mais espantosas provas de bravura e resistência, de intrepidez e resignação, não cedeu à pressão dos exércitos ditatoriais. Não afrouxou, não recuou. Não transigiu. Ao contrário: continuava disposto a todos os sacrifícios. Estava pronto a novos martírios, não era

adversário irreduzível da paz, mas só se acalmaria se a paz fosse compatível com a sua dignidade, satisfizesse aos ideais por que se batia e representasse, para o Brasil, uma sólida conquista liberal.

A paz que lhe impuseram não tem esses característicos? Pior para os que lhe arrebataram as armas das mãos. Porque o sentimento de uma coletividade não se abafa com espadas nem se extingue a metralha. Não se resigna à escravidão, nem se considera vencido, um povo que fez o que o povo de São Paulo, com admiração geral, acaba de fazer. Uma energia, que se tempera ao fogo das batalhas, não fraqueja ao primeiro revés. A São Paulo falhou tudo, menos o heroísmo de seus filhos. Esse heroísmo não desapareceu nas trincheiras, que o infortúnio nos fez abandonar. Subsiste intacto, nos corações dos nobres voluntários que salvaram a honra do Brasil. Da mesma ou sobre outras formas, há de manifestar-se, amanhã, mais cedo ou mais tarde, para maior glória da nossa terra e da nossa gente.

A luta não acabou: vai transformar-se. Não é vontade deste ou daquele que o ordena: é uma fatalidade histórica e que ninguém poderá fugir. Se a ditadura não compreender, mais uma prova dará de sua incapacidade política. O duelo entre o direito e o arbítrio só termina pela vitória daquele. É lição de todos os tempos e de todos os povos. Não nos aflijamos. O sangue que se derramou pela Constituição não se perderá: as vidas que as armas da tirania ceifaram não foram desperdiçadas. Destas e daquele virá para o Brasil a salvação, porque a gente que sobreviveu, ou que escapou ilesa, é da mesma fibra e do mesmo patriotismo que a sacrificada nas linhas de fogo. É um Brasil novo e forte que surgiu em São Paulo e o futuro é dos novos e fortes.

### **A SITUAÇÃO (05 de outubro de 1932 – capa)**

Nova reunião da imprensa, convocada pelo Sr. governador militar – O estabelecimento da censura

Pelo Sr. governador militar de S. Paulo, foi convocada ontem uma nova reunião dos representantes da imprensa de S. Paulo. Essa reunião realizou-se como a primeira da qual demos notícia há dias, no Quartel General da Força Pública do Estado.

Convocada a reunião para as 22 horas, pouco depois eram os representantes da

imprensa recebidos pelo Sr. coronel Herculano de Carvalho e Silva, que lhes expôs os motivos que o levaram a pedir sua presença ali.

Reproduziu o coronel Herculano, com novas minúcias, a exposição que fizera há dias, sobre os motivos da sua atitude, assim como da oficialidade da Força Pública, relativamente à cessação da luta na qual se empenhara o nosso Estado. A parte principal desta exposição se contém no boletim nº 230, de 3 do corrente, do Quartel General da Força Pública, e que a seguir publicamos:

“Cessação da luta – Fracassadas as negociações entabuladas pelo comando das Forças Constitucionalistas e o representante do governo federal resolveu a Força Pública, que não conhecia os termos em que eram discutidas as bases do acordo definitivo, pôr-se em contato com o general Góes Monteiro, incumbido pelo governo federal da solução do complexo problema.

Foram seus representantes nessa missão os tenentes-coronéis Octaviano Gonçalves da Silveira e Euclides Marques Machado, os quais depois de longa e exaustiva discussão firmaram o compromisso pelo qual ela se retirou da luta.

Os meus camaradas, que com o seu chefe tudo fizeram pela causa por que São Paulo tanto batalhou, conhecem nos seus mais íntimos detalhes a situação militar real, infelizmente insustentável para o Exército Constitucionalista. Persistir na guerra, convencido da derrota inevitável, acarretando a S. Paulo e ao país maiores e pesados sacrifícios e infligindo à laboriosa população duros castigos com a ocupação e conseqüências de caráter militar, repugnava a todos. Daí o anseio para a cessação da luta e por uma paz honrosa.

E honrosa foi por ela julgada pela oficialidade em peso que ontem ocorreu a este Quartel General, para conhecer dos termos do acordo.

Aprovado este, unanimemente, nada mais restava ao comandante da Força Pública que cumprir o que nele ficou estipulado.

Não foi esquecida a situação política do Estado, tendo os nossos representantes ouvido do delegado do governo federal que a S. Paulo seria dado um governo digno de sua tradição e que fosse a aspiração do generoso povo bandeirante.

O governo do Estado, ao ter conhecimento do acordo firmado, desejou conhecer o pensamento a seu respeito.

Consultando o general Góes Monteiro, resolveu este que fosse o mesmo substituído por este comando na qualidade de delegado militar.

Nestas condições, exclusivamente, e por força dos acontecimentos, aqui estou.

Foi a seguinte a correspondência trocada a respeito:

“Urgentíssimo. São Paulo, 2 de Outubro de 1932 – General Góes Monteiro – Cruzeiro – Horas 13. – Ciente governo Estado compromisso Força Pública cessar hostilidade afim salvar patrimônio paulista e manter ordem pública nosso Estado, mesmo governo deseja saber oficialmente sua situação quanto continuação à testa administração pública ou quanto à transmissão poderes – Herculano C. Silva, coronel.”

Resposta ao Sr. general Góes Monteiro:

“Cruzeiro, 2 de Outubro de 1932. – Coronel Herculano C. Silva – São Paulo – N. 675. Deveis assumir imediatamente governo militar capital depondo interventor ou governador e fazendo diretores secretarias responder expediente das mesmas sob vossa fiscalização. Ficaes investido poderes necessários garantir ordem, vida e propriedade população. – General P. Góes”.

#### A CENSURA À IMPRENSA

Depois de pormenorizadamente informar as pessoas presentes sobre esses fatos, declarou o sr. coronel Herculano de Carvalho e Silva que oportunamente virão a público outros es, com o que a população ficará perfeitamente esclarecida relativamente ao papel representado pela milícia estadual. Os detalhes sobre esses fatos não podem, por motivos ponderosos, ser agora publicados.

Referiu-se então o coronel Herculano à situação de São Paulo, que reputa delicada. Para que o governo de São Paulo a possa resolver, tendo em vista a tranqüilidade pública e a defesa do patrimônio estadual, é indispensável que o povo se conserve em calma. Para a criação de um ambiente favorável à ação governamental – disse o coronel Herculano – muito poderá contribuir a imprensa, deixando de publicar tudo quanto possa inquietar a população. Qualquer perturbação da ordem nesta capital seria de conseqüências imprevisíveis e determinaria a ocupação militar da cidade pelas tropas federais.

Procurando conseguir a volta da normalidade a S. Paulo, já tomara medidas que, oportunamente, serão publicadas. Uma delas desde já podia ser divulgada, e era a referente à circulação dos “bônus” Pró-Constituição, que, segundo resolução do governo fderal, continuarão a ter curso forçado.

Da Imprensa, como dissera, esperava que, mediante discreto noticiário, contribuísse para o estabelecimento da calma, necessária para a solução de importantes problemas. Tinha, por esse motivo, resolvido criar a censura, incumbindo da adoção



das medidas necessárias nesse sentido o Sr.dr. Durval Villalva, chefe de Polícia.  
Concluindo, o Sr. coronel Herculano de Carvalho e Silva autorizou os jornais a noticiarem o estabelecimento da censura, que desde ontem começou a vigorar.